

POLÍTICA & TRABALHO

8/10

✽

Julho 1994

As violências invisíveis: Paraíba - 1993
Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Industrialização restrita e condição operária
os têxteis na Paraíba
Jacob Carlos Lima

Retratos da cidade: a construção da memória urbana
através da fotografia - caminhos metodológicos
Maria Cristina Rocha Barreto

O político, o estrutural e o psicanalítico: três níveis
de compreensão dos movimentos sociais.
Maristela Oliveira de Andrade

Condição familiar e representação do espaço habitado
Jovanka Baraculhy Calvalcanti

Resgatando utopias
Loreley Garcia

"Terem e Tabu": notas de leitura dos
primórdios da antropologia psicanalítica
Theophilos Riffotis

Castoriadis: ser, imaginário e política
Jaldes Reis de Meneses

Acerca do trabalho de uma agente pastoral entre e
sobre índios na Paraíba
Luciano Mariz Maia e Frans Moonen

Resposta a Luciano Mariz Maia e Frans Josef Maria
Moo
Maria Otília Telles Storni

MCS/UFPb

SUMÁRIO

- 3 As violências invisíveis: Paraíba - 1993
Mauro Guilherme Pinheiro Koury
- 13 Industrialização restrita e condição operária:
os têxteis na Paraíba
Jacob Carlos Lima
- 33 Retratos da cidade: a construção da memória urbana
através da fotografia - caminhos metodológicos
Maria Cristina Rocha Barreto
- 41 O político, o estrutural e o psicanalítico: três níveis
de compreensão dos movimentos sociais:
Maristela Oliveira de Andrade
- 51 Cotidiano familiar e representação do espaço habitado
Jovanka Baraculhy Calvalcanti
- 61 Resgatando utopias
Loreley Garcia
- 67 Castoriadis: ser, imaginário e política
Jaldes Reis de Meneses
- 81 "Totem e Tabu": notas de leitura dos
primórdios da antropologia psicanalítica
Theophilos Rifiotis
- 97 Acerca do trabalho de uma agente pastoral laica e
sobre indícios na Paraíba
Luciano Mariz Maia e Frans-Josef Maria Meenen
- 101 Resenha de Luciano Mariz Maia e Frans-Josef Maria Meenen
Maria Oliva Telles Stern
- Resenhas**
- 107 Trilhas e Atalhos do Poder: Conflitos Sociais no Sertão.
Mauro Guilherme Pinheiro Koury
- 109 La Mafia Imprenditrice, la etica protestante e lo spirito del Capitalismo.
Simone Carneiro Maldonado
- 112 Mestres & Mares. Espaço e Indivisão na Pesca Marítima.
Aécio Villar de Aquino
- 113 Poder Local e Participação Popular,
O Reverso das Vitrines: Conflitos Urbanos e Cultura Política
Mauro Guilherme Pinheiro Koury

**REVISTA POLÍTICA E TRABALHO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Coordenação 92/94

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Publicação anual do MCS/UFPb

Nº 08/10 - Julho de 1994

Conselho Editorial

Anthony Hall (London School) - Brasília Carlos Ferreira (UFRn) - César Barreira (UFCE) - Cláudia Fonseca (UFRS) - Elisa Cabral (UFPb) - Gilvando Sá Leitão Rios (UFPb) - Inaiá de Carvalho (UFBA) - Jacob Carlos Lima (UFPb) - Maria Carmela Buonfiglio (UFPb) - Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Unicamp) - Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA) - Maristela de Oliveira Andrade (UFPb) - Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPb) - Neide Miele (UFPb) - Orlando Miranda (USP) - Paulo Henrique Martins (UFPE) - Regina Novais (UFRJ) - Rolando Lazarte (UFPb) - Rubens P. Lira (UFPb) - Silvia Ostrowestsky (U. Amiens - Fr.) - Simone Carneiro Maldonado (UFPb) - Theophilos Rifiotis (UFPb) - Vera da Silva Telles (USP)

Editor:

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Assistente Editorial:

Maria Cristina Rocha Barreto

A apresentação de colaborações e pedidos de compra devem ser encaminhados ao MCS/UFPb:

Universidade Federal da Paraíba

Mestrado em Ciências Sociais

Campus I - Cidade Universitária

CEP 58051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil

Tel. (083) 224-7200 ramal. 2204 Fax (083) 225-1901

Impressão: Almeida Grafica e Editora Ltda

Impresso no Brasil

Julho de 1994

Apoio: CNPq

As Violências Invisíveis: Paraíba - 1993

*Mauro Guilherme Pinheiro Koury**

Este trabalho busca fazer um primeiro balanço da violência no Estado, articulando a noção de violência aos conceitos de cidadania e direitos, e as formas de apropriação do espaço público na Paraíba. Parte da inquietação de que o problema de fundo na questão da insegurança do homem comum paraibano se encontra menos na ação dos chamados "bandidos" ou "marginais", do que, e principalmente, do uso privado do espaço público e das agressões domésticas, além da ação do Estado através dos seus órgãos oficiais de segurança. A hipótese básica que perpassa todo o estudo é a de que quem mais matou, ou quem mais agiu contra a segurança física dos cidadãos, foram os próprios "cidadãos", além dos órgãos de segurança pública estatais, no ano de 1993, na Paraíba.

Este trabalho baseia-se no Banco de Dados sobre a Violência, colhidos para o Movimento Nacional dos Direitos Humanos através da SAMOPS - Sociedade de Assessoria ao Movimento Popular e Sindical. Analisa em primeiro lugar a privatização do espaço público na Paraíba; discute a seguir a questão da violência doméstica; num terceiro momento, discute o problema da segurança pública no Estado, e, finaliza, com um balanço geral dos dados apresentados, indicando como consequência, a rotinização do medo entre os homens comuns, ampliando a exclusão social.

A Privatização do Espaço Público

Por privatização do espaço público, se está entendendo o desrespeito a regras institucionais que balizam o comportamento público de uma população, necessárias ao funcionamento democrático, ou seja, ao livre exercício da cidadania. O que implica entre outros direitos o da segurança e liberdade de ir e vir, além da delimitação de códigos e áreas específicas, universalmente aceitas, que possibilitem o uso pleno por toda população. A quebra dessas normas implica em restringir o direito de circulação da população, a colocando sob ameaça. E quando essa infração torna-se de uso comum por uma parte da população, em detrimento das demais, torna-se não só desvio das regras de convivência, mas, transformam-se em espaço de exclusão social¹ a apropriação do público por um segmento populacional específico.

O mais comum "você sabe com quem está falando", analisado pelo antropólogo Roberto DaMata (1978), o popular "se eu não fizesse outro faria no meu lugar", ou o muito usado "sai da frente que atrás vem gente", entre muitíssimas outras expressões, atestam para o sentido aqui empregado de privatização do espaço público. Visibilizam o caráter autoritário impregnado e banalizado no cotidiano de uma sociedade

* Coordenador do Mestrado em Ciências Sociais da UFPB e Assessor da SAMOPS.

que tem na exclusão social a chave de sua compreensão e identidade. O sentido patrimonialista da sociedade brasileira, tal como analisado por O'Donnell (1988), consiste, principalmente, na incapacidade de se diferenciar os limites entre o privado e o público e, conseqüentemente, do uso do público para interesses privados, dificultando a construção institucional fundamental ao jogo democrático e as dimensões cívicas que lhe dizem respeito.

A exclusão social torna-se a regra, assim, pelo estatuto do privilégio em detrimento dos códigos de cidadania. A qual passa a ser entendida e vivenciada enquanto vantagem, isto é, prerrogativa concedida a alguém com exclusão de outrem e contra o direito comum. Prática e compreensão, por sua vez, estendida aos três níveis de direitos que, segundo Marshall (1967: 63-4), compõem o conceito de cidadania: o civil, o social e o político.

O princípio de tirar vantagem a qualquer custo, comum às sociedades patrimonialistas, corrói as diversas redes e códigos de relações sociais. Induz os indivíduos e grupos a práticas e concepções sobre o público a partir de um ponto de vista absolutamente privativo, que desconhece o direito do outro, que torna esse outro alvo de suas ações, privando-os assim do exercício de sua liberdade civil, quando não social e política, e, muitas vezes, de sua integridade física.

A violência patrimonialista, assim, borra as fronteiras que delimitam os campos do público e do privado, através da apropriação do comum, expropriando os demais do seu uso, os tornando vítimas de sua ação. Ação que não consegue conceber-se pautada por regras, normas e instituições para uso e comuns a todos.

Este poder do privilégio sobre as regras civilizatórias, é um dos fatores que mais vítimas causa no Estado da Paraíba. De acordo com os dados colhidos para o primeiro semestre de 1993, pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos, foram os acidentes de trânsito que causaram o segundo maior índice de vítimas fatais no Estado: 113 casos do total, equivalendo a 41,5% das vítimas. No caso das vítimas crianças e adolescentes, este percentual cresce assustadoramente, representando 56,7% das mortes nesta faixa etária (compreendida aqui entre 0 a 21 anos de idade).

Segundo os jornais de onde os dados foram resgatados, 46,1% das vítimas fatais em acidentes causados pelo trânsito foram por atropelamento; 27,1% através de colisão; 14,3% por alta velocidade; 8,9% por capotamento; 0,9% devido a tentativa de ultrapassagem. Os 2,7% restante são noticiados no geral, como acidentes de trânsito.

A imprudência, aqui, o considerar-se o dono da rua, entre outras características do comportamento patrimonialista fundamentado no privilégio e na exclusão ou apropriação privada do espaço do outro, faz das ruas, espaço comum onde deveriam transitar livremente e com segurança cidadãos, propriedade particular de quem está na direção de um veículo. Os demais, que também trafegam em coletivos, na direção de um outro veículo ou sendo por eles transportados, ou mesmo àqueles que circulam a pé, são vítimas potenciais do "proprietário das ruas". Eles que tomem cuidado, que deduzam as regras que o outro, "dono do pedaço", vai traçando.

As regras gerais do trânsito, como as demais regras que deveriam comandar a esfera pública em todos os sentidos, objetivando a civilidade ou o conjunto de direitos civis, segundo esta ótica particular de privatização, são para serem descumpridas. Dirige bem, assim, não aquele que tenta seguir as leis gerais do trânsito, mas quem delas consegue melhor se safar ou driblar.

A teoria insólita do privilégio inspira a ótica de que o mundo é dos espertos. A es-
 perteza age, no caso, como exclusão, como passar por cima dos demais. A direção
 de um veículo, enfim, dá a sensação de potência, torna quem a possui em poderoso e
 engenhoso sujeito que exerce nas ruas que trafega a ilusão do "tudo possível",
 mesmo que às vezes isso represente a morte do outro.

O impressionante é que o mesmo indivíduo que dirige nas ruas "como se estivesse
 em casa", é o mesmo que obstrui ou dificulta o livre trânsito de carros em ruas ou
 quarteirões próximos à sua residência, para se proteger da loucura de outros
 motoristas. Com a mesma lógica da privatização do espaço público usada enquanto
 trafega, se cria barreiras impedindo o livre fluxo do trânsito. E o pior, num caso e
 noutro, sempre com a conivência do Estado, ou dos órgãos que deveriam zelar pelo
 livre fluxo dos cidadãos.

Outro dado que chama atenção na pesquisa, ainda se tratando do aspecto de
 privatização do espaço público, é o envolvimento de milícias ou seguranças privadas
 como autores de violência. As seguranças privadas se desenvolveram no Brasil a
 partir, principalmente, dos anos setenta, acompanhando ou como consequência da
 repressão aos movimentos de esquerda no país.

Para se protegerem de assaltos e seqüestros, bancos, empresários e homens de
 "destaque", estimulados quase sempre pelo exército, começaram a contratar segu-
 ranças privadas. Negócio que obteve grande desenvolvimento, gerando, do final dos
 anos setenta em diante, grandes empresários que vivem da oferta de seguranças.
 Verdadeiros exércitos de homens recrutados, em sua maioria, das próprias polícias
 civil e militar e das forças armadas. (CALDEIRA, 1991)

Apesar de representarem apenas 0,7% dos casos de violência no primeiro semes-
 tre de 1993 na Paraíba, que tiveram divulgação pela imprensa local, a presença das
 seguranças privadas no cômputo da violência local, vem reforçar a discussão apre-
 sentada até agora. O espaço público cada vez mais é bloqueado, cerceado ao cidadão
 comum através de processos de discriminação social. As seguranças privadas, nesse
 sentido, seguem a linha patrimonialista por trás da noção de cidadania no país.
 Parece ser uma resposta ao processo de ampliação do espaço público aos mo-
 vimentos sociais emergidos na década de setenta.

As camadas populares ao invadirem o espaço público através das conquistas soci-
 ais realizadas pelos movimentos sociais, de um lado, e do outro, o crescimento
 acelerado da pobreza e do desemprego, permearam uma noção de insegurança
 perpassada à classe média e às elites locais, que buscam através da segurança privada
 garantir a manutenção dos seus privilégios e propriedades através de uma ordem
 social excludente por eles mesmos financiada.

A luta pela legalização do solo e para não serem expulsos de seus locais de mora-
 dia e jogados para a periferia da cidade, por exemplo, em João Pessoa e Campina
 Grande, nas últimas décadas, bem como a luta desenvolvida pelos trabalhadores
 rurais expulsos das propriedades e posseiros para permanecerem nas terras em que
 trabalham, acontecida na Paraíba desde os anos setenta, reforçaram a idéia de ameaça
 aos privilégios nos setores mais abastados locais, associado a uma concepção de que
 ao ser forçado a reconhecer certos direitos sociais às camadas populares, o Estado
 enfraqueceu-se enquanto espaço de segurança ao "cidadão" (entendido aqui, como
 aquele que possui privilégios), restando aos "cidadãos" criarem o seu próprio espaço

de segurança, fundamentado na contratação de serviços de companhias de segurança privada.

Ao mesmo tempo, o processo de expulsão de trabalhadores rurais e o aumento do desemprego nas cidades, serviu como contraponto à idéia de insegurança e a busca de criação de ilhas de segurança privada, que continuassem a orientar uma noção de ordem social baseada na distância social. Teresa Caldeira analisando o discurso da direita sobre a questão dos direitos humanos em São Paulo do final dos anos oitenta, afirma que o processo de privatização da segurança, em São Paulo, virou sinônimo de exclusão, de distinção, de *status* (CALDEIRA, 1991: 173). O mesmo vem acontecendo na Paraíba. Através de ações privadas busca-se ampliar a noção de privilégio que baseia o comportamento cidadão local, ampliando a distância social sobre os pobres.

O conceito de pobre como indivíduo potencialmente perigoso retorna, assim, revestido pelo discurso da segurança, e o medo da "violência". Violência entendida aqui como defesa da desigualdade social, pela equiparação entre as noções de pobreza e banditismo. O que reforça a prática da segurança máxima, sobretudo privada, como idéia de manutenção da distância social. A sensação de segurança contida na ação patrimonialista de criação de ilhas onde os cidadãos (leia-se privilegiados) possam permanecer e agir entre iguais, dá a noção exata do conceito de exclusão nela contido.

A Violência Doméstica

Outro dado importante neste levantamento, diz respeito a questões do cotidiano de violência presente no interior do espaço doméstico. Entende-se aqui por espaço doméstico não apenas o espaço da casa, mas todo o contexto das relações que envolvem o privado. As relações entre parentes e conhecidos, assim, são permeadas por intensa atividade de violência, que resulta às vezes em morte física da pessoa querida, do outro, de forma acidental ou não.

Na violência praticada sobre crianças e adolescentes, segundo a pesquisa, o autor em grande parte dos atos cometidos é parente ou próximo da vítima. Das 67 crianças e adolescentes vítimas da ação violenta na Paraíba durante os seis primeiros meses de 1993, 29 delas, isto é, 43,3% foram vítimas de homicídio. Destas, 24,1% sofreram agressões advindas de parentes e amigos.

No caso das crianças e adolescentes agressores, acontece também de uma grande parte das vítimas de suas ações se encontrarem entre parentes e amigos. Das 16 crianças e adolescentes acusados de homicídio, 31,4% tiveram como alvo parentes e conhecidos próximos.

Quando se pensa, por outro lado, na população total vítima de ação violenta Paraíba, percebe-se que esta mesma relação é estabelecida: assim, dos 247 casos, 75 deles, ou seja, 30,8%, foram vítimas de ação de parentes ou conhecidos próximos. O mesmo acontecendo com a relação total dos agressores: dos 267 acusados, 65 deles, ou seja, 24,6%, praticaram ação violenta contra parentes e amigos.

As delicadas relações do privado assim, são responsáveis por um grande número de mortes no cotidiano na Paraíba. Os chamados crimes de paixão ou aqueles motivados por discussões domésticas entre pais e filhos, entre irmãos, entre parentes (avós, sogra, enteado, etc.), bem como aqueles praticados por motivos fúteis, como

brigas entre vizinhos, entre colegas de trabalho, entre amigos e conhecidos indicam o lado perverso das relações domésticas, onde amor e ódio se mesclam no quotidiano das relações estabelecidas no espaço privado, compreendendo-o, também, como espaço de poder, onde o argumento final se traduz em formas violentas de ação, redundando muitas vezes em morte.

O espaço doméstico, desta forma, deixa de ser compreendido através da mística de proteção e segurança, perpassada por um tipo de ideologia da vida social. Suas relações são mais complexas e permeadas por expressões sadomasoquistas e frustrações que também fazem parte do plano amoroso num processo de convivência diária.

O espaço público, onde normalmente o indivíduo não tem voz e vez, impregnado pela hierarquização e ações excludentes ao homem comum, local de submissão e passividade, penetra o espaço doméstico enquadrando a casa ou os espaços de interações privadas num *locus* privilegiado de violência. O quotidiano do homem comum marcado pela ausência de direitos básicos elementares, pela forma violenta de disciplinarização do espaço público, onde é visto como potencialmente perigoso, e onde se defronta com a necessidade de comprovação diária de que é um trabalhador, de que é honesto, transforma este local público em algo distante de si onde se sente irremediavelmente deslocado, de fora. Faz com que o pertencimento social de um indivíduo se construa pela hierarquização da vida quotidiana e da utilização do espaço público para fins privados. O que estabelece uma lógica perversa criada pelo estatuto do privilégio, de uma inversão da cidadania. O homem comum, sem a mediação do mercado, não tem lugar social, o seu lugar na sociedade se forma através de sua conformação à disciplina do trabalho (KOURY, 1989), pela consolidação da passividade e assimilação de não direitos. Enfim, pela disciplina e eterna vigilância como elementos de controle.

O espaço público, assim, enquanto *locus* de privilégios exclui o homem comum de direitos, assimilando-o apenas pela passividade manifesta a aceitação da lógica do mercado. As regras de participação social se consolidam pela exclusão. O espaço público para o homem comum, desse modo, configura-se como um lugar ao qual ele não pertence, espaço dos "bacanas", dos "doutor", dos "chefia". Lugar de controle fundamentados numa lógica dual de diferenciação da pobreza, naturalizada entre o bem e o mal.

O espaço doméstico ou o espaço das interações primárias, lugar onde o indivíduo é reconhecido como pessoa, reflete o público, onde não se é reconhecido, onde as relações se manifestam pela passividade. O espaço público, assim, invade o privado, transfigurando as relações primárias nele contido. Em vez de uma horizontalidade das relações, se estabelece uma verticalidade onde se busca fundar uma hierarquização. As relações domésticas, dessa forma, se tornam tensas, permeadas que estão da lógica das relações mantidas no público.

A quebra da horizontalidade provoca o "nervoso" e a falta de controle pessoal (DUARTE, 1986). A internalização da exclusão social, como limite de sua participação social, recheia o imaginário do homem pobre da lógica dual de diferenciação da pobreza imposta pela sociedade de mercado. Ambos os processos recheiam o quotidiano das relações primárias mesclando-as numa simbiose de relações de poder e de medo. O Medo de que os filhos, genros, noras, pai, mãe, etc. se tornem "marginais" ou "malandros", cria uma ansiedade manifesta no quotidiano das relações,

transformando-as em relações potencialmente tensas. De outra parte, o campo de tensões é originado pela introjeção das relações de poder postas na sociedade de mercado, de hierarquização e privilégios. Se no espaço público o homem comum age de forma passiva, domesticada, no espaço doméstico ele é quem comanda, quem dá as regras, que inclusive servirão para orientar a si e os seus na sociedade de mercado.

A autoridade de que é caudatário no interior do espaço doméstico quebra a horizontalidade idealmente aceita como fazendo parte das relações domésticas, enquanto relações amorosas, construindo espaços de cisão na ingerência do mando, no complexo processo de formação da pessoa no interior das relações primárias.

A ação violenta assim se manifesta como fundamento de poder e manutenção da hierarquia no interior do espaço doméstico.

O espaço doméstico, assim, torna-se ambiente propício ao desenvolvimento da exclusão social. Aqui, o privado é permeado da exclusão vivenciada no público de forma invertida. Como garantidora do processo de internalização da lógica do mercado, as relações domésticas se processam como profundamente hierarquizadas e submetidas à grande carga de tensão emocional, geradora em muitos casos de situações violentas, que se traduz em um resultado final de morte física do ente querido, de forma acidental ou não.

Assim, em vez de segurança e proteção, ou talvez em nome desses conceitos, como uma espécie de inversão ideológica, o espaço doméstico é o sítio onde se desenvolvem agressões, e núcleo fundamental das tensões quotidianas do homem comum, cristalizando a lógica da privatização do espaço público, e o de distância e exclusão social nela contida.

A Segurança Pública

A ação do Estado é refletida aqui, principalmente, através da atuação dos órgãos de segurança pública, especificamente as polícias civil e militar. Os dados da pesquisa informam que nos primeiros seis meses de 1993, 10 (dez) policiais (entre civis e militares) foram nominados pela imprensa local como acusados diretamente de homicídios ou tentativas qualificadas contra a população. O que perfaz um índice de 3,7% do conjunto dos acusados.

Aproximado de um segundo mapeamento realizado pela SAMOPS sobre a violência policial no Estado da Paraíba, entre os meses de janeiro a agosto de 1993, o quadro estatístico das práticas policiais violentas amplia-se de modo assustador. De um total de 65 denúncias, tem-se o número de 103 policiais identificados como autores de ações violentas, contra 59 vítimas identificadas como trabalhadores e pessoas comuns.

Os 103 acusados distribuem-se segundo sua vinculação ao quadro policial, da seguinte forma: 73,8% são identificados como agentes ou soldados; 12,6% como delegados; 9,7% como cabos e sargentos; 1,9% como agentes penitenciários; e 1,9% como oficiais. Segundo a corporação a que pertencem, estão assim segmentados: 58,5% são policiais militares; 36,9% policiais civis; 3,0% guardas municipais, e 1,6% da Polícia Rodoviária Federal.

As acusações sobre esses policiais recaem sobre um conjunto de atividades ilícitas assim listadas: Espancamento, 44,6%; homicídios, 16,9%; omissão, 10,8%; prisão

ilegal, 7,7%; invasão de domicílio, 6,1%; baderna, 4,6%; agressão moral, 3,1%; assalto, 1,5%; aliciamento, 1,5% e estupro, 1,5%.

É importante registrar que esse número pode ser bem maior, quando estendido ao volume de vítimas de autor desconhecido. O total dessas vítimas chega a representar 36,4% do conjunto dos dados da pesquisa base, aqui, analisada.

Grande parte do registro nos jornais paraibanos de corpos encontrados vítimas de ação de desconhecidos, trazem traços de eliminação bastante conhecidos na sociedade e característicos da ação de grupos de extermínio ou esquadrão da morte. Normalmente esses corpos são encontrados em locais ermos ou de difícil acesso, servindo de cemitério clandestino ou ponto de desova. Trazem marcas de tortura, os braços e pernas amarrados, tiro na cabeça de calibre 38 (arma privativa de policiais), além de dedos decepados e uso de ácidos para dificultar a identificação das vítimas.

Como se sabe, no Brasil a interrelação polícia e bandos de extermínio é corriqueira. A ação da polícia em ações privadas, para proteção de comerciantes, empresas ou ruas residenciais é explicada até pelos comandos e chefes de corporação, como forma de resolver os baixos salários do policial. Em Recife (Pe), por exemplo, policiais civis e militares entraram com uma ação na justiça do trabalho local contra comerciantes após serem dispensados do serviço de segurança privada que faziam, durante os turnos de trabalho enquanto policiais. Perguntado ao comando da polícia militar se era permitido aos seus policiais servirem de segurança privada, foi respondido que a guarnição era omissa a esse respeito, e se fazia vista grossa aos casos desse tipo, pois era uma forma do policial resolver individualmente os parcos salários pagos pela corporação (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15.09. 93). Este exemplo representa bem o que acontece em todo o Brasil. No caso do Rio de Janeiro a inserção do policial na rede privada de segurança e no interior da própria criminalidade organizada mostra, além do aspecto comum da privatização da segurança pública, o lado perverso da segurança no país, onde a fronteira entre segurança e criminalidade desapareceu, ficando em seu lugar o medo cotidiano do homem comum que vive entre fogos cruzados. Uma pesquisa realizada em 1978 pelo Instituto Gallup junto à população carioca revelou que o clima de insegurança vivenciado no dia-a-dia faz com que as pessoas temam tanto os assaltantes que (possivelmente) as ameaçam, quanto aos policiais que as deveriam proteger (Instituto Gallup de Opinião Pública: 1978).

Embora não exista uma pesquisa nesse sentido para a Paraíba, e apesar do Rio de Janeiro representar uma situação limite para a análise da relação polícia e criminalidade, pelas parcas notícias em jornais pode-se pressupor que esses limites se não estão profundamente borrados, se encontram, aqui e acolá com manchas, dificultando uma delimitação clara. No caso da segurança pública servir como segurança privada no campo e na cidade, no estado da Paraíba e no Nordeste de um modo geral, esta relação faz parte de um traço histórico e característico da região. Com o advento das companhias de segurança privada, na década de setenta, esta relação sofreu uma modificação. Os quadros da polícia que se prestam a tal serviço (quase sempre com contratos duvidosos e às vezes envoltos sob a capa de extorsão), a comerciantes, empresários e proprietários de terra, passaram a se organizar em grupos poderosos de extermínio e ação armada para segurança individual.

Os grupos de extermínio crescem na Paraíba, tendo os próprios jornais locais, durante quase todo o mês de agosto do ano de 1993, dado destaque a notícias de

corpos encontrados na divisa com o estado de Pernambuco com características de desova praticada por esquadrões da morte, sem que nenhum caso tenha sido investigado e esclarecido pela polícia.

Além do uso privado das forças públicas de segurança na Paraíba, e da suposição da participação de policiais em grupos de extermínio, a ação violenta da polícia no Estado, durante o ano de 1993 se revelou através do uso de tortura e morte no interior dos presídios, e da prática de espancamento e tiroteios nas diligências efetuadas, e demais ações ilícitas citadas anteriormente.

Neste sentido, os órgãos de segurança pública no Estado atemorizam antes de proteger o cidadão comum. O sentimento de impunidade, o protecionismo da corporação, associado a baixa remuneração e falhas no sistema de recrutamento, seleção e formação do policial, agravam o quadro da insegurança da população e ampliam os referenciais negativos das ações policiais. Geram, também, um enfraquecimento da auto-censura do policial comum que passa a considerar-se um cidadão que tudo pode, uma "otoridade", enfim, como jocosamente é mencionado no vasto imaginário popular.

O enfraquecimento da auto-censura e a prática comum do agir como potenciais milícias privadas de comerciantes e proprietários rurais e urbanos, por outro lado, uma das formas de solução dos baixos salários recebidos do Estado, como vem acontecendo em Pernambuco, por exemplo, favorecem uma opacidade dos códigos de segurança pública em benefício de uma prática invertida da ação pública, que privilegia os privilegiados e reprime o cidadão comum ampliando sua exclusão social.

A questão da segurança pública tem que ser pensada, assim, no interior dos códigos que norteiam a prática patrimonialista no país, isto é, na política de aprofundamento da distância social e cristalização dos privilégios das elites, antes que ação pública que busque resguardar e valorizar os direitos da maioria da população e a prática da cidadania.

A Rotinização do Medo

Os números revelados pela pesquisa da SAMOPS sobre a violência no Estado da Paraíba, revelam um quadro atemorizante. Antes que praticados por "marginais" ou "bandidos", o ato violento é principalmente praticado pelos "cidadãos", no interior de um automóvel, de sua residência ou pontos de encontro de amigos, e pelas forças de segurança pública que deveriam proporcionar a integridade física e a cidadania da população. Nesse sentido tem-se como característica fundamental do ato violento na Paraíba a privatização do espaço público, de um lado, e o medo, como espelho desse avanço do privado sobre o público, proporcionando a rede de insegurança cotidiana vivenciada pela população na contínua luta pela sobrevivência.

O medo que invade e permeia as relações do homem comum diz respeito aos elementos que o empurram para a exclusão. Os códigos patrimonialistas da sociedade brasileira e local, ao borrar as fronteiras entre o público e o privado, em benefício da distância social entre privilegiados e comuns, enaltece uma lógica esquizofrênica onde se busca internalizar a sensação do temor como inerente à vida cotidiana. Esse temor, enquanto sensação difusa, preenche vários campos das relações diárias dos homens, no espaço público invadido por relações do privado.

A população tem medo do trânsito, tem medo da polícia, tem medo das repartições públicas, e por extensão, tem medo da carestia de vida, de perder o emprego, de morrer, de ficar doente e deixar a família sem amparo, enfim, tem medo... Esse medo repercute no comportamento geral desses homens, numa espécie de ansiedade persecutória que reflete-se também nas suas relações familiares e com os demais indivíduos (próximos ou não). O medo faz crescer a agressividade do sujeito para consigo próprio e para com os demais. Abre caminho para o binômio medo-violência como uma poderosa forma de controle social, e como desvio da discussão principal sobre o conteúdo da cidadania numa sociedade patrimonialista.

O binômio medo-violência passa por cima da discussão do uso privado do espaço público e da própria ideologia do medo que propaga subliminarmente a ação agressiva como forma de proteção individual e o uso privado de forças de segurança para os mesmos fins. Para essa ideologia não interessa o fim da criminalidade por si, o que interessa, de fato, é a garantia da desigualdade e distância social, da manutenção dos privilégios de alguns, e da manutenção do medo como finalidade de controle.

Para finalizar, cabe registrar que dos 267 acusados de prática violenta nos seis primeiros meses de 1993 no estado da Paraíba, segundo os dados da SAMOPS, treze (13), ou seja, 4,9% do total, foram atribuídos a problemas relacionados com assalto e delinquência. E no caso das vítimas, quinze (15) das 272 arroladas na referida pesquisa, isto é, 5,5% do total, foram relacionadas como assaltantes, traficantes ou delinquentes, ou vítimas da ação desses grupos. Assim sendo, a pesquisa mostra que embora o número de assaltos e outras formas de ação violenta existam na Paraíba, com números que não podem ser desconsiderados, a violência maior encontra-se situada em outros espaços da sociedade tidos pelo senso comum como inofensivos: como o trânsito, as relações domésticas e entre próximos, e através dos órgãos que deveriam proporcionar a proteção e segurança da população, as próprias polícias civil e militar.

A pesquisa demonstra, enfim, que a discussão sobre violência no Brasil tem que passar por uma discussão das bases de assentamento do poder e da política de privilégio e exclusão proporcionada, bem como pela reformulação das construções que erigiram a idéia da cidadania como negação de direitos e enquanto política de controle e adestramento do homem comum, trabalhador em potencial.

BIBLIOGRAFIA

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. "Direitos Humanos ou 'Privilégios de Bandidos'? Desventuras da Democratização Brasileira". *Novos Estudos* (30): 162-174, São Paulo: julho, 1991.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DUARTE, Luiz Fernando D.. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986.
- INSTITUTO GALLUP DE OPINIÃO PÚBLICA. *Índice IV* (79), de 1º a 15 de setembro de 1978.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. "A Imagem do Pobre Perigoso". *Cadernos do CEAS*, 123: 14-17, setembro/outubro, 1989.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

O'DONNELL, Guilherme. "Transições, Continuidades e Alguns Paradoxos". In: REIS, F. W. e O'DONNELL, G. (órgs.). *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

Industrialização restrita e condição operária: os têxteis na Paraíba*

Jacob Carlos Lima**

"É um sinal dos tempos"¹.

São vários os sinais dos tempos. Se, há um século atrás, a indústria têxtil representava a industrialização, a modernidade e, concentrava o nascente proletariado urbano, hoje, no mesmo lugar em que inicialmente se desenvolveu, praticamente desapareceu. Fim da indústria têxtil? Não, apenas sua redistribuição espacial no âmbito do capitalismo mundial, na divisão internacional do trabalho.

As mudanças tecnológicas e organizacionais resultaram em alterações significativas no processo de produção têxtil, sem contudo implicar transformações radicais. O processo continua descontínuo, sendo, ainda, um dos setores que mais empregam mão de obra. Seus operários deixaram de ser representativos do operariado fabril, cedendo o lugar às novas categorias de trabalhadores vinculados aos ramos industriais "modernos". O contingente de trabalhadores reduziu-se e, os sindicatos perderam influência.

Para a Inglaterra, berço dessa indústria, hoje é mais econômico comprar tecidos prontos de países do chamado terceiro mundo do que produzir em sua própria casa. As conquistas operárias tomaram a mão de obra muito cara. Mais que a produção industrial, propriamente dita, o que conta hoje em dia é a produção de tecnologia, papel mantido pelas primeiras potências industriais. Dessa forma a indústria têxtil ficou com a "periferia".

E é na "periferia" que podemos falar do surgimento de um novo operariado - têxtil. Novo porque, praticamente inexistente no período anterior ou, quando existente, vinculado a processos tecnológicos e organizacionais obsoletos, modernizados a partir de programas estatais de desenvolvimento industrial. É o caso da indústria têxtil, nordestina e de seu operariado.

Este trabalho, resulta de pesquisa², que teve por objetivo, conhecer o novo operariado têxtil da Paraíba, formado a partir da instalação de indústrias incentivadas pela SUDENE - desde a década de 60.

* Comunicação apresentada no III Encontro Nacional de Estudos do trabalho, realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1993. Trata-se de discussão preliminar de dados de pesquisa, desenvolvida junto ao SINE-PB e Departamento de Ciências Sociais da UFPB, com apoio do CNPq. Colaboraram em sua execução: Fernando Luis Silva, Maria Cristina R.Barreto, Petrônio P.Osias e Eliane A.Brocker. O texto foi revisado pelo Prof. Amador Ribeiro Neto, do DLCV-UFPB.

** Professor do Mestrado em Ciências Sociais da UFPB.

Depois de 20 anos da implantação dessas indústrias pouco se sabe sobre o perfil do operariado resultante. A industrialização implementada foi restrita e as fábricas instaladas não tiveram um efeito multiplicador atraindo outras fábricas. Mesmo assim, sua implantação implicou investimentos de infra-estrutura e crescimento do aparelho do Estado. Isto provocou uma dinamização das atividades econômicas, transformando a configuração espacial da cidade de João Pessoa, com alterações na estrutura social: crescimento da migração campo-cidade, surgimento de novas categorias sociais, etc. O setor têxtil reúne um dos contingentes operários mais significativos do estado, seja em termos numéricos, seja de qualificação (seu processo de trabalho exige grande quantidade de trabalhadores semi-qualificados e qualificados), e mesmo de organização. A Grande João Pessoa, concentra 70% das indústrias do estado, as maiores e as mais modernas tecnologicamente.

Algumas questões orientaram a pesquisa. A preocupação com o tema partiu, inicialmente, de uma das reclamações constantes do empresariado brasileiro: a falta de mão de obra qualificada. No Nordeste, essas reclamações assumem maior intensidade, pelo caráter recente da industrialização. Todavia, a situação apresenta uma série de nuances que sempre foram desconsideradas: o baixo investimento em qualificação formal dos operários, o aprendizado efetivo no trabalho e, fundamentalmente, os baixos salários.

Outro dado significativo, refere-se à desqualificação do operário pela simplificação das tarefas, redução do tempo de aprendizado e, conseqüentemente, queda salarial e maior *turn over* da força de trabalho. O setor têxtil, em que pese esses fatores, exige uma mão de obra minimamente treinada e com certo nível de qualificação, o que, em tese, implicaria uma menor rotatividade de seus operários. A rotatividade pode ser onerosa para empresa pelo gasto de treinar mão de obra com conseqüente queda de produtividade. Por parte dos operários, os limites do mercado de trabalho não favorecem a rotatividade voluntária.

A maior permanência no emprego implica maior experiência e "profissionalização", maior identificação destes trabalhadores enquanto categoria. O mercado de trabalho têxtil e fabril, passa a ter especificidades que retardam o acesso de trabalhadores sem experiência fabril - ou mesmo urbana.

Por outro lado, a dimensão do parque industrial e, conseqüentemente, da concentração operária, influi decididamente na consolidação de uma cultura operária-entendida como hábitos e valores resultantes de uma vivência no universo fabril e que se estendem à vida cotidiana - caracterizando comportamentos individuais e coletivos.

Numa região onde mais da metade da força de trabalho sobrevive no mercado informal, o emprego na fábrica e a profissionalização decorrente, podem ser vistas como forma de ascensão social, uma situação de classe diferenciada no conjunto dos trabalhadores.

A industrialização paraibana: alguns antecedentes.

A indústria, durante a primeira metade deste século, teve participação pouco significativa na economia paraibana. Na maioria dos casos eram pequenas unidades fabris, ou oficinas artesanais. Em 1920, apenas 6,4% das indústrias existentes empregavam mais de 20 trabalhadores. Dos 251 estabelecimentos existentes, 169

eram considerados têxteis, empregando 1.818 operários de um total de 3.035 para todo o estado. Eram, em sua maioria, usinas de beneficiamento de algodão - no setor têxtil, de beneficiamento de couro, cigarros e bebidas. Apenas quatro estabelecimentos apresentavam uma concentração de operários superior a 100.

Até essa data existia apenas uma fábrica têxtil, a Cia. de Tecidos Parahybana - Fábrica Tibiry, fundada em 1891 no município de Santa Rita, que empregava aproximadamente 700 operários. Era uma das únicas que poderíamos chamar de "sistema fábriil" com uma organização da produção e relações de trabalho relativamente sistematizadas e vila operária.

Em 1924 começou a funcionar a Cia. de Tecidos Paulista - Fábrica de Rio Tinto, do grupo Lundgren de Pernambuco, no município de Mamanguape. Posteriormente a fábrica e sua vila operária, constituíram o único município monofábrica do estado: Rio Tinto.

Estas duas fábricas caracterizavam-se por relações de trabalho denominadas por Leite Lopes(1988) de "sistema fábrica-vila operária", onde a fábrica produzia e reproduzia a força de trabalho de que necessitava, através da vinculação trabalho-moradia, trabalho familiar e, um controle sobre a vida extra-fábrica dos operários. Esse sistema, com presença significativa na indústria têxtil, entrou em decadência nos anos 50, com a formação de mercados de trabalho e, a abundância de oferta de mão de obra nas diversas regiões do país. A integração física dessas regiões, o aguçamento da concorrência entre as fábricas, afetaram diretamente as fábricas nordestinas, acostumadas com mercados protegidos e produção baseada em trabalho intensivo.

Na década de 30 e 40, quatro indústrias têxteis foram fundadas no município de Campina Grande: a S/A Indústria têxtil de Campina Grande(1933) com 279 operários na produção, a Comércio e Indústria Marques de Almeida(1937) com 136, a Campinense Indústrias Gerais(1939) com 390, e o Cotonificio Campinense(1949) com 183 operários. Além dessas, outras funcionaram por curto espaço de tempo, com poucos registros sobre sua operação. Esse período correspondeu à crise pré-2ª guerra e à guerra propriamente dita, que favoreceu a exportação de produtos têxteis, beneficiando a indústria regional.

Em 1939, a indústria têxtil do estado era a primeira em valor da transformação industrial e a primeira em mão de obra ocupada, com 9844 trabalhadores vinculados ao setor, que incluía, também, as usinas de beneficiamento de algodão e a produção de tecidos artesanais e o 9º lugar na relação VTI/pessoal ocupado. Este quadro repetiu-se em 1949, mantendo a dianteira no VTI do estado e na mão de obra ocupada (10458), subindo para o 7º lugar na relação VTI/PO. Em 1959 ainda persistia a dianteira do setor têxtil, com 8.065 trabalhadores, agora em 5º lugar na relação VTI/PO. Em 1970, o setor continua em primeiro lugar no VTI e segundo no pessoal ocupado, com uma redução da mão de obra em torno de 32%, passando a 5548 trabalhadores, resultante das políticas de modernização do setor. A relação VTI/PO voltou para o 9º lugar.

A partir dos anos 60, com a implementação da política de desenvolvimento industrial da SUDENE, mesmo recebendo menos recursos que estados vizinhos como Rio Grande do Norte, Piauí e Alagoas, a Paraíba teve, até 1972, 117 projetos aprovados, com 44 em funcionamento, 19 voltados para modernização e 73 em fase de implantação. Manteve, até 1975, o 4º lugar do PIB entre os estados nordestinos,

entrando em declínio posteriormente. Entre 1970 e 1980 não atingiu a metade do crescimento industrial da região³. Mesmo assim, 33 das maiores empresas (de todos os setores), da região, encontram-se no estado.

TABELA 1 - INDÚSTRIAS TÊXTEIS - PARAÍBA

INDÚSTRIA	LOCAL	FUNDAÇÃO	PESS. OCUP.	
1. TOALIA S/A. Indústria Têxtil	J.Pessoa	24/08/68	Adm.	156
			Prod.	455
2. CITEX Cia. Têxtil Industrial	J.Pessoa	20/12/72	Adm.	12
			Prod.	608
3. Indústria Cirne Ltda.	C. Grande	26/05/75	Adm.	08
			Prod.	12
4. CONTEPA Cooperativa Mista dos Têxteis do Estado da Paraíba	J.Pessoa	26/05/75	Adm.	03
			Prod.	ñ consta
5. BRATEST S/A	Sta. Rita	27/03/85	Adm.	02
			Prod.	00
6. NORFIL S/A Indústria Têxtil	J.Pessoa	12/02/87	Adm.	31
			Prod.	302
7. FINÁSA - Fiação São Marcos S/A	J.Pessoa	15/02/89	Adm.	05
			Prod.	ñ consta
8. COTTON - Cia. Têxtil do NE	J.Pessoa	08/06/89	Adm.	03
			Prod.	02
9. CINORD Ind. e Com. Ltda.	J.Pessoa	16/05/91	Adm.	26
			Prod.	78

FONTE: Cadastro Industrial da Paraíba - 1992

Nesse período nove indústrias têxteis foram criadas no estado (veja-se tabela 1), algumas de porte considerável com produção voltada para mercado nacional e internacional. Permanece sendo o setor que mais emprega mão de obra no quadro geral da indústria de transformação, com 5523 trabalhadores, ou seja 27,5% do total de operários empregados (veja-se tabela 2).

Apesar de, historicamente, ter se constituído em setor majoritário na ocupação da mão de obra industrial, o operariado paraibano não se destacou em termos de organização e lutas sociais. Por se concentrar em unidades isoladas e dispersas pelo estado não se formou efetivamente uma cultura operária. A presença dessa categoria de trabalhadores na estrutura social do estado sempre foi secundária, o que talvez explique a quase inexistência de registros acerca de mobilizações reivindicatórias.

**TABELA 2 - TOTAL DE TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
SEGUNDO RAMOS INDUSTRIAIS - PARAÍBA**

RAMO	Nº DE EMPRESAS	%	TOTAL DE TRABALHAD.	%
Bebidas e álcool	5	6,7	1.842	92,0
Couro e Peles	5	6,7	480	2,4
Edit. e Gráfica	3	4,0	355	1,5
Metalurgia	10	13,3	1027	5,1
Mín.não metálic.	11	14,7	1665	8,3
Mobiliário	2	2,7	210	1,0
Papel e papelão	3	4,0	315	1,6
Perfumaria	1	1,3	53	0,3
Plástico	5	6,7	1393	6,9
Prod. Aliment.	10	13,3	3363	16,7
Borracha	1	1,3	160	0,8
Têxtil	11	14,7	5523	27,0
Vest. e Calçados	6	8,0	3493	17,3
Prod. Farmaceut.	2	2,7	275	1,4
TOTAL	75	100,0	20154	100,0

FONTE: Buonfiglio(1991:38)

O operariado têxtil: perfil

Foi aplicado um questionário a uma amostra de 97 operários, divididos, proporcionalmente, nas três principais fábricas de João Pessoa⁴. Destes, 68 (70%) foram respondidos por homens e 29(30%) por mulheres. Essa proporção, apesar de aleatória, reflete a distribuição por sexo no setor têxtil do estado. Dados de 1991, apontam 26,7% de mulheres e 73,3% de homens empregados neste setor industrial (Buonfiglio, 1991: 147). Entre as mulheres, 58,6% estavam na faixa etária de 18 a 25 anos. Os homens, 32,4% entre 19 e 25 anos e 29,4% entre 25 e 30 anos, ou seja 61,8%.

TABELA 3 - OPERÁRIOS TÊXTEIS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	H	%	M	%	T	%
até 18 anos	—	—	04	13,8	04	4,1
de 19-25	22	32,4	13	44,8	35	36,1
de 26-30	20	29,4	03	10,4	23	23,7
de 31-35	11	16,2	05	17,2	16	16,5
de 36-45	13	19,1	04	13,8	17	17,5
>de 46	02	2,9	—	—	02	2,1
TOTAL	68	100,0	29	100,0	97	100,0

FONTE: pesquisa direta

Esses números acompanham a faixa de idade média do operário fabril, com declínio a partir dos 30 anos (conforme tabela 4). Todavia entre os têxteis, a faixa de 26 a 45 anos representa 57,7% dos trabalhadores empregados (notadamente entre os homens), o que pode ser atribuído à maior especialização⁵ exigida pelas fábricas e a permanência desses operários no mercado de trabalho.

Do total de operários 58,8% eram casados, 64,7% dos homens e 44,8% das mulheres. A preferência por trabalhadores casados vincula-se à maior responsabilidade esperada destes trabalhadores, dados seus compromissos com mulher e filhos. Para as mulheres, ao contrário, as solteiras tem menos obrigações familiares e, portanto, menor possibilidade de faltas em função dessas obrigações. Cerca de 60% dos casados tem filhos, e 70% possuem de 1 a 2 crianças. Apenas 22,7% dos cônjuges (majoritariamente os maridos) trabalham e, destes, apenas 18% em fábrica. Os demais distribuem-se em atividades diversas.

**TABELA 4 - EMPREGO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA EM 31/12
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - PARAÍBA**

FAIXA ETÁRIA	EMPREGO	%
10 - 14	109	0,28
15 - 17	968	2,50
18 - 24	11.924	30,86
25 - 29	7.570	19,60
30 - 39	10.157	26,30
40 - 49	4.849	12,55
50 - 64	2.375	6,15
65 ou mais	184	0,48
não declarado	496	1,28
TOTAL	38.641	100,0

Fonte: RAIS/1988

A distribuição geográfica deste operariado reflete a proximidade com fábricas ou propriamente do distrito industrial. É o caso do eixo da Avenida Cruz das Armas-BR-101: nos bairros de Cruz das Armas, Novais, Funcionários (I, II, III, e IV) Jardim Planalto, Grotão, Costa e Silva, E. Sátiro, Cepol e Gauchinha, Jardim Veneza, residem 47,4% dos operários têxteis. Seguem-se as cidades-dormitório de Bayeux e Santa Rita com 14% e o eixo Rangel-Cristo-Geisel com 12,4%. Os 26% restantes distribuem-se pelos demais bairros populares da cidade. Grande parte dos bairros

citados são conjuntos residenciais construídos a partir de 1970, acompanhando a expansão da cidade com a instalação do distrito industrial.

Sem tradição operária significativa, não se formaram em João Pessoa bairros operários como em São Paulo, no Rio de Janeiro ou mesmo em Recife, onde a história da cidade, de suas lutas sociais, de sua expansão geográfica, refletiram momentos do processo industrializante. Os atuais bairros operários ou foram recém-construídos como resultado das políticas habitacionais do BNH, ou são antigos bairros populares, periféricos da cidade até então, local de origem de parte do novo operariado. A exceção fica por conta de Santa Rita, nas proximidades da capital, com sua fábrica têxtil e vila operária.

Cerca de 63,9% dos operários, residem em casa própria ou financiada. Vale observar, ainda a existência de vilas operárias, embora pouco significativa, em termos de operários residentes. A vila agora virou "conjunto", ou "granja" da fábrica. Não apenas uma mudança semântica. Ela deixou de ser espaço de "formação" da força de trabalho (Leite Lopes, 1988), mas manteve a característica de garantir a mão de obra imprescindível ao funcionamento da fábrica. As casas agora vão para diretores, mestres, contra-mestres - enfim para os ocupantes dos cargos de confiança, os quais podem ser chamados a qualquer hora, em casos de urgência, ou quando necessário.

Origem e entrada no mercado de trabalho.

Uma das características do novo operário fabril, é sua origem eminentemente urbana, seja operária ou não. Os 20 anos de funcionamento do distrito industrial e a migração de outras cidades com fábricas têxteis, levou à formação de um operariado com certa experiência fabril.

Quase metade dos entrevistados(46%) eram naturais das zonas urbanas de João Pessoa ou de municípios da Grande João Pessoa: Santa Rita, Bayeux e Cabedelo; 12,4% de cidades com fábricas têxteis como Rio Tinto, Campina Grande, Goiana, Paulista e Recife. Cerca de 25,8% eram do interior da Paraíba, sendo que 52,% de áreas urbanas e 48% de áreas rurais. De um total de 55 migrantes, 70% estavam a mais de 6 anos em João Pessoa, o que permite inferir acerca da importância da experiência urbana no emprego fabril, assim como da constituição de redes sociais que lhes facilitem o acesso a esse mercado de trabalho.

Apenas 21,0% eram filhos de agricultores ou trabalhadores rurais. Nos demais, os pais eram trabalhadores urbanos sendo que, destes, 21,0% eram filhos de operários fabris - um indicador da baixa mobilidade ocupacional destes trabalhadores, com a permanência geracional na atividade, a fábrica constituindo-se num caminho a seguir (três declararam que os filhos já trabalhavam: dois eram operários de fábrica). Todavia, a porcentagem de filhos de operários da construção civil- 15,9% - pode mascarar a origem rural, uma vez que a construção civil é uma das portas de entrada no mercado de trabalho urbano. Mesmo assim, a origem urbana é predominante, e mais ainda, operária se somarmos os setores considerados operários *strictu sensu* (vinculação direta com a produção): fabril/construção civil e transportes: um total de 45%.

Em 81% dos casos a mãe não trabalhava fora de casa. Esse padrão não é uma exclusividade local, sendo característica da maioria do operariado fabril no Brasil, não só a mãe, como a esposa.

Esse dado, junto com a baixa participação feminina na indústria têxtil local (lembrar que a indústria têxtil foi pioneira na utilização de mulheres e crianças havendo no Brasil, quando não maioria feminina, pelo menos um equilíbrio entre homens e mulheres) revela duas ordens de fatores: a primeira de natureza econômica, reflete o desenvolvimento econômico da Paraíba⁶, uma industrialização e um mercado de trabalho limitados, onde a presença masculina é preponderante. Cargos tidos como femininos são ocupados por homens pela escassez de empregos oferecidos no mercado e a precedência do "chefe de família". O segundo, não totalmente independente, reflete fatores de ordem cultural numa sociedade onde o papel da mulher continua predominantemente doméstico, garantindo a reprodução do grupo familiar.

Existe uma valorização, por parte dos operários, da divisão sexual do trabalho tradicional, com atividades femininas restritas ao lar e, a subordinação da mulher ao homem. Segundo Durhan (1980:202), a valorização da família e da vida doméstica pelos operários não é uma característica brasileira ou de sociedades de industrialização recente. Estudos sobre a formação da classe operária inglesa demonstram a solidez da vida doméstica, e dessa divisão sexual do trabalho, não como apego ao passado, mas superação de uma situação de miséria e desorganização familiar. O trabalho feminino representa a impossibilidade do grupo familiar de se manter, pelos baixos rendimentos ou por sua irregularidade. A superação dessa situação, se daria com a estabilização, o emprego regular. Nesse sentido, a família matrifocal apareceria mais como condição de miséria do que proposta de um relacionamento mais livre entre os sexos. Pesquisa com operários pernambucanos aponta para uma representação do trabalho feminino como resultado da "falta de homem em casa", mulheres sozinhas e com filhos que são obrigadas a irem para a fábrica e se tornam submissas às chefias em função da necessidade do emprego, sendo comum serem molestadas sexualmente (Lima: 1992).

Depoimentos de diretores/gerentes de fábricas locais, referindo-se às dificuldades de utilizar trabalho feminino quando da instalação das indústrias, destacavam as resistências de pais e maridos. Para o homem, manter a mulher em casa é um sinal de que é capaz de manter seu papel como provedor e garantia de uma vida doméstica mais cômoda (Durhan, 1980: 20). Entretanto, deve ser lembrado que fábricas tradicionais utilizavam essa mão de obra. A fábrica Tibiry (Cia. de Tecidos Paraibana) na cidade de Santa Rita, possuía vila operária e seu turno de trabalho tinha um intervalo de 4 horas. Entrava-se às 6 horas da manhã, saía-se às dez, entrava-se às catorze e saía-se às 18 horas. Esse horário possibilitava às operárias a manutenção de um cotidiano doméstico sem alterações substanciais.

O emprego e a profissionalização

Os operadores de máquinas - tecelões, fiandeiros, operadores de conicaleira, de urdideira, de maçarocqueira - constituíram a maioria- 48,4% - da amostra, seguidos pelos mecânicos- 17,5% - e auxiliares de produção - 13,4. São os trabalhadores mais representativos do operariado têxtil. São considerados semi-especializados (os operadores) e qualificados (mecânicos). Os primeiros, por suas funções não exigirem um tempo longo de aprendizado ou mesmo um aprendizado formal, como é o caso dos segundos. De qualquer forma, tratam-se de ocupações que profissionalizam o operário, facilitando seu trânsito no mercado de trabalho desse setor industrial.

Uma das explicações para o fato é o caráter descontínuo do processo de produção que se dá em três etapas distintas e independentes, embora conexas: a fiação, a tecelagem e o acabamento. Cada etapa subdivide-se em diversas operações, operações estas que exigem operários específicos.

As mulheres concentram-se em funções menos qualificadas, como operadoras de máquinas (tecelãs, fiandeiras), costureiras e desqualificadas, como serviços gerais de suporte e auxiliares de produção. Este fato reflete-se, também, em menores salários.

TABELA 5 - FUNÇÃO/OCUPAÇÃO-SEXO

FUNÇÃO/ OCUP.	T	%	H	%	M	%
Aux.serv. gerais	06	6,2	01	1,5	05	17,2
Operador de máquinas	47	48,4	33	34,0	14	48,3
Mecânico	17	17,5	17	17,5	--	--
Aux.de prod.	13	13,4	07	10,3	06	20,7
Costureira	06	6,2	02	2,9	04	13,8
Eletricista	01	1,0	01	1,5	--	--
Téc. têxtil	01	1,0	01	1,5	--	--
Supervisor	02	2,1	02	2,8	--	--
Outros	04	4,1	04	5,9	--	--
TOTAL	97	100,00	68	100,00	29	100,00

FONTE: pesquisa direta

TABELA 6 - IDADE DE ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO

IDADE	T	%
até 10 anos	03	3,1
de 11 a 14	15	15,5
de 15 a 18	44	45,4
de 19 a 21	21	21,6
de 22 a 25	05	5,2
de 26 a 30	05	5,2
> de 30	04	4,0
TOTAL	97	100,00

FONTE: pesquisa direta

A entrada no mercado de trabalho ocorreu cedo para 64% dos trabalhadores. Aos dezoito anos já estavam nas fábricas(tabela 6). Para 39,2% dos entrevistados a fábrica foi o primeiro emprego. Entre os 60,8% restantes, 78% já tinham trabalhado em fábrica, e destes 47,5% em fábricas têxteis. Embora a rotatividade seja grande, a experiência e "profissionalização" referidas faz com que parte desses operários permaneçam no mercado de trabalho fabril. A alegação dessa permanência, é certa facilidade em conseguir o emprego, favorecida pela experiência (veja-se tabela 7).

TABELA 07 - EMPREGOS ANTERIORES

EMPREGOS ANTERIORES	T	%
Indústria	18	30,5
Indústria Têxtil	28	47,5
Const.civil	02	3,4
Transportes	01	1,7
Comércio	06	10,2
Serviços	03	5,0
Outros	01	1,7
TOTAL	59	100,0

FONTE: pesquisa direta

A rotatividade entre operários é desigual entre as fábricas pesquisadas. Uma delas, com salário menor, registra o maior índice. Nas demais, a permanência é maior. Cerca de 41,2% do operários tinham até 2 anos de casa. A partir daí, apesar dos percentuais reduzirem, os índices de permanência são bastante significativos. Quase 30% da amostra tinham mais de 5 anos de casa, e outros quase 30% entre 2 e 4 anos o que indicam uma estabilidade⁷ razoável da força de trabalho, ou seja, quase 60%.

Recrutamento e qualificação

Fizemos algumas referências a importância das redes sociais no recrutamento de operários pelas fábricas, isto porque pesquisas tem demonstrado que a indicação por familiares, amigos ou conhecidos se constitui no "grosso" dos operários selecionados por fábricas(Lima: 1992, Buonfiglio:1991). O fato não é recente. Leite Lopes(1988) demonstrou ser este o método utilizado por fábricas pernambucanas na formação e manutenção de sua força de trabalho na primeira metade deste século. As fábricas modernas continuam recorrendo a esse expediente por sua funcionalidade. A indicação funciona como elemento adicional de pressão sobre os trabalhadores garantindo maior disciplina, além de suprir as necessidades de mão de obra. Por outro lado, mantém relativamente "fechado" o mercado de trabalho àqueles que participam dessas redes sociais. Entram aqui de forma privilegiada os operários de outras fábricas, já com experiência consolidada.

TABELA 8 - TEMPO DE SERVIÇO

TEMPO DE SERVIÇO	T	%
até 1 ano	24	24,7
de 1,1 a 2,0	16	16,5
de 2,1 a 4,0	28	28,9
de 4,1 a 5,0	07	7,2
de 5,1 a 7,0	07	7,2
de 7,1 a 10,0	05	5,2
de 10,1 a 15,0	09	9,3
> de 15	01	0,1
TOTAL	97	100,0

FONTE: pesquisa direta

Com a instalação do distrito industrial, o recrutamento inicial foi feito entre trabalhadores oriundos de escolas técnicas que foram treinados para formar operários. Funcionavam nesse momento a porta de fábrica e as informações passadas por redes informais. Foram recrutados, também, ex-operários de fábricas como Tibiry e Rio Tinto já com experiência - mas em equipamentos obsoletos. Estes foram aproveitados e treinados em novas máquinas e funções, se adequando às normas disciplinares/organizacionais das novas fábricas.

TABELA 9 - FORMAS DE RECRUTAMENTO

FORMAS DE RECRUTAM.	T	%
amigos, parentes e conhecidos	68	70,1
anúncio em porta de fábrica	20	20,7
anúncio em jornal	04	4,1
agência de empregos	03	3,1
SINE	01	1,0
outros	01	1,0
TOTAL	97	100,0

FONTE: pesquisa direta

A indicação como forma dominante de recrutamento é majoritária em todos os cargos da produção (tabela 10). Na função de mecânico a indicação aparece com um percentual menor, embora majoritária. Isto pode ser explicado pela qualificação exigida pela função.

O aprendizado da função dá-se majoritariamente através da observação do trabalho de colegas mais experientes - 64%; segue-se a formação em escolas profissionais - 24,7%, o que reflete o afirmado anteriormente sob formas iniciais de recrutamento, além das necessidades de formação exigidas pelas fábricas.

TABELA 10 - FORMAS DE RECRUTAMENTO/FUNÇÃO

FUNÇÃO	T	%	i	%	apf	%	aj	%	S	%	A	%	O	%
aux. serv. gerais	7	100	6	85,7	1	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-
oper. máq.	46	100	36	78,3	7	15,2	2	4,3	1	2,2	-	-	-	-
mec.	17	100	10	58,8	5	29,4	-	-	-	-	2	11,8	-	-
aux. prod.	13	100	9	69,2	2	15,4	1	7,7	-	-	1	7,7	-	-
costureiro	6	100	4	66,7	2	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-
eletricista	1	100	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-
téc. têxtil	1	100	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
supervisor	2	100	-	-	1	50,0	-	-	-	-	-	-	150	-
outros	4	100	2	50,0	2	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-

i - indicação; apf - anúncio porta de fábrica; aj - anúncio jornal; S - SINE;

A - agências de emprego; O - outros.

FONTE: pesquisa direta

A escolaridade se constituiu num problema para as fábricas instaladas a partir de 60, não somente na Paraíba, mas no Nordeste em geral. As primeiras fábricas começaram a exigir o primeiro grau completo abandonando, posteriormente, essa exigência pela impossibilidade de preencher as vagas, já que aumentar o salário não estava nos planos. Atualmente, o índice de escolaridade aumentou, subindo também o nível de exigência das fábricas. Da amostra pesquisada, apenas 1 operário era analfabeto e se ocupava com serviços de conservação dos prédios. Os demais, 52% tinham até o primeiro grau - embora apenas 18% tenham efetivamente completado; 43% o segundo grau - 23,7% completo. Apenas um tinha curso superior. As mulheres eram as menos escolarizadas da amostra, 48,3% não completaram o 1º grau.

TABELA 11 - ESCOLARIDADE/SEXO

ESCOLAR./SEXO	T	%	H	%	M	%
1º gr. incompl.	34	35,1	20	29,4	14	48,3
1º grau completo	18	18,6	12	17,6	06	20,7
2º grau incompleto	20	20,6	17	25,0	03	10,3
2º grau completo	23	23,7	17	25,0	06	20,7
superior	01	1,0	01	1,5	-	-
analfabeto	01	1,0	01	1,5	-	-
TOTAL	97	100,0	68	100,0	29	100,0

FONTE: pesquisa direta

Os dados da amostra ficam acima do conjunto da industria de transformação do estado conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA 12 - EMPREGO SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO EM 31/12/88
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - PARAÍBA

GRAU DE INSTRUÇÃO	EMPREGOS	%
Analfabetos	4.836	12,50
4ª série incompleta	10.576	27,40
4ª série completa	7.311	19,00
8ª série incompleta	5.693	14,70
8ª série completa	2.759	7,14
2º grau incompleto	2.123	5,50
2º grau completo	2.707	7,00
Superior incompleto	695	1,80
Superior completo	834	2,10
Não declarado	1.107	2,86
TOTAL	38.641	100,00

FONTE: RAIS, 1988

Salários e condições de trabalho.

Os salários na indústria têxtil, ficam um pouco abaixo da média (2,01) da indústria de transformação do estado, com 1,7 salários (tabela 17). Cerca de 75,5% da mão de obra ganham de 1 a 3 salários mínimos (tabela 13).

TABELA 13 - SALÁRIO MÉDIO SEGUNDO RAMO INDUSTRIAL
PARAÍBA 1991

RAMO	SAL.MÉDIO	DESVIO PADRÃO
Bebidas e álcool	2,44	0,71
couro e peles	1,66	1,21
edit. e gráfica	1,28	0,57
metalúrgica	2,66	3,98
minerais não-met.	2,30	3,18
mobiliário	1,46	1,25
papel e papelão	2,27	2,06
perf. sabões e velas	2,51	2,77
plástico	2,38	2,92
prod. alimentares	1,64	1,39
têxtil	1,73	1,43
vestuário/calçados	2,07	2,03
prod. farmac.	1,72	1,25
TOTAL	2,04	2,30

FONTE: Relatório de pesquisa "Tecnologia e organização do trabalho no setor industrial da Paraíba" (1991:152)

TABELA 14 - SALÁRIOS/SEXO - OPERÁRIOS TÊXTEIS

	T	%	H	%	M	%
total	97	100,0	68	100,0	29	100,0
1 sal. mínimo	21	21,6	10	14,7	11	37,9
1,1, a 2 sm	32	33,0	18	26,5	14	48,3
2,1 a 3 sm	26	26,8	22	32,4	4	13,8
3,1, a 5 sm	10	10,3	10	14,7	—	—
5,1 a 7 sm	03	3,1	3	4,4	—	—
+ de 7,1 sm	03	3,1	3	4,4	—	—
não respondeu	02	2,1	2	2,9	—	—

FONTE: pesquisa direta

Cerca de 54,6% dos trabalhadores da amostra ganham de 1 a 2 salários mínimos. A faixa entre 2,1 a 3 agrupa 26,8% dos trabalhadores. As mulheres ganham menos, sendo majoritárias na faixa de 1 salário mínimo e minoritárias a partir de 2,1 salários. A faixa dominante entre as mulheres é de 1,1, a 2 salários. Existe uma variação salarial entre as fábricas pesquisadas. Duas delas mantêm salários um pouco acima do mercado como forma de garantir força de trabalho de "melhor qualidade". Isto aparece também na assistência oferecida aos operários, que é diferenciada.

TABELA 15 - SALÁRIOS/FÁBRICA

			FÁBRICA 1		FÁBRICA 2		FÁBRICA 3	
	T	%	T	%	T	%	T	%
1 sal. mínimo	21	21,6	02	6,1	—	—	19	59,4
1,1 a 2 sm	32	33,0	09	27,2	11	34,4	12	37,5
2,1 a 3 sm	26	26,8	13	39,3	12	37,5	01	3,1
3,1 a 5 sm	10	10,3	05	15,2	05	15,6	—	—
5,1 a 7 sm	03	3,1	02	6,1	01	3,1	—	—
+ de 7,1 sm	03	3,1	—	—	03	9,4	—	—
não resp.	02	2,1	02	6,1	—	—	—	—
TOTAL	97	100	33	100	32	100	32	100

FONTE: pesquisa direta

Por assistência diferenciada entenda-se o serviço próprio de ônibus (F2 e F3), grêmio, creche. A fábrica que melhor condições oferece é também a considerada mais exigente em termos de trabalho. Esta não possui transporte próprio, fornecendo vale. Existe duas linhas de ônibus regulares até o portão da fábrica. Uma até o centro

da cidade no eixo BR-Cruz das Armas e outra para Santa Rita/Bayeux, percursos onde reside a maioria dos operários. A que melhor paga, em termos salariais, tem uma administração considerada autoritária, assim como problemas referentes à produção: resíduos em excesso, falta de equipamentos de segurança, etc.

As fábricas trabalham, normalmente, em três turnos que, com algumas variações, são os seguintes: das 22 às 5 horas; das 5 às 13 e das 13 às 22 horas. Além desses há um turno único das 7:30 às 16:30, 6 dias por semana, com 2 dias de folga.

Apenas 11,5% dos operários afirmaram que faziam horas extras; outros 7,7% disseram que faziam eventualmente e, a maioria - 80,8% - disse que não. Em uma das fábricas sugeriram que nem sempre estas horas eram pagas.

Os turnos de trabalho rotativos, a intensidade do trabalho e o conseqüente cansaço, fazem com que a atividade na fábrica seja a única atividade remunerada da maioria desses trabalhadores. Contudo, alguns se animam a complementar a renda fazendo biscates após o horário de trabalho, nos finais de semana, ou mesmo nos interstícios do turno da fábrica. Este é o caso dos "biscateiros" que complementam a renda com o comércio informal de roupas e pequenas mercadorias vendidas em casa, ou mesmo na fábrica. Dentre os 19,6% dos operários que disseram ter fontes complementares de renda, 36,8% dedicam-se a essa atividade. Os demais prestam serviços especializados eventuais como costureiras, eletricitistas, marceneiros, chaveiros - 36,8% -, ou ainda como taxistas, 21%.

O status de operário

O emprego na fábrica se constituiu em opção para 30% dos pesquisados. Estes afirmaram ser a fábrica seu objetivo, basicamente pela segurança do salário no final do mês - 48,3%; da segurança do emprego que a fábrica possibilita - 24,1%, e pelo aprendizado de uma profissão 17,2%. Isto é mais presente entre os homens.

Para os outros 66%, o emprego na fábrica decorre da falta de melhores opções no mercado de trabalho, seja pela exigüidade de oferta em João Pessoa, seja pela situação pessoal desfavorável, em termos de qualificação, ou ainda pelo fato de terem se profissionalizado e o trabalho na fábrica ser o único que conhecem. De qualquer forma, independente do grau de opção, a fábrica possibilita uma profissionalização relativamente rápida. Uma indicação da fábrica como opção, mesmo involuntária, aparece nas respostas sobre desemprego. Cerca de 63,9% tiveram várias experiências de desemprego, mas 51,5% responderam que só procuraram emprego em fábricas.

No geral os operários afirmam gostar de trabalhar na fábrica - 78%, porém o alto índice não significa satisfação no trabalho. Perguntados sobre porque gostam de trabalhar na fábrica as respostas foram variadas, destacando-se o gostar do trabalho, a natureza simples e "tranqüila" do trabalho realizado, os amigos, o ambiente da fábrica, e a garantia - já referida -, de emprego e salário.

Algumas respostas não poderiam ser consideradas como "satisfação", como "preciso trabalhar" ou "tanto faz". A maioria, contudo, aponta questões objetivas como a garantia da subsistência, a natureza do trabalho e, algumas de ordem subjetiva, como as amizades e o relacionamento social. Poucos consideram a situação positiva prospectivamente. É o caso da possibilidade de ascensão profissional, vista por apenas 3,8% dos operários.

Entre os 19% que responderam não gostar de trabalhar na fábrica, 31,6%, atribuíram esse desgosto às condições de trabalho ruins; 21,0% à natureza do serviço desgastante e repetitivo; 10,5% às exigências e exploração no trabalho; 10,5% aos baixos salários; 10,5% ao querer fazer outras coisas; com índices menores, a falta de liberdade, a falta de perspectiva e a falta de opções. Deve-se observar que a questão salarial não é apontada como problema principal.

Uma questão de controle, no final do questionário, permite discutir melhor a satisfação/insatisfação com a condição operária. Nesta, 60% dos entrevistados afirmaram não desejarem continuar como operários. A autonomia aparece como principal desejo desses trabalhadores: "abrir um comércio próprio", não ter patrão (31,6%); ou ainda "fazer outras coisas" se ocupar de atividades "longe da fábrica" (30,0%). O trabalho na fábrica, ser operário, é visto negativamente - "é humilhante", "desgastante", "repetitivo", "sem futuro", "sem liberdade", "vida ruim", "operário não tem vez".

Nota-se que o desejo de autonomia não passa por um retorno ao campo. Essa não idealização do meio rural reflete experiência urbana consolidada e consciência da precariedade das condições de trabalho no meio rural nordestino. Ter uma roça não faz parte do ideário desses trabalhadores. Autonomia significa "um comércio".

Assim, o fato de estarem satisfeitos com um emprego na fábrica não significa satisfação em ser operário. Talvez não tenham outro jeito, dentro das condições objetivas em que vivem. O trabalho manual, pesado e sujo, que caracteriza as ocupações fabris, é visto negativamente pelos operários que muitas vezes idealizam a "limpeza" do trabalho em escritório - que em tese seria o oposto: limpo, mais intelectual, leve (veja-se Rodrigues, 1970, Dejours, 1988). Por outro lado, o processo de trabalho na fábrica com sua disciplina, controle, divisão do trabalho, monotonia, ausência de liberdade e autonomia, retira qualquer significado à atividade em si, fazendo com que a representação do operário sobre seu trabalho seja desvalorizada. Como afirmou um trabalhador "ser operário não dá status".

Trabalhadores e o sindicato

O grau de sindicalização de uma categoria pode ser considerado um indicador de coesão e identidade do grupo. A filiação a um sindicato pode refletir a necessidade de contar com um instrumento de reivindicação, de participação nas lutas da categoria, mas também, um desejo de ter acesso aos serviços assistenciais.

Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo tem um índice alto de sindicalização - 64%, numa região de grande concentração industrial e operária que favorece a organização e mobilização dos trabalhadores. Concentram trabalhadores altamente qualificados, e com uma faixa salarial elevada, comparativamente a outras categorias - e com grande poder de barganha nas lutas salariais.

Mas assim como sindicalização não significa mobilização, o mesmo ocorre com qualificação e altos salários. Os têxteis de Recife tem um índice de sindicalização de 66,7% - maior, portanto, que os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, com menores salários e qualificação. Embora com um parque industrial menor, a capital pernambucana tem uma tradição têxtil centenária e uma cultura operária consolidada. A natureza do processo de trabalho têxtil também exige um grande número de operários qualificados e semiquilificados o que implica uma maior permanência no

mercado de trabalho. As características deste mercado e a relativa escassez de trabalhadores com experiência fabril, fazem com que haja um maior sentido de profissionalização. Por outro lado o sindicato, numa região como Pernambuco é um importante instrumento assistencial pela precariedade dos serviços estatais, o que pode explicar o alto índice de associados.

A situação paraibana se aproxima da pernambucana na questão dos mercados "cativos", no número elevado de "profissionais" e nas necessidades assistenciais, apesar do parque industrial restrito e da ausência de uma tradição operária. Na amostra estudada, a maioria dos operários era sindicalizada - 58,8%. Os homens eram maioria 42,3%, e as mulheres apenas 16,5%. Essa diferença traduz a menor participação feminina nas atividades extra-fábrica.

O Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de João Pessoa, surge com a consolidação do distrito industrial sendo, portanto, recente. Sua organização deu-se num momento de redemocratização da sociedade brasileira e rearticulação das diversas categorias de trabalhadores com a desagregação progressiva do regime militar - e de seus órgãos repressivos - a partir da metade da década de 70.

Primeiramente foi fundada a Associação dos trabalhadores têxteis de João Pessoa em janeiro de 1977. A carta sindical - o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho - aconteceu dois anos depois. Em 1979 a Associação tornou-se sindicato com estatutos, registro em cartório, ata da reunião de fundação, CGC e informações sobre os membros da diretoria, conforme exigências do Ministério.

O presidente da Associação foi aclamado como presidente do Sindicato, tendo permanecido à sua frente até as eleições de 1982. Sua atuação era considerada discreta, sem enfrentamentos com as fábricas, o que destoava do momento histórico de ressurgimento do sindicalismo nacional, provocando descontentamento e o aparecimento de uma oposição sindical.

A Associação foi produto de uma lenta reorganização operária estimulada por partidos políticos de esquerda, Igreja Católica e intelectuais. Destacou-se nessa reorganização, como em todo o país, o papel da Pastoral Operária.

Os membros da Pastoral reuniam-se nos bairros com jovens e trabalhadores de fábricas. O movimento foi chamado de inter-fábricas e se propunha a discutir a condição operária, suas necessidades e formas de luta. Este questionamento estendeu-se à atuação do recém-criado sindicato, vindo a constituir-se na Oposição Sindical.

A Oposição Sindical tinha como pressupostos da organização e luta operária os princípios defendidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, de maior combatitividade e autonomia frente ao Estado. Nas eleições de 1982 a Oposição teve a maioria dos votos. Em 1984 aderiu formalmente à Central Única dos trabalhadores, o primeiro sindicato do estado a assumir essa posição.

Com postura mais agressiva, e refletindo as mudanças na organização dos trabalhadores nacionalmente, o Sindicato encaminhou diversas lutas localizadas na maioria das fábricas da cidade. A chapa eleita em 1982 vem sendo reeleita, com algumas modificações em sua composição, até hoje.

Solicitados a opinar sobre o sindicato 25,8% dos trabalhadores não responderam, 25% consideraram boa sua atuação; 17,4% disseram não saber, não ter informação a respeito e 30% o consideraram que não faz nada ou que sua atuação é ruim. _Se

atribuirmos as não respostas à falta de informação, a imagem do sindicato frente à categoria não está das mais positivas. Teríamos 43,2% de desinformados e 30% de insatisfeitos. Entre os sindicalizados a imagem esta melhor: 44,6% consideravam boa sua atuação.

Entre os sindicalizados, 54,4% tinham mais de 26 anos e, destes, 19,3% mais de 36 anos, um indicador de uma participação maior, a partir de uma permanência maior na categoria.

Operadores de máquinas e mecânicos são majoritários entre as ocupações dos sindicalizados refletindo a proporção dos entrevistados e da estrutura ocupacional dominante na categoria de semi-qualificados e qualificados. Do total de operadores, 68,1% eram sindicalizados e 58,8% dos mecânicos. A escolaridade é maior também entre os sindicalizados: 64,9% tem pelo menos o 1º grau completo e 45,6% o 2º grau completo ou incompleto, indicando um nível de informação maior entre esses trabalhadores.

Em termos salariais, 55,4% dos sindicalizados ganham até 2 salários mínimos, refletindo também a escala da categoria.

Tais dados confirmam tendência apontada por Rodrigues(1970,1990) de uma maior participação sindical entre trabalhadores mais qualificados, com maior escolaridade, embora não necessariamente maiores salários. Nos têxteis paraibanos a escala salarial é limitada, não havendo um diferencial de salários significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A formação do operariado fabril paraibano dá-se num momento de redução dos contingentes operários em todo mundo, decorrente das inovações tecnológicas e organizacionais. Hoje em dia, numericamente, o "grosso" dos trabalhadores assalariados encontra-se no setor de "serviços". Mas ao contrário do que se propaga, este operariado não tende a desaparecer. O que acontece é a redução, ou mesmo o desaparecimento de setores operários e, o crescimento ou surgimento de outros. A própria definição de operário modifica-se.

Mesmo assim, no Brasil, os operários fabris são os trabalhadores com maior capacidade de organização, maior peso econômico e, conseqüentemente político. Uma greve de metalúrgicos no ABC paulista repercutiu nacionalmente, provoca mudanças políticas e econômicas, o que não ocorre, pelo menos na mesma intensidade, por exemplo, com comerciários, professores e outras categorias

Entretanto, existem diferenças substanciais no conjunto do operariado fabril. A natureza do processo de trabalho é uma das mais importantes. Determina o grau de controle e conhecimento do trabalho por parte do trabalhador.

Maior qualificação ou profissionalização, implica permanência no universo fabril, com uma mobilidade ocupacional restrita a este universo. Esta permanência, tendencialmente, leva a uma maior identificação enquanto categoria profissional e uma maior pré-disposição para participar de atividades organizativas.

O dados da pesquisa apontam para uma permanência maior dos têxteis no mercado de trabalho "setorial" e uma maior identificação enquanto profissionais, o que não significa uma valorização positiva do trabalho fabril. Não são apenas operários, são fiandeiros, tecelões, mecânicos - enfim "profissionais".

Enquanto categoria social, sua situação distingue-se do conjunto dos trabalhadores, com salários sensivelmente mais altos (ganham mais de um salário mínimo!), e melhor situação de mercado, frente ao conjunto da população economicamente ativa local, dada a miséria circundante.

A baixa concentração industrial influi na visibilidade social desses setores. Suas lutas são restritas. Mais do que lutar por salários, luta-se pela manutenção do emprego. A indústria local, dependente continuamente de incentivos estatais, vive numa instabilidade permanente. Fábricas abrem-se e fecham-se com certa facilidade. Um emprego numa grande fábrica é desejado por significar maior segurança. O trabalho fabril, desta forma, pode significar uma opção mais satisfatória num mercado de trabalho carente de opções.

NOTAS

1. Frase de um porta-voz do Congresso dos Sindicatos Britânicos, comentando o anunciado fechamento da Sociedade dos Tecelões, sindicato fundado há 102 anos, e que agora tem apenas 17 trabalhadores filiados. O fechamento de uma fábrica de tecidos em Lancashire eliminou o emprego de 5 de seus membros (Folha de São Paulo 22.03.93).
2. A categoria têxtil em João Pessoa engloba aproximadamente 2000 trabalhadores. Foi aplicado um questionário a uma amostra de 97 operários das três principais fábricas.
3. Os motivos dessa queda são discutidos por Buonfiglio et al (1991).
4. Em universo aproximado de 2000 trabalhadores da Capital.
5. Estamos utilizando o termo especialização como sinônimo de qualificação. A qualificação está sendo entendida não apenas como requisitos de conhecimentos exigidos para uma função determinada e, obtido por uma aprendizagem formal mas, também, o conhecimento adquirido através da experiência no trabalho.
6. Deve ser considerado que existe uma predominância masculina nos empregos industriais de forma geral, com exceção de alguns ramos específicos. Situação que se agrava em áreas de industrialização restrita.
7. Essa estabilidade foi observada também por Buonfiglio et al (1991).

BIBLIOGRAFIA

- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BUONFIGLIO, Maria Carmela, et alii. Tecnologia e gestão do trabalho em 5 empresas do setor industrial da Paraíba. *Cadernos Tecnologia e Trabalho*(1). João Pessoa, 1990.
- , *Tecnologia e organização do trabalho no setor industrial da Paraíba*. Relatório de Pesquisa. João Pessoa, DCS-DEP, abril de 1992.
- BANDEIRA, Lourdes M. A Formação histórica do Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de João Pessoa. João Pessoa, UFPB/NDHIR- GT Sexo e Relações de Gênero, outubro de 1991.
- CEBRAP. *Estudo sobre as condições e as estruturas de poder no Nordeste pós-SUDENE*. Relatório final. São Paulo, junho de 1988.
- CORIAT, Benjamin. *El taller y el cronometro: ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa*. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1982.
- DURÃO, Jorge Eduardo S. O mercado de trabalho dos operários têxteis numa grande cidade regional. In LEITE LOPES et alii. *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

- DURHAM, Eunice. A família operária: consciência e ideologia. *Revista Dados*, vol 23(2), 1980.
- GALINDO, Nara Cristina N.T. *Indústria têxtil: inovações técnicas e qualificação do trabalho*. Recife, SENAI, 1987.
- HIRATA, Helena, & ROGERAT, Chantal. Technologie, qualification et division sexuelle du travail. *Revue Française de Sociologie*. Paris, XXIX, 1988.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo-Brasília, Marco Zero-Editora UNB-CNPq, 1988.
- LIMA, Jacob Carlos. *A formação do operariado fabril no desenvolvimento industrial de Pernambuco*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 1992.
- Modernização industrial e estrutura ocupacional: o setor têxtil e metal-mecânico em Pernambuco. *Cadernos Tecnologia e Trabalho*(3), João Pessoa, 1992.
- Experiência e qualificação: situação de mercado e situação de classe entre operários fabris. *Cadernos de Textos*(22). João Pessoa, MCS-UFPB, 1992.
- LOJKINE, Jean. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- MALLET, Serge. *La nouvelle classe ouvrière*. Paris, Editions du Seuil, 1969.
- MARANHÃO, Sydia et al. *Rotatividade da mão-de-obra na Região Metropolitana do Recife: aspectos econômicos, sociais e políticos e a percepção dos atores sociais envolvidos*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1987.
- MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas (para que servem os padrões?). In GORZ, André (org.). *Crítica a divisão do trabalho*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- MARIN, Maria Cristina de Melo. Alternativas de trabalho e estratégias de consumo de operários numa grande cidade regional. In LEITE LOPES, José Sérgio et alii. *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MINTER-SUDENE-DI. *Pesquisa sobre indústria têxtil no Nordeste*. Recife, 1971.
- OFFE, Claus e HINRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectiva para o futuro da "sociedade do trabalho"*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989. Vol I A crise.
- PEREIRA, Vera Maria C. *O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- RIBEIRO, Antonio L., & LIMA, Márcia H. *Inovação tecnológica e formação profissional na indústria têxtil*. São Paulo, SENAI-SP, 1987.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- *Partidos e Sindicatos: escritos de Sociologia Política*. São Paulo, Ática, 1990.

Retratos da Cidade: a construção da memória urbana através da fotografia - caminhos metodológicos*

Maria Cristina R. Barreto**

Cameras don't *take* pictures, but they *make* them.

– Paul Byers –

Uma das maiores dificuldades enfrentadas por quem se propõe a utilizar a fotografia como um instrumento de observação e análise de um determinado aspecto da realidade social é o procedimento a ser tomado. Mesmo sabendo que a fotografia registra a realidade como ela se apresenta aos olhos, ainda permanece uma questão fundamental: aos olhos de quem?

Além disso, ao ter a imagem em mãos o pesquisador enfrenta dúvidas e incertezas que se não levadas em conta podem ser um entrave ao seu trabalho ou mesmo imobilizá-lo. Por onde começar o exame das fotos? Quais os aspectos que realmente interessam ao seu estudo e quais aqueles que podem ser postos em segundo plano? São alguns dos problemas que, em algum momento, se defronta quem se propõe a realizar uma análise de fotografias.

No decorrer desse ensaio tentaremos percorrer estas questões e apontar caminhos que facilitem sua resolução, bem como expor algumas dificuldades que enfrentaremos e para as quais ainda não temos resposta.

○ Cenário

Como o nosso interesse concentra-se sobretudo no espaço urbano e em como as fotografias contaram a história da cidade num determinado período é de fundamental importância a construção *a priori* de um cenário, procurando traçar um perfil do estágio de desenvolvimento urbano e do projeto de modernização que se construía, bem como dos costumes, relações sociais, principais atividades econômicas e as discussões políticas e mesmo de cunho geral travadas na época.

Esse cenário pode ser todo ou em grande parte construído através de fontes secundárias e servirá como pano de fundo, como situador das fotografias em um contexto, fazendo com que elas não sejam imagens soltas ou apenas curiosidades. Como um olhar a partir da cultura, prisma através do qual poderemos ler as imagens.

* Texto revisado da Comunicação apresentada no GT "Antropologia e Imagem" da XIX Reunião da ABA realizada em Niterói - RJ de 27 a 30 de março de 1994.

** Graduada em Arquitetura e Urbanismo e aluna do Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba.

A Descrição

Segundo Arlindo Machado (1984), a fotografia é a automatização de um modelo figurativo que nasceu no Renascimento. Ou seja, mesmo antes do Renascimento, os pintores já obtinham a reprodução de uma determinada imagem através da câmara escura e, nesse sentido, pode-se dizer que a pintura também é uma reprodução da realidade. A fotografia como processo de "fixar sobre uma chapa sensível à luz, as imagens obtidas numa câmara escura" passa a ser para nós o que atualmente a arte pictórica já não é: um duplo da realidade visto através do olho do sujeito da representação (antes o pintor, agora o fotógrafo). Porém, há uma diferença entre os dois. O fotógrafo captura a imagem através de um recurso técnico, operação que é tradicionalmente desvinculada da arte. Todavia a imagem assim obtida continua a obedecer a um modelo figurativo que já foi ultrapassado pela sociedade nas outras áreas (como a pintura), mas que ainda é fruto do desenvolvimento de uma forma de ver e de viver o espaço característico da cultura ocidental.

A falta de hábito e a dificuldade encontrada na leitura de qualquer documento plástico é um outro fato cultural de grande importância em nossa sociedade. As pessoas não encaram a imagem como algo capaz de exprimir idéias e sensações, embora as tenham e sintam ao contemplá-la (FRANCASTEL, 1993:33). A imagem é, no entanto, passível de ser descrita, de produzir um relato, ou seja, de ser constatada em suas partes e componentes e, o que nela está "escrito", transposto para a linguagem. Esse discurso descritivo é o ponto de partida de tudo o que se queira ou o que se possa dizer a respeito dela.

Num primeiro momento temos apenas a imagem que se apresenta para nós plena para ser vista e lida. Nesse processo é bastante difícil distinguir entre uma fase perceptiva e descritiva da imagem de uma fase interpretativa construída a partir e sobre as duas primeiras (MARIN, 1974:85). A descrição é uma leitura inicial dentre as muitas leituras iniciais possíveis, visto que o modo como as imagens são descritas depende de quem o faz, de sua idade e sexo, de seus interesses e, principalmente, de seu conhecimento de mundo, da sua cultura e erudição. Por outro lado, o fato de descrever o conteúdo de uma foto cria um hábito no leitor de observar o que há realmente nela, para só depois que esta prática de leitura descritiva estiver desenvolvida, misturar as fases de leitura com a de interpretação (LIMA, 1982:62).

Segundo Ivan Lima (1988:19-20), é possível simplificar a leitura da imagem, a partir de três grupos de componentes hierarquizados. Essas regras, porém, não devem ser tomadas como leis, mas como pontos de partida para identificar os elementos que, na maioria das vezes, destacam-se por sua força expressiva. São eles:

1. Os *componentes vivos* - humanos e animais - que quase sempre quando presentes dominam a cena, variando sua intensidade e sua supremacia emocional. A razão do domínio desses componentes, é que a leitura de suas expressões, gestos, posturas, isto é, dos meios de comunicação não-verbais, extrapola fatores culturais. Os signos de comunicação não-verbais são inequívocos e fazem parte da fase de leitura da imagem. Enquanto que a especulação a respeito de seu significado baseado no conhecimento pessoal do leitor sobre o assunto é interpretação (LIMA, 1982:62). Esta supremacia expressiva dos seres vivos é reduzida apenas quando eles ocupam um espaço muito pequeno na imagem, diluindo-se em meio a outros componentes.

2. Os *componentes móveis e elementos naturais*. A presença de algo que se move em uma imagem é algo que chama a atenção do leitor e domina os elementos fixos qualquer que seja seu tamanho ou proporção.

3. E finalmente os *componentes fixos*, que, na maioria das vezes, só têm algum destaque quando representam algo inabitual que força o interesse.

A forma é de grande importância ao lermos uma fotografia. Primeiro percebemos os componentes presentes na imagem combinando as estruturas geométricas com as perceptuais que variam de indivíduo para indivíduo, e que determinam grande parte da atração que ela exerce e o tempo que o leitor nela se detém. É assim que, mesmo sendo nossa cultura espacial tradicionalmente simétrica, o nosso olhar não o é. Pelo contrário, é dinâmico e assimétrico.

Esse caráter particular e relativo ao fotógrafo que imprime à fotografia o seu ponto de vista e também relativo a cada leitor, que acrescenta sentidos próprios à imagem, é o que dificulta, segundo Lima (1984:22), o uso da fotografia "como meio de informação e formação, na medida em que ela não é completa sozinha". Ele também diferencia a leitura da interpretação na medida em que na primeira o importante são os elementos que compõem a imagem e na segunda, é o assunto (LIMA, 1982:68).

Sendo assim, não se pode encontrar uma receita única para a decodificação dos componentes de uma fotografia, pois, eles funcionam tanto no nível descritivo quanto no sugestivo (da interpretação). É por isso que, na maioria das vezes, a leitura (descrição) se confunde com a interpretação, já que é difícil falar sobre algo sem lhe imputar sentido e significação.

A nosso ver, isso só vem a reforçar a importância de se buscar um conhecimento das imagens, de como e quando elas são produzidas e as leis que as regem. Parafraseando Francastel (1993: 35), não podemos negar que as imagens são um importante "meio também de se julgar o passado com olhos novos e pedir-lhe esclarecimentos condizentes com nossas preocupações presentes, refazendo uma vez mais a história à nossa medida [...]".

Mesmo não havendo regras rígidas estabelecendo por onde começar a descrição, adotaremos o procedimento de começar dando-lhes um título. Em seguida passamos a uma descrição dos componentes de cada imagem, destacando nessa primeira leitura aqueles que, a nosso ver, são mais expressivos e procurando, na medida do possível, seguir a hierarquização já citada anteriormente. A análise das imagens irão se enriquecendo à medida em que se vai aprofundando em detalhes da história da cidade e preenchendo lacunas que de outra forma permaneceriam espaços em branco.

Neste trabalho utilizaremos duas fotografias do espaço urbano de João Pessoa.¹ A primeira é uma "Cena da Rua Duque de Caxias na década de 20" (foto 1 - anexo) e a segunda retrata a "Antiga estação de bondes puxados por burros na década de 10" (foto 2 - anexo).

A primeira aproximação de gênero (foto 1) que obtivemos foi "cena de rua" que ao mesmo tempo em que circunscreve alguns limites, abre um léxico relativamente amplo para interpretação (MARIN, 1974:87). O restante do título limita mais ainda a imagem reduzindo-a a algumas "marcas essenciais" que lhe conferem a especificidade: é uma cena de uma determinada rua, em um período determinado. Estamos ainda num estágio puramente descritivo da imagem. O título da foto 2 é um tanto mais genérico, pois a não ser contrapondo-a ao cenário histórico, não teremos

claro a importância desta estação em particular na vida urbana, entretanto, essa descrição que se dá através de cada um dos títulos diferencia as duas imagens de forma inequívoca.



Rua Duque de Caxias, na década de 20.
(foto 1)

Descrição da foto 1 - Cena da Rua Duque de Caxias na década de 20:

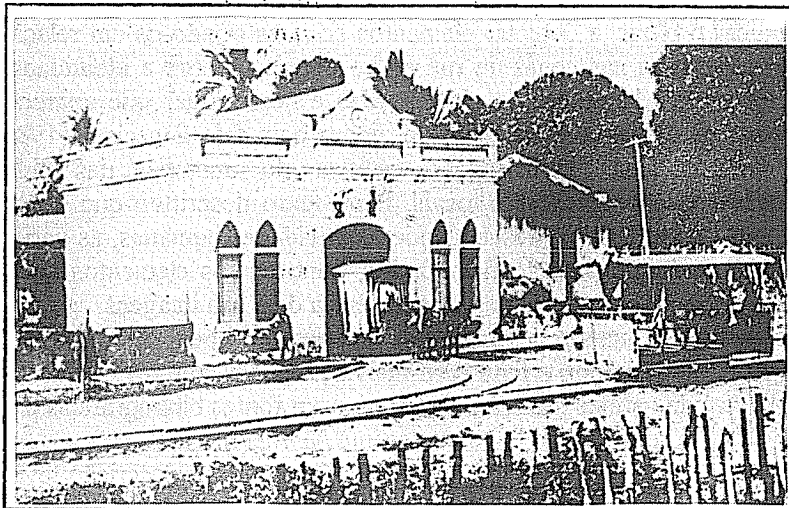
Vemos aqui uma cena do ponto de parada de bondes no centro da cidade de João Pessoa que se chama até hoje de "Ponto de 100 Réis". "É a única moeda que não seguiu a evolução dos valores. Podendo ter subido a cem cruzeiros, ficou no seu lugar, mantendo seu custo antigo. Prova de que tem padrão e caráter próprios, inacessível ao tempo até hoje", segundo o historiador Celso Mariz (MAIA, 1976:17).

A imagem é percebida primeiramente como se dividida em três eixos verticais. As ações mais expressivas e movimentadas desenvolvem-se principalmente à esquerda e ao centro. A parte esquerda da foto mostra a calçada da rua repleta de transeuntes e, em primeiro plano, alguns homens de terno branco parados conversando em frente a uma carroça. Em segundo e terceiro planos vemos o prosseguimento da rua com seus casarões e sobrados. A passagem da esquerda para a direita da cena é marcada por um poste de ferro da iluminação pública em primeiro plano.

Ao centro, dominando pela proporção que ocupa, a Igreja N. Sra. do Rosário dos Homens de Cor (vulgarmente chamada de Igreja do Rosário dos Pretos) que foi demolida em 1924 para dar lugar à Praça Vidal de Negreiros. Fato lamentado inclusive pelo órgão oficial do Estado, jornal A União que assim se referiu ao fato na época: "... desapareceu assim, aquela página de granito que testemunhava o fervor religioso, o senso estético de nossos antepassados" (MAIA, 1976:14). Em frente a ela um bonde movido a eletricidade vindo para a direita. Algumas pessoas sobem nele e outras aguardam na calçada, outras ainda permanecem paradas em frente a ele no primeiro

plano. Vemos também postes que conectam o bonde à rede elétrica pública. A partir dessas informações, temos alguns indícios de que essa foto foi tirada em data posterior a 1914,² ano de implantação dos bondes elétricos na cidade (AGUIAR, 1992:110)

O lado direito da foto é marcado pela aresta esquerda do casarão que abrigava, no térreo, a sede do jornal *Correio da Manhã*. Nos dois andares superiores funcionava a "banca" e residência do Dr. João Dantas, nome que adquiriu projeção nacional por ter assassinado João Pessoa, presidente de província e que serviu de estopim para a Revolução de 30. Este casarão apresenta características barrocas e portas-janelas com balcões de ferro - no primeiro andar os balcões são sustentados por consoles de alvenaria. A presença desse casarão nos dá uma data limite do período em que esta foto foi obtida, pois o mesmo foi demolido também em 1924 para a construção da Praça Vidal de Negreiros. Ao lado do casarão vemos, também, parte do prédio em que funcionava o estúdio e residência de um fotógrafo em atividade na capital chamado Bruno Bougard.³



Estação de bonde na década de 10. (foto 2)

Descrição da foto 2 - Antiga estação de bondes puxados por burros na década de 10.

Dominando a cena encontra-se a estação de bondes puxados a burro. Os trilhos chegam a estação e se dividem em dois: um que vai para o seu interior e outro que prossegue para a direita. No centro da cena aparece um bonde saindo da estação, puxado por duas parelhas de burros, porém sem mostrar o condutor. À sua esquerda vemos um ambulante com seu carrinho de vendas e à direita algumas pessoas sentadas na calçada. À direita da cena vemos um bonde estacionado sem as parelhas de burros. Observa-se nitidamente o caráter precário desse meio de transporte que constava de um carro simples, aberto lateralmente com uma cobertura. Dentro 4 ou 5 fileiras de bancos para acomodar os passageiros. À esquerda do bonde observamos uma pessoa vestida em trajes simples e com um chapéu na cabeça e à direita um cachorro. A imagem mostra também a estação cercada por coqueiros e mangueiras e,

em primeiro plano, uma cerca de varas finas e a rua em chão batido. Essa foto deve ter sido tirada em data anterior a 1914, ano de implantação de bondes elétricos na cidade de João Pessoa.

Comparando-se as descrições das duas fotos, temos algumas observações a fazer. O texto produzido pela descrição da imagem, constitui-se numa primeira evocação de sentido. Nele descobrimos investimentos culturais, sociais e afetivos que transformam o objeto descrito. A partir de então, ele é texto "sobre o qual se depositam leituras sucessivas que deslocam seus elementos, modificam suas relações, criam zonas de intensa visibilidade e outras cegas e brancas, provocam o aparecimento ou dissipação de tal elemento em relação com os outros, a propósito deles" (MARIN, 1974:83).

Surge então uma pergunta: afinal o que se deseja fazer não é uma análise das imagens? A resposta é sim, mas uma análise com um propósito: o estudo de como o espaço urbano é visto através delas. Na construção de um texto descritivo das imagens, alguns elementos se destacam e se tornam visíveis de tal modo que exigem uma explicação e uma situação histórica dentro do contexto da foto. O ato de descrever nos obriga a aguçar o olhar, a detectar elementos comuns pondo-os em relação uns com os outros. O homem nas cenas de rua está incógnito, perde a identidade individual e torna-se apenas habitante da cidade. Mas é nesse lugar que aparecem os elementos comuns do "viver em multidão" e, como bem fala Bresciani (1982:16), permite-nos "compor uma representação estética do universo das cidades", ressaltando, porém, as especificidades locais. É no texto descritivo que o olhar se permite contar por inteiro a cena, desvendando as atividades humanas, as variedades de figuras, roupas, andar, expressão fisionômica, conhecer os elementos que compõem a multidão presente na rua ou mesmo a ausência dela nas imagens.

A descrição da foto 1, mais rica em figuras humanas e ações, além dos diversos elementos fixos que a compõem, é feita com mais detalhes narrativos e já aponta algumas interpretações de caráter histórico embasadas em fontes bibliográficas e outras de caráter simbólico, do que aquele lugar representa na vida urbana.

A da foto 2, bem mais simples, esgota muito rapidamente sua descrição levando a inserção de elementos da paisagem que, em outra cena mais expressiva, se perderiam. Não dizemos que esses elementos não sejam de algum modo importantes, pois indicam justamente a ainda precária urbanização da localidade no momento em que a foto foi tomada. Contudo, sua importância só é revelada de forma mais categórica, em meio a um conjunto de fotos da cidade no período ou do mesmo local em diversas épocas.

Em outras palavras: para que se retire algum conhecimento de fotos como esta (nº 2) exige-se do pesquisador um conhecimento considerável de contexto. Pois, como diz Battaglia (1976:25), "no documentário, o fato tem uma terrível importância", uma vez que o conhecimento é fruto de uma experiência coletiva de uma sociedade em uma determinada ocasião, tanto a nível factual como a nível emocional, que é a alma da experiência. Essa opinião é suplementada por Marin (1974: 89) ao afirmar que as descrições mais amplas e ricas das imagens estão estreitamente relacionadas com as ação e o drama, isto é, quando têm nos homens seus protagonistas.

A Interpretação

Essa fase nos interessa principalmente porque nela ocorre o exame da descrição das imagens, confrontadas com o cenário construído através de fontes bibliográficas e jornalísticas (da época), sempre com o retorno à imagem propriamente dita em caso de dúvida ou de uma observação mais atenta e/ou comparativa.

Esse retorno se deve ao fato de que nunca as descrições poderão substituir inteiramente as imagens. Existe sempre um elemento de percepção que só pode ser realizado inteiramente se "visto", pois remete diretamente ao efeito psicológico na relação entre os fotografados e a relação do leitor com os elementos da imagem (LIMA, 1982:67).

É quase sempre nessa fase que chamamos de interpretação, embora ela não ocorra a rigor separada das outras, que se buscam e manipulam os sentidos segundos das imagens. No uso da fotografia como meio para uma análise sociológica isso deve ocorrer com cuidado, pois, segundo Roland Barthes (1990:11), o objetivo seria o de estudar os grupos humanos, definir motivos e atitudes e tentar relacionar o comportamento destes grupos à sociedade total de que fazem parte.

Uma análise da estrutura fotográfica precede à análise sociológica e para ela concorrem alguns fatores como o olhar do fotógrafo, do analista da imagem e de quem a solicitou, importantes para a compreensão da imagem como mensagem.

O olhar do fotógrafo não é nunca neutro ou aleatório. Pois, ao se colocar em um ponto determinado do espaço para capturar um certo objeto com sua câmera, ele está sujeito a restrições que vão desde descobrir que o espaço está tão ocupado que torna difícil a escolha de um "bom" ponto de vista, até a recusa do próprio objeto a ser fotografado. Fotografar algo ou alguém exige uma certa cumplicidade com o detentor do espaço e do objeto desejado para captura (MACHADO, 1984). Conseguindo isto, ainda resta a escolha do momento "certo", da expressão desejada. Esse fator leva para dentro da denotação fotográfica muito daquilo que o fotógrafo é como indivíduo integrante da sociedade que ele fotografa. Generalizando o que Michel Tournier (1987:34-8) afirmou acerca dos retratos, podemos dizer que as boas fotografias são antes de tudo um auto-retrato do fotógrafo.

No caso das fotografias, tomadas em conjunto, existe mais um "olhar": o de quem solicita a imagem. Do ponto de vista de quem realiza a foto, ela é uma atividade profissional, o seu ganha-pão. Já para quem solicita ela pode ser um instrumento de expressão, de propaganda ou de dominação. Esse elemento age primordialmente sobre o olhar do fotógrafo, determinando o tema ou objeto a ser registrado e uma finalidade e destino primeiros para a imagem.

É nesse lugar de interseção de olhares que podemos considerar a fotografia como a "expressão de grupos humanos distintos simultaneamente da sociedade global e das classes sociais, definidas por oposições concretas de tendências e de interesses. Fora os serviços materiais que lhes presta, ela manifesta pensamentos comuns a amplos círculos de homens unidos em terrenos de entendimento puramente imaginários, cada qual colocando na arte apenas uma parte do que nela encontra seu vizinho e ninguém, nem mesmo o artista sendo definitivamente capaz de fixar ou de esgotar a significação do que foi formulado uma vez" (FRANCASTEL, 1993:40).

A interpretação é o lugar de articulação do olhar e do discurso do analista da imagem. O que conta nesse momento é o saber acumulado em sua vida pessoal, relações sociais e espaços que ocupa na sociedade (LIMA, 1982:65). Expressões que indicam referências espaciais como esquerda, direita, acima, abaixo centro etc. definem o movimento do seu olhar, mostrando o jogo das figuras na imagem e evidenciando "um eu do olhar", anônimo mas sempre presente justamente por estar ausente na representação. O cenário construído por ele nas descrições são os significantes desse eu-ausente (MARIN, 1974:97-8). A articulação das figuras na imagem não é aleatória. Ela se deve à presença de certos signos representados segundo uma certa ordem na imagem, diferenciando-se em intensidade e força expressiva. O olhar do analista é que os articula e transforma em texto narrativo-descritivo através do qual a imagem torna-se texto e os personagens ou componentes em figuras relacionais.

NOTAS

1. Reproduções feitas a partir do *Álbum da Paraíba* publicado por Bloch Editores e Governo do Estado da Paraíba em 1988.
2. A rede elétrica urbana foi inaugurada em 14 de março de 1912 e dois anos depois todo o sistema de transporte da cidade velha foi renovado, passando a trafegar apenas bondes elétricos.
3. Informação obtida através do fotógrafo Arion Farias em pesquisa publica no jornal *O Norte*.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Wellington. *Cidade de João Pessoa: a memória do tempo*. João Pessoa, Gráfica e Editora Persona, 1992.
- BARTHES, Roland. *O Óbvio e o Obtuso. Ensaios Críticos III*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- BATTAGLIA, Lee. Educação para Ver e Compreender a Fotografia. *Diálogo*. (3):16-26, volume IX, 1976.
- BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no Século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- FRANCASTEL, Pierre. *A Realidade Figurativa*. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- GILSON, Etienne. Fotografia e Beleza. *Diogenes*. Brasília, Editora da UnB, (6):18-33. Semestral, 1984.
- LIMA, Ivan. A Linguagem Fotográfica. *Sobre Fotografia*. Rio de Janeiro, Funarte, 1982.
- *A Fotografia é a sua Linguagem*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988.
- MACHADO, Arlindo. A fotografia como fato cultural. *FOTOPTICA*. São Paulo, Bela Vista Editorial, jun./jul., 1984.
- MAIA, Benedito. *Universidade do Ponto de Cem Réis*. João Pessoa, A União, 1976.
- METZ, Christian e outros. *A Análise das Imagens*. Petrópolis, Vozes, 1974.
- TOURNIER, Michel. "Um encontro entre a imagem e a palavra". *IRISFOTO*. Novembro, 1987.

O Político, o Estrutural e o Psicanalítico: Três Níveis de Compreensão dos Movimentos Sociais

*Maristela Oliveira de Andrade **

Este breve ensaio foi suscitado pela experiência recentemente vivida ao ministrar a disciplina Movimentos Sociais, junto ao Mestrado em Ciências Sociais/UFPb, num momento em que os estudos acerca desta temática já não tinham o mesmo atrativo e nem despertavam mais o mesmo interesse sobre o meio intelectual brasileiro, que teria inspirado um número significativo de estudos. Atualmente, sente-se um clima de final de festa, onde o cansaço e a exaustão parecem ter levado a um esgotamento do tema, após receber inúmeras interpretações, mas sem contar ainda com uma teoria satisfatória dos movimentos sociais.

A frustração das expectativas desse meio intelectual, quanto ao potencial revolucionário desses movimentos teria talvez levado a um progressivo desinteresse por eles, já que os mesmos não estavam se conduzindo verdadeiramente para permitir a transformação social, segundo o modelo social aspirado pelos intelectuais, ou seja aquele formulado em padrões científicos pelo marxismo.

Entretanto, é preciso reconhecer a dificuldade de estabelecer uma teoria que dê conta de uma variedade tão ampla de formas de lutas sociais, e permita desvendar princípios e mecanismos comuns. Contudo, é nessa direção que caminha o presente trabalho, que longe de pretender preencher a lacuna teórica deixada pelos que se dedicaram ao estudo empírico desses movimentos, procura tão somente fazer especulações de caráter teórico para tentar vislumbrar alguns desses princípios e mecanismos.

Devo dizer que minha escassa experiência no terreno dos movimentos sociais me inibe diante desta tarefa de realizar um estudo sobre o tema, e principalmente de chegar a conclusões que não estejam fundamentadas em exemplos concretos efetivamente vividos ou acompanhados de perto. Mas ao mesmo tempo a não experiência com o tema, permitiu-me passar para além da literatura específica, e fazer reflexões um tanto distanciadas delas, conseguindo com isso pensar os movimentos sociais fora dos esquemas teóricos já elaborados. Esta opção por afastar-me dos estudos específicos atende ao propósito de fugir às análises conjunturais tão intimamente associadas a esses estudos, e que têm limitado as chances de ampliar a compreensão desse fenômeno, que se fechou em torno de certos elementos, imobilizando seu campo de análise.

Todavia, este trabalho partirá de referências bibliográficas específicas a estes movimentos, para em seguida enveredar por estudos pertinentes ao tema, mas não consagrados especificamente aos movimentos sociais. Com isso, espera-se compor um quadro teórico para expressar o percurso da análise aqui esboçada, partindo da visualização de três eixos distintos para a compreensão dos movimentos sociais que

* Prof. Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais/UFPB - João Pessoa. Doutora pela Universidade de Paris III.

correspondem a três níveis de abordagem, assim identificados: o político, o estrutural e o psicanalítico. Eles serão vistos aqui não como mutuamente excludentes, mas antes como complementares, cada um fornecendo um ângulo de compreensão do fenômeno.

O ponto de partida para situar teoricamente os movimentos sociais é sem dúvida o estudo de Castells (1977:380-469), na medida em que ele aponta para a descoberta de um novo campo de estudo, deslocando a atenção dos cientistas sociais dos movimentos proletários de orientação sobretudo trabalhista, para lutas sociais de caráter distinto e com motivações outras - os movimentos sociais urbanos. Apesar de essas lutas se orientarem para outros tipos de demandas, particularmente relativas ao consumo coletivo, a serem atendidas pelo Estado, elas são também entendidas como fruto das contradições da sociedade capitalista, que realiza uma repartição desigual e injusta dos benefícios e equipamentos públicos no espaço urbano.

Com isso, Castells busca inserir os movimentos sociais urbanos na luta política no interior da sociedade capitalista, procurando enquadrá-los na lógica da luta de classe, e nas possibilidades que ela oferece de produzir uma efetiva transformação social. Partindo dessas premissas o autor constrói um arcabouço teórico desses movimentos estreitamente articulado à teoria marxista, embora tenha procurado expandi-la através da incorporação de elementos novos presentes nas sociedades capitalistas contemporâneas. Neste contexto deve-se considerar os esforços empreendidos por ele para compreender além da estrutura de produção, os processos ligados à uma outra esfera da economia capitalista, que toma proporções cada vez maiores. Trata-se da estrutura de consumo, entendida como parte do processo da reprodução social, onde aparece a noção de consumo coletivo, que operando de forma contraditória, geram demandas da população que se expressam através de lutas sociais (CASTELLS, 1977: 498-510).

Porém o grande esforço de sistematização teórica dos movimentos sociais feito por Castells, apesar dos seus excessos de zelo para não contrariar os pilares da teoria marxista, fornece um esquema de explicação amplamente pertinente para o exame dos movimentos sociais urbanos, não apresentando a mesma consistência para o exame de outras modalidades de movimentos sociais. Entretanto, é preciso reter da explicação de Castells a dimensão política e as potencialidades para a transformação social, visualizadas em movimentos sociais alheios às causas trabalhistas.

O estudo realizado por Hobsbawm sobre formas arcaicas de movimentos sociais presentes no contexto de sociedades ocidentais pré-industriais do século XIX (HOBSBAWM, 1978), lança luz sobre outras modalidades de lutas sociais que ampliam consideravelmente a compreensão da dimensão política, ou antes pré-política desses movimentos. Suas análises podem ser confrontadas com a tese de Castells, permitindo levantar algumas reflexões, o que será feito mais adiante, após a exposição rápida das idéias principais contidas neste estudo.

Entre as formas arcaicas de movimentos sociais examinadas por Hobsbawm registram-se as seguintes: o banditismo social, a máfia, movimentos milenares, a turba urbana e as seitas operárias. As três primeiras seriam originárias do meio rural, enquanto as duas últimas do meio urbano, sendo que a motivação comum à esses movimentos seria uma inadaptação à sociedade industrial, e às novas formas de dominação por ela engendrada, que o autor interpreta como "resistência coletiva à invasão da nova sociedade" (:12-15).

Todos esses movimentos foram considerados pré-políticos por apresentarem um caráter político ambíguo e abertamente conservador, além de se mostrarem incapazes de formular um projeto de sociedade, por não contarem com uma linguagem adequada para expressar suas aspirações, incapacidade esta que seria atribuída à falta de um conhecimento educacional formal dos integrantes desses movimentos. Aliás, eles seriam majoritariamente integrados por analfabetos, mendigos ou lumpen-proletariado, enfim os mais pobres da sociedade, vistos também como pré-políticos, cuja ação seria dirigida quase sempre contra os ricos. Deste modo, a tendência conservadora desses movimentos fazia com que a ação por eles desenvolvidas contra o Estado, fosse pouco duradoura ou consistente, afastando deles qualquer potencial revolucionário, sendo quando muito reformista.

Assim, ao invés de movimentos propriamente ditos, o autor prefere classificá-los como agitação ou revolta social, que muitas vezes assume um caráter de guerrilha. Entretanto, alguns deles teriam condições de evoluir até transformarem-se nos modernos movimentos trabalhistas. As revoltas de origem urbana, segundo o autor, teriam maiores probabilidades de evoluírem transformando-se em formas de sindicalismo, pois sofreriam uma inadaptação menos radical frente à sociedade industrial. Apesar disso, algumas modalidades de milenarismo, originárias do meio rural, por serem mais permeáveis a assimilação de ideologias existentes, poderiam igualmente vir a tornar-se um dia formas modernas de movimentos sociais.

Embora os movimentos examinados por Hobsbawm tenham sido considerados típicos de sociedades pré-industriais do século XIX, parece surpreendente que movimentos de natureza semelhante reapareçam nos finais do século XX, quando as mesmas sociedades já evoluíram para uma fase pós-industrial, em que o proletariado já estaria ampla e plenamente organizado, e apesar disso lutas com caráter de agitação social, estariam de volta à cena. Neste cenário as "gangs" de bairro, aparecem como fenômeno que se expande assustadoramente no mundo pós-industrial; os movimentos religiosos milenaristas ou inspirados em filosofias orientais ganham cada vez mais terreno nas sociedades contemporâneas, inclusive nas sociedades ocidentais pós-industriais. O banditismo social e a máfia também persistem até hoje, cada vez mais organizados, agindo de forma ousada e sofisticada, através da formação de um verdadeiro poder paralelo, cuja eficiência em termos burocráticos e ofensivos, os tem tornado praticamente imunes às ações governamentais para destruí-los.

O panorama descrito por Hobsbawm acerca dos movimentos sociais do século XIX configura um momento de crise, gerado pela situação de transição da sociedade pré-industrial para a sociedade industrial, ocasionando sentimentos de medo e insegurança na população ante as incertezas do futuro. Neste sentido, é possível visualizar condições similares no momento presente, em que a sociedade industrial evoluiu para uma fase pós-industrial, ocasionando um clima semelhante de incertezas e propício à emergência de movimentos, cuja proposta política parece incompreensível ou nebulosa, revelando tendências conservadoras.

Entretanto, acreditava Hobsbawm que apenas num contexto plenamente capitalista e industrial haveria condições para emergir um tipo de luta (o movimento operário), capaz de esboçar um projeto alternativo de sociedade com poder revolucionário. Tal interpretação não disfarça uma certa visão etnocêntrica do autor que só enxerga a transformação social em direção ao progresso, e este só seria

alcançado graças à participação de ideologias esclarecidas formuladas por um segmento intelectual, e posteriormente assimiladas pelos movimentos envolvidos na luta de classes.

Contudo, é preciso ressaltar certas particularidades das sociedades pós-industriais, as quais vêm se caracterizando pela progressiva substituição do trabalho humano pelas máquinas, sobretudo no setor da produção industrial, o que acarreta uma redução estrutural dramática da demanda de mão-de-obra. Com isso, deve-se suspeitar de uma alteração na composição de forças dentro da sociedade, em razão da tendência do segmento operário apresentar-se cada vez mais, numericamente pouco expressivo, abrindo espaço para entrar no jogo político outros segmentos sociais, igualmente insatisfeitos com o estado de coisas em vigor. Como consequência, o movimento operário tenderá a ter um papel cada vez menos significativo, não só pela sua perda de importância numérica, mas também pela crise do modelo socialista de sociedade, que tem tradicionalmente inspirado o movimento operário.

Assim, aos poucos o movimento operário vai perdendo o monopólio a ele atribuído na condução dos avanços sociais, passando a dividir com outros movimentos o seu papel de vanguarda política. Daí o caráter oportuno da contribuição de Castells ao conferir um papel político aos movimentos sociais urbanos, no momento em que o movimento operário sozinho não consegue mais conduzir todo o processo político de transformação social, porque ele não representa mais as aspirações e necessidades do conjunto da população desfavorecida. Neste sentido, a posição de Castells contrasta com a de Hobsbawm, na medida em que ele vislumbra um potencial de mudança social nas lutas urbanas, porque identifica nelas uma luta de classe. Já Hobsbawm só atribue este potencial ao movimento operário, embora ele tenha percebido a importância de estudar formas de rebeliões populares menos estruturadas, porém de impacto.

Até aqui, as reflexões sobre os movimentos sociais estiveram norteadas para estudos que enfatizaram o seu significado político, porém acredita-se que a busca de referências que permitam a compreensão dos mesmos numa perspectiva estrutural, proporciona novos ângulos de explicação do fenômeno em questão.

Com isso, pretende-se extrapolar as referências convencionalmente utilizadas, para penetrar num terreno mais abrangente que permita entender os mecanismos internos de estruturação desses movimentos como um fenômeno articulado à estrutura social para explicar a mudança. Na verdade, o estudo de Castells contempla o ângulo estrutural do fenômeno, porém sua análise se reporta à uma subordinação da estrutura à uma lógica predominantemente econômica. Como o propósito do trabalho é procurar explicações fora do domínio de teorias amplamente aceitas e consolidadas, tal perspectiva deixará de ser evocada, em proveito de um outro tipo de abordagem estruturalista.

O estudo de V. Turner (1974) mostra-se particularmente revelador e elucidativo, para ajudar a refletir sobre movimentos sociais na perspectiva acima aludida, por tratar-se de uma abordagem estruturalista, que incorpora a noção de mudança como uma possibilidade aberta à estrutura. Embora, ela esteja situada no campo da antropologia, deve ficar claro que ela não tem qualquer parentesco com o estruturalismo de Lévi-Strauss. A noção de estrutura utilizada por Turner se inspira na mais pura tradição da antropologia social britânica, para quem ela representa um

arranjo formado pelas relações de cargos, papéis e funções no conjunto da sociedade. Para o autor em exame, a estrutura seria incapaz de abranger todas as relações sociais, deixando margem para que ocorram relações fora da estrutura, envolvendo pessoas inteiras despojadas de papéis ou funções, as quais ele chama pessoas liminares.

Surge daí uma noção fundamental neste estudo - a "communitas" - que o autor utiliza para inscrever esse relacionamento não estruturado entre indivíduos concretos, ou seres humanos totais. É justamente este conceito que oferece alguns paralelos importantes para se pensar os movimentos sociais, mesmo porque o próprio autor examina algumas "communitas" que podem ser identificadas como movimentos sociais, entre as quais o movimento religioso que deu origem à Ordem Franciscana, ou o movimento "hippie" da década de 60. A "communitas" corresponderia a um momento inicial de formação dos movimentos sociais, que ao consolidarem-se adquirem uma estrutura e estabelecem cargos e papéis, criando um modelo burocrático. Para utilizar tal noção em nosso contexto torna-se necessário descrever algumas das características mais marcantes da "communitas", observando que muitas são formuladas em contraste com as características presentes na estrutura.

Assim, a "communitas" pode ser definida com base nas seguintes características: a) espontaneidade e transitoriedade opondo-se ao caráter jurídico e político da estrutura; b) tende a transformar-se em estrutura quando as livres relações entre os indivíduos convertem-se em relações governadas por normas; c) tende a ser filosófica ou especulativa, enquanto a estrutura pragmática e mundana; d) carregada de sentimentos, principalmente prazerosos, na estrutura sacrifica-se os desejos às necessidades do grupo; e) pertence ao mundo atual; a estrutura está arraigada no passado e se estende para o futuro pela linguagem, a lei e os costumes. Turner acrescenta que a ação estrutural se rotiniza e torna-se mecânica e não-criativa, necessitando regenerar-se através de um retorno periódico à "communitas", e finaliza sua análise com estas eloqüentes palavras:

"A sabedoria consiste sempre em achar a relação adequada entre estrutura e "communitas", nas circunstâncias dadas de tempo e lugar em aceitar cada modalidade quando é dominante sem rejeitar a outra e em não se apegar a uma quando seu ímpeto atual está esgotado." (:170)

O momento da "communitas" corresponde a um momento de liminaridade, que no processo ritual exprime uma fase intermediária em que há uma suspensão temporária de posições e funções na estrutura, porém adquire um significado ampliado no pensamento de Turner. Para ele, a liminaridade significa não apenas a suspensão de modos de ação social convencionais, mas a abertura de um espaço para um exame dos valores e princípios fundamentais na cultura onde ela ocorre.

Com isso o autor pretende chegar à formulação de que as culturas sejam pré-letradas, sejam complexas, elas desenvolvem experiências com modelos igualitários na liminaridade ou na inferioridade estrutural, que refletem concepções que permitem aos homens estabelecer um modo de convivência melhor.

Este fluxo e refluxo da estrutura para a "communitas" e vice-versa, exprime a dinâmica do processo social em que se dá a transformação social de um lado, criando novos arranjos na estrutura, mas por outro lado contribuindo igualmente para o reforço e manutenção da estrutura tal e qual se apresenta. Esta última situação tende a ocorrer nas sociedades pré-letradas e nas tradicionais, cujos rituais cumprem o

papel da "communitas", criando períodos de liminaridade, que asseguram um retorno posterior à condição pré-existente. As análises de Roberto da Matta (1979) sobre rituais ou festas no âmbito da sociedade brasileira se inspiram no pensamento de Turner, demonstrando que como ritual de inversão, o carnaval atua como reforço da estrutura e da hierarquia social.

Por outro lado, percebe-se que Turner não procura detectar se a proposta da "communitas" se mostra conservadora ou não, aliás ele chega a identificar nela o espaço mesmo onde se elabora o novo. Contudo, ela está sempre impregnada de valores e princípios igualitários, que entram em choque com o modelo hierarquizado da estrutura. Deste modo, movimentos de motivação política ou religiosa, não são vistos neste aspecto de forma diferenciada, na medida em que eles se inspiram em concepções alternativas de sociedade, cujos princípios igualitários estão presentes numa e outra.

Para levar adiante esta interpretação desenvolverei o terceiro eixo de explicação - o psicanalítico, que está bem situado na tese de Laplantine em seu livro *Les trois voix de l'imaginaire* (1974), que se define como um estudo de etnopsiquiatria. Neste estudo o autor elege como objeto de estudo certas tentativas coletivas de superar a frustração e a insatisfação perante o mundo, e parte desse clima de sentimentos negativos para examinar a motivação de algumas formas de mobilização e estratégias voltadas para a busca de concretizar um estado de felicidade coletiva.

O autor fixa três estratégias formuladas pela imaginação coletiva, em que o homem visa construir o seu futuro dentro de um ideal de perfeição e felicidade: o messianismo, a possessão e a utopia. Estas seriam três gigantescas representações coletivas presentes ao longo de toda a trajetória da humanidade, que se projetam para o futuro, e cuja ocorrência se dá particularmente em épocas de crise ou de transição social (26).

A espera messiânica, a possessão e a utopia seriam modalidades usadas pelo homem de transformar seu desespero em esperança, de modo que na primeira a espera de um messias ou um salvador que viria sanar todos os problemas e desigualdades, estabelecendo uma ordem social, ou um tempo de justiça social. A possessão consiste em uma estratégia que significa que o grupo não se propõe esperar mais pelo milênio, e busca escapar às vicissitudes deste mundo através de experiências com o transe, em que as pessoas são tomadas por comportamentos de grande exaltação e teatralização da existência, realizando momentaneamente uma vivência fora deste mundo. A utopia expressaria a paixão do homem para alcançar a perfeição, e assim ultrapassar as condições de existência dentro de uma sociedade, que se rejeita e que se deseja ver animadas por outros princípios e organizada em outras bases.

O traço comum presente nas três formas profundas de aspiração é a busca de uma experiência com o absoluto, visando escapar de um mundo que perde seu sentido, cujas instituições tornam-se vazias, tornando sombrias as perspectivas de futuro. Entendidas como formas diferenciadas de expressão de desejos, no messianismo ele se manifesta pela espera por uma sociedade alternativa radicalmente distinta da presente; na possessão a realização do desejo de absoluto se concretiza de forma imediata e instantânea; na utopia se dá uma submissão absoluta do desejo pela sociedade global, que deve passar a atuar de forma infalível.

Nestas análises o autor se recusa a distinguir o imaginário político do imaginário religioso, ou a especificidade de cada um no âmbito das estratégias examinadas. Para ele, a história se encarrega de desfazer esse falso dualismo, e permite mostrar que é possível se visualizar a emergência do religioso dentro do político e vice-versa, do arcaísmo na modernidade e do fantástico no cotidiano, de modo que tornar-se cada vez mais difícil distinguir o modelo religioso ou messiânico do modelo político ou revolucionário.

Ainda nos termos da explicação psicanalítica, identificou-se o estudo de Francesco Alberoni como uma contribuição que introduz uma visão inusitada dos movimentos coletivos, associando a eles um estado de enamoramento, como princípio ativo capaz de precipitar a mobilização coletiva. Partindo de um dos seus livros *Enamoramento & Amor* (1992: 11) colheu-se elementos importantes que indicam uma posição que se aproxima e ao mesmo tempo contrasta com a de Laplantine, na medida em que ele analisa também o caráter afetivo da experiência no âmbito dos movimentos coletivos, porém associa a eles sentimentos positivos.

Nesta interpretação o autor se inspira em uma análise de Durkheim acerca de certos estados de "efervescência coletiva", cuja natureza tem uma profunda semelhança com o estado de enamoramento. No texto referido por Alberoni, Durkheim faz uma descrição aguçada do estado mental do indivíduo perante certas circunstâncias sociais, em que ele se sente arrastado e dominado por forças coletivas, onde preocupações e interesses pessoais são substituídos por outros de caráter coletivo, que passam a ocupar por completo sua consciência, afastando-o assim da existência ordinária de sua vida privada (:6). Convém acrescentar que tais estados não são permanentes, mas passageiros, e caracterizam apenas aquela fase mais aguda do movimento ou sua fase de nascimento ou estruturação.

Assim, Alberoni defende que as energias liberadas nesses estados de enamoramento, sejam direcionadas para uma pessoa, sejam direcionadas para ideais coletivos, são muito mais responsáveis pelo aparecimento de novas instituições, classes, e todas as novas aquisições da humanidade, do que as energias reprimidas da libido como acreditava Freud (:94-95). Desta forma, ele elabora a noção de "estado nascente" como uma condição essencial ao processo social, que o anima ao permitir a emergência de movimentos coletivos que irão gerar e revitalizar instituições.

Para o autor em questão, o marxismo é também um movimento que viveu seu "estado nascente", e faz algumas correções quanto a certos equívocos desta linha de pensamento, para a qual só existe movimento coletivo motivado por uma luta de classes. Mesmo alguns movimentos religiosos que chegam a ter uma percepção elementar do grau de exploração e alienação do Homem, são ainda inadequados para produzir uma verdadeira consciência de classe, revelando-se apenas como uma falsa consciência. No entanto, o enamoramento esteve caracterizado na concepção e construção desse movimento, e apesar disso o enamoramento é um estado que não diz respeito a classes, porque ele aproxima pessoas de diferentes classes sociais. O que este estado contém acima de tudo são as propriedades básicas requeridas para um agrupamento em torno de um propósito comum fundamentado em um conjunto de idéias. Deste modo, ele busca ampliar a noção de movimentos coletivos para abranger aqueles que não estão diretamente associados a interesses de classe.

Nesta altura, tendo reunido interpretações que dão conta dos três eixos de explicação, embora sem esgotar as possibilidades de abordagem dos movimentos

sociais, passo às considerações finais, retirando algumas lições das teses apresentadas.

As análises centradas no componente político dos movimentos sociais aqui enfocadas, revelaram algumas limitações importantes por estarem excessivamente presas a contextos capitalistas, ou em transição para o capitalismo, cujas ideologias só eram compreendidas se estivessem voltadas para uma superação do modelo capitalista, obedecendo a modelos formulados pela ciência.

Com isso, as reflexões feitas até aqui refletiram justamente a tentativa de entender os movimentos sociais num contexto ampliado, evitando privilegiar a categoria política, para identificar outras esferas igualmente importantes para a compreensão desses movimentos.

No contexto da explicação de viés estrutural, ao invés de entender esses movimentos como resultado das contradições inevitáveis do modelo capitalista de sociedade, eles seriam constituídos e emergiriam nos interstícios da estrutura social, em rejeição à hierarquia assegurada por tal estrutura, sendo responsáveis diretos pelas mudanças sociais. Estas por sua vez não obedecem necessariamente à uma sequência evolutiva, mas permitem construir um porvir de forma mais aberta e inesperada.

A explicação psicanalítica se detém na avaliação dos sentimentos coletivos e energias psíquicas subjacentes à experiência vivida no interior dos movimentos sociais, permitindo entender diferentes modalidades de movimentos, políticos ou religiosos, a partir do exame das forças profundas capazes de desencadeá-los.

Mas ao fim destas reflexões, elas nos levaram a reconhecer que o político é certamente a categoria primordial para o entendimento de tais movimentos, já que eles expressam sempre uma luta pelo poder. Entretanto, é indispensável redefinir esta categoria para retomá-la, o que exige novos esforços de investigação para encontrar outros parâmetros para análise do político.

Com isso, o presente trabalho se limitará a apreciação dos estudos já apresentados, deixando para outra oportunidade a retomada do enfoque político, quando puder contar com outros elementos que permitam ampliar o entendimento desta dimensão crucial dos movimentos sociais. Entretanto, gostaria de adiantar a interpretação de Bourdieu (1989) acerca do "poder simbólico", que certamente servirá como ponto de partida para o desdobramento deste estudo. O texto do autor evocado refere-se particularmente às lutas regionalistas, embora sua interpretação possua uma abrangência que permite aplicá-la a lutas travadas em outros terrenos, como o das minorias por exemplo (1989).

Para finalizar essas reflexões devo destacar a necessidade de visualizar os movimentos sociais no campo das lutas simbólicas, onde os conflitos de interesses entre grupos distintos são reconhecidos e até evidenciados, assim como a motivação econômica de tais interesses. Assim, as lutas simbólicas têm princípios e consequências econômicas que são certamente reais, embora a economia do simbólico não se limite ao econômico. Todavia, o mais importante desta contribuição é que ela introduz a noção de poder simbólico, no terreno da luta política, como um poder de caráter mágico, com elevado grau de coerção, que embora não se apóie na força bruta, é tão forte quanto aquela obtida por tal meio.

NOTAS

1. A noção de movimentos sociais empregada no escopo da disciplina é a mais ampla possível, e que incorpora as mais diferentes formas de lutas sociais, envolvendo segmentos populacionais variados, traduzindo desde os movimentos urbanos e rurais, religiosos, ecológicos, étnicos e outras minorias, inclusive os operários.

2. Este procedimento se inspira no modelo construído por Bourdieu em seu livro *A Economia das Trocas Simbólicas*, ao fazer convergir três vertentes teóricas amplamente reconhecidas como incompatíveis, para explicar o campo do fenômeno religioso, de modo a permitir captar ao mesmo tempo as diferentes nuances contidas nele, refletindo-se como uma vantagem no domínio explicativo.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERONI, Francesco. *Enamoramento & Amor*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- CASTELLS, Manóel. *La Cuestión Urbana*. 4 ed. México, Siglo Veintiuno, 1977.
- DaMATTa, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- HOBSBAWM, E.J. *Rebeldes Primitivos. Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. 2 ed. Rio de Janeiro, 1978.
- LAPLANTINE, F. *Les Trois Voix de L'Imaginaire: Le Messianisme, La Possession et L'Utopie*. Paris, "JE" Editions Universitaires, 1974.
- TURNER, V. *O Processo Ritual. Estrutura e Anti-estrutura*. Petrópolis, Vozes, 1974.

Cotidiano Familiar e Representação do Espaço Habitado*

*Jovanka Baraculhy Cavalcanti***

O modo como os indivíduos, em sociedades ou grupos sociais, sistematizam e ordenam seu espaço social atribuindo-lhe sentido, tem sido preocupação de antropólogos, sociólogos, psicólogos e arquitetos. Estes estudos, em geral, procuram entender as categorias utilizadas - como se relacionam e se hierarquizam, e ainda, os princípios que regem esta organização. Pesquisas realizadas tanto em sociedades ditas primitivas (BOURDIEU, 1980) quanto em sociedades urbanas contemporâneas (VELHO, 1978; HIRSCHON & GOLD, 1982) levantam questões relativas à maneira como essas sociedades interagem com o espaço produzido e de como as referências simbólicas estão ali representadas.

Observa-se que os grupos sociais atualizam constantemente as principais noções que compõem suas culturas e seus processos de socialização, sendo o espaço uma das formas pelas quais os indivíduos e grupos se representam e representam seu pensamento. Assim, a noção de espaço encontrada em diferentes sociedades segundo a maneira pela qual os grupos pensam sua experiência própria.

Concentro-me, neste trabalho, em habitações de classe média urbana, procurando desvendar o cotidiano das famílias, seus estilos de vida e as formas de representação do espaço habitado. Isto significa vincular esses indivíduos a um sistema de valores, de noções e práticas. Significa tornar inteligível a realidade física e social, levando em consideração essa função constante do real e do pensado.

A premissa inicial, que fundamenta esta pesquisa, é a de que o espaço habitado e as relações no âmbito familiar, bem como o relacionamento desse grupo familiar com os vizinhos e parentes, constituem-se em práticas sociais importantes para desvendar-se muitas das representações, dos valores, e dos aspectos relevantes da estrutura e organização social nos espaços urbanos de sociedades complexas.

Através do contato com uma pesquisa realizada sobre a classe média de João Pessoa (LIMA e MEDEIROS, 1990), comecei a perceber quão significativa é a formação e crescimento deste segmento em nossa cidade e como haviam poucos estudos locais voltados para esses grupos. Essa classe média parecia ter também papel significativo na conformação de um novo espaço urbano, que vinha se configurando desde as primeiras décadas do século, com a modernização de algumas áreas da cidade. Mas, que, só a partir das décadas de 50/60, assumiu as características que conhecemos hoje em dia, especialmente diante das mudanças na estrutura produtiva e ocupacional da capital.

* Elaborado com base na dissertação de mestrado defendida no MCS/UFPb em Agosto de 1993.

** Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPb.

A problemática se coloca, assim, a partir da própria constituição do espaço urbano contemporâneo, da aceleração do processo de urbanização e seus reflexos sobre a vida dos indivíduos. Considerando-se que a cidade de João Pessoa, como a maioria das cidades brasileiras, caracteriza-se por uma forte segregação social do espaço, combinando de maneira relativamente uniforme localização geográfica e estratificação social, essa conformação acaba por expressar os contornos de fronteiras culturais, em que a localização da moradia desempenha papel significativo na construção da identidade de grupos sociais. Não quero pressupor, com isto, a existência de uma cultura de classe média, embora existam padrões culturais com certas especificidades; precisamente, quero entender os sistemas simbólicos que operam em nossa sociedade e em especial nesse grupo.

Estudos recentes sobre classe média urbana (VELHO, 1978; BRUSCHINI, 1990; LIMA e MEDEIROS, 1990) apontam para uma diversidade dos grupos sociais que a compõem, e para sua eterna condição plural. Evidenciam-se as dificuldades em se reunir os diversos segmentos em uma categoria mais geral, e até mesmo em definir-se as "fronteiras" que os delimitam. Entretanto, pode-se identificar certos traços recorrentes nessas pesquisas: as temáticas da ascensão social, da mudança, da importância da moradia e de sua localização

no urbano. Elementos fundamentais na constituição da identidade desses grupos.

A abordagem teórica que fundamenta esta análise baseia-se principalmente nos estudos de Bourdieu (1980, 1983, 1987) sobre as práticas e os sistemas simbólicos que dão os contornos de grupos e/ou classes sociais. Para ele a sociedade é como um campo de forças em que o "sentido", a "força do sentido" ocupa papel fundamental. Procura relacionar as condições objetivas dos indivíduos com suas práticas, em que as diferenças entre os grupos não são definidas apenas pela forma de inserção no processo de produção. Devem ser levadas em consideração as diferenças existentes no plano das relações simbólicas, das formas de consumo e de reprodução. Estas diferenças estão ainda vinculadas às trajetórias individuais ou de grupos, e às leituras específicas do sistema simbólico, ou seja, da cultura da qual fazem parte.

Nessa lógica, a prática dos agentes é definida como resultado de um "habitus", sinal incorporado de uma trajetória social; e de um "campo social" funcionando, neste aspecto, como um espaço de obrigações que possuem a propriedade de operar com a cumplicidade do "habitus" (BOURDIEU, 1983:45).

Os conceitos de estilo de vida e de representação em Bourdieu (1990:189-90) vinculam-se, pois, é noção de "habitus" - enquanto sistema gerador e classificador de práticas: é da relação entre essas duas capacidades do habitus que se constitui o "mundo social representado", ou seja, o espaço dos estilos de vida.

O grupo estudado, em seis meses de pesquisa de campo, é formado por 14 famílias, cujas características - relacionadas com o nível de renda, a posse de bens e a ocupação principal dos cônjuges, além do próprio local de moradia - influenciam um estilo de vida específico. Seleccionei o bairro de Manaíra por ser o que mais se adequava a realização da pesquisa, uma vez que os dados coletados junto ao Plano Diretor de João Pessoa/92 e é Prefeitura Municipal de João Pessoa o apontavam como predominantemente de classe média, mais homogêneo em termos de padrão habitacional e de renda da população. Além disto, Manaíra é um bairro de ocupação

recente, que cresceu bastante nas duas últimas décadas refletindo uma certa mobilidade sócio-espacial.

O Bairro de Manaira: expressão de consumo e de prestígio social

Os entrevistados representam o bairro através dos seus limites geográficos, opondo-o constantemente é parte mais antiga da cidade - o centro da cidade - onde se localizam as atividades mais ligadas ao comércio e aos serviços em geral. Manaira representa a parte moderna da cidade, onde o comércio é feito nos 'shopping centers' e onde, hoje em dia, não se necessita ir constantemente ao centro da cidade para resolver problemas de banco, fazer compras etc. O fato de, mais recentemente, localizar-se em Manaira o maior shopping center da cidade, várias farmácias, supermercados, enfim todo um atendimento de comércio e serviços em geral é população, foi várias vezes mencionado como um dos motivos que tornam a moradia nesse bairro algo prestigioso, valorizado, garantindo aos seus moradores uma comodidade e uma qualidade de vida superiores aos demais moradores da cidade. Há, portanto, uma identificação entre local de residência e prestígio social, que pode-se perceber através de certas expressões recorrentes na maioria dos depoimentos: Os entrevistados referem-se ao "comércio", às "facilidades", é "educação do pessoal", ao "conforto", é "beleza", é "tranquilidade", para justificar a moradia no bairro. São categorias que indicam, de um lado, a preocupação desses segmentos com o consumo enquanto elemento importante na definição do local de moradia. A possibilidade de adquirir bens associa-se é de fazê-lo com "facilidade", com "comodidade" e de ter acesso a determinados bens valorizados, não acessíveis em áreas como o centro da cidade. De outro lado, a "tranquilidade" de Manaira vem associada é presença do mar, é "beleza" e ao "conforto" da vida nessa parte da cidade. A "educação do pessoal" é também um aspecto valorizado e atribuído aos moradores do bairro. Dessa forma, evidencia-se um sistema de classificação de base espacial que reflete também as idéias que os agentes têm a respeito da distribuição de poder na sociedade. A imagem que eles têm é a de que essa sociedade encontra-se dividida em classes, que têm como um dos elementos fundamentais para sua definição a distribuição espacial. Atribui-se 'status', mais ou menos privilégios, acessos a bens materiais, informações etc., aos moradores de Manaira. Uma visão hierarquizada dos bairros e da sociedade que revela o reconhecimento da existência de uma possibilidade de mobilidade social/residencial, mas que reflete, sobretudo, um estilo de vida calcado em valores e padrões de comportamentos que servem para distinguir a classe média de um bairro privilegiado de uma capital nordestina. Neste caminho, o bairro é visto como um lugar onde estão segregadas diferentes atividades - moradia, comércio, lazer, serviços - e onde não se tem condições de manter um relacionamento mais próximo entre os moradores. Os contatos com vizinhos foram considerados ocasionais e formais e, em certos casos indesejáveis. Inclusive todos aqueles que consideraram indesejáveis os contatos com vizinhos ergueram muradas altas, acima de um metro e meio na frente de suas moradias. O relacionamento com amigos é apenas um pouco mais freqüente. A sociabilidade da família fica restrita aos parentes mais próximos, e esporadicamente aos amigos do trabalho e da infância. Voltam-se, sobretudo, para a reprodução do grupo, a educação e o cuidado com os filhos, e às atividades dentro de suas casas. Se observarmos o crescimento urbano e a

modernização de certos setores da economia em João Pessoa, nas últimas décadas, talvez possamos entender esse tipo de comportamento.

Na cidade que se moderniza, evidencia-se não só a segregação espacial ampliando as diferenças de classe, mas também, transformações na vida social cujos reflexos estão nas formas de moradia, na arquitetura em geral e, sobretudo, nas relações entre os indivíduos. Junto com esta mudança, esboça-se um modelo burguês de morar, marcado pela separação entre "a casa" e "a rua". A privacidade e o isolamento são as suas características marcantes. Este "modo de vida urbano" (VELHO, 1973) que se difunde como reflexo da industrialização capitalista, da emergência da economia de mercado e do crescente processo de racionalização da sociedade moderna é marcado pela fragmentação das relações entre grupos e indivíduos (até mesmo aqueles muito próximos como os vizinhos), é a expressão da urbanização acelerada. João Pessoa não foge à regra, e a cada dia, este processo torna-se mais evidente: proliferam os shopping centers, os condomínios, as residências com amplas muradas etc. São os muros visíveis e invisíveis, que separam a cidade e dentro dela os edifícios e seus habitantes. O indivíduo que daí emerge é bem descrito por Simmel (VELHO, 1973) como de um caráter marcado por uma atitude "blasé" - uma certa incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada - e uma atitude de reserva nas relações com outros indivíduos, uma antipatia que seria uma forma de proteção contra a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada.

Para Simmel (VELHO, 1973:18), "uma antipatia latente e o estágio preparatório do antagonismo prático efetuam as distâncias e aversões sem as quais esse modo de vida não poderia absolutamente ser mantido. A extensão e composição desse estilo de vida, o ritmo de sua aparição e desaparecimento... formam o todo inseparável do estilo metropolitano de vida. O que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação na realidade é apenas uma de suas formas de socialização".

Essa atitude "blasé" e uma arquitetura que se define pelo isolamento da família no interior da habitação reforçam este tipo de socialização. Define-se, para tanto, uma gradação dos limites de acessibilidade, de alcance visual e a existência de espaços de transição na casa em relação à rua. A casa se organiza como um microcosmo repleto de representações, de tal modo que vão se definindo espaços cada vez menores e exclusivos. A dimensão simbólica presente nos equipamentos da casa, na definição dos acessos, reforça-se na configuração de valores morais para os espaços de acordo com as atividades ali desenvolvidas.

Habitação de Classe Média: Condições Objetivas e Relações Simbólicas

As dimensões que se evidenciam nas habitações de um bairro como Manaira, abrangem um amplo leque de necessidades sociais ligadas às noções de *privacidade, segurança, consumo, status e prestígio social*. Muitas dessas noções estão expressas tanto no espaço físico, no caso as habitações e objetos que as compõem, quanto nas falas dos seus moradores.

Há toda uma simbologia ligada não só à valorização da moradia em um bairro específico, mas há, também, o valor atribuído ao tamanho dos espaços, à amplitude, no caso da habitação. Isso foi mencionado por um número significativo

de entrevistados, que expressavam as diferenças existentes entre eles, indivíduos de classe média, assalariados, e os ricos.

Na verdade, Há uma série de "regras", não necessariamente explícitas ou conscientes, que são aplicadas aos edifícios habitacionais e incorporadas aos programas arquitetônicos. Algumas delas, fruto de um costume, outras, fruto de uma maneira de morar difundida pelo movimento de arquitetura moderna, a partir das décadas de 30/40 no Brasil. A análise dessas "regras" convencionais é bastante útil para se desvendar muitos dos valores que estão por trás dessa aparência e caracteriza uma prática social de morar.

Apesar das peculiaridades de muitas das habitações devido à posição do lote ou às idiossincrasias dos indivíduos que ali vivem, posso afirmar que Há semelhanças básicas entre todas elas.

São residências de plantas retangulares, com terrenos que possuem em geral 12 x 30 m, com recuos laterais, frontais e de fundos que acompanham os valores mínimos estabelecidos pelo Código de Urbanismo da Prefeitura Municipal

de João Pessoa. Na grande maioria, são compostas por sala de estar e de jantar, cozinha (às vezes, uma copa), três quartos, sendo um deles uma suíte, pelo menos dois banheiros, dependência de empregados completa, um gabinete, terraço e jardim na frente da moradia, quintal e garagem.

Importante colocar que doze domicílios pesquisados possuíam grades de ferro em todas as portas e janelas voltadas para o exterior. Algumas delas têm grades ao longo de todo o terraço, fechadas com cadeados. São algumas das estratégias de segurança que observei nos domicílios, usadas para evitar assalto e a presença de pessoas estranhas à família. Estabelecem-se, pois, limites bem definidos entre o que é interior e o que é exterior é habitação e ao grupo familiar. Os muros altos são, também, bastante frequentes e, às vezes, combinam-se muradas altas e gradis de ferro, reforçando ainda mais esses elementos de segurança. Na maioria das casas são colocadas plantas espinhosas como cactus, entre outros tipos, que representam verdadeiras barreiras usadas tanto na parte interna quanto externa das muradas e sobre as calçadas, para impedir a aproximação de estranhos. São frequentes, ainda, os cacos de vidro cimentados sobre os muros.

Há, portanto, uma rígida separação entre o que é interior/privado, mostrado apenas àqueles convidados da família, e o que é exterior/público, representando a "face" que é mostrada ao mundo exterior. Essa oposição entre interior/exterior também aparece na pesquisa de Hirschon e Gold (1982) como um elemento fundamental na regulamentação das atividades do dia-a-dia das famílias, podendo ser vista como derivada de aspectos culturais e ainda como resposta eficiente aos problemas que surgem pelo fato de viverem muito próximas umas das outras. Porém, em Manaira sobressai-se um outro aspecto associado a essa oposição que é o fato da rua, e até mesmo da calçada, representarem a insegurança, a "terra-de-ninguém", a promiscuidade, da qual a família isola-se, protegendo não apenas seus corpos, mas suas propriedades. Em Manaira, a oposição interior/exterior é reforçada por outros elementos como, por exemplo, a existência de duas favelas próximas ao bairro - "São José" e "dos Ipês" - mencionadas como focos de "pessoas perigosas" que se espalham pelas redondezas ameaçando a "tranquilidade" característica do bairro.

A declaração abaixo é bem sugestiva dessa insegurança que a rua e a calçada - o exterior - representam para essas famílias: " *Se eu sair na rua, saio sempre apressada, assustada. Tenho medo de ser agredida, se estou na calçada, também. E, aqui, eu me acho segura, porque aqui é tudo gradeado, passo grade lá, passo grade aqui na cozinha...* " (Inês, família 10).

A casa aparece, assim, como um domínio oposto à rua, conceitualmente separados através de certos dispositivos simbólicos. As noções de "frente" e "fundos" são uma constante nos depoimentos dos entrevistados. São referenciais importantes no dia-a-dia. A "frente" desse tipo de moradia, voltada para a rua, é sempre a parte dedicada aos contatos sociais, deve ser mantida limpa e bem arrumada - é a fachada que se mostra a todos - enquanto os fundos representam o oposto - locais de estocagem dos materiais de limpeza, do lixo, dos equipamentos velhos, enfim dos empregados, dos animais e tudo mais que deve ser mantido longe do 'olhar' público. É o que Goffman (1989:117) chama de 'os bastidores', onde acontecem as cenas do cotidiano das famílias e que não devem ser vistas pelo público. O acesso principal, feito sempre pelo terraço, dá direto na sala de estar e/ou jantar. É nesse espaço interior, porém social, onde recebem as visitas mais formais e se dão as principais representações que visam demonstrar ou reforçar um "status" desejado. Ali são colocados os melhores equipamentos da casa: poltronas confortáveis, quadros, objetos de decoração, aparelhos de som etc. É muito freqüente, também, um pergolado, que geralmente se estende ao longo da sala de estar e sala de jantar. Nesse sentido, observei que a televisão não se encontra mais com freqüência na área social da casa. Se antes ela tinha um lugar garantido na sala de estar dessas famílias, tudo indica que cada vez mais a TV está sendo afastada, ganhando lugares próprios - a "saleta de TV" - ou sendo utilizada nos quartos como equipamento de um lazer individual. Um aspecto interessante observado foi o fato de que quando havia mais de uma família morando no mesmo domicílio, como é o caso das famílias 14 e 02 (ambas por motivos de ordem econômica), havia espaços isolados e definidos para cada uma, e também, objetos específicos como uma televisão e um telefone. A decoração também era motivo de diferenciação, expressando gostos por vezes antagônicos mas, sobretudo, delimitando o território de cada família, sua relativa autonomia dentro da casa. A cozinha, juntamente com todos os equipamentos de limpeza e preparação de alimentos que a compõem, é ainda bastante segregada no interior da casa. Os limites entre as áreas de serviço e íntima são definidos pela cozinha. É um espaço identificado, sobretudo, com o trabalho doméstico feminino mas, reservado, sobretudo, aos empregados. Um espaço de "fundos" da casa. A própria existência de duas entradas separadas, uma para cozinha e outra para as salas da frente, atestam a tendência reforçando hábitos tradicionalmente ligados a esses estratos da sociedade, em que uma aparente "modernidade" esconde fortes marcas dos costumes e das relações tradicionais de base colonial. Certamente, estamos longe daquela situação descrita por Lemos (1978: 202), onde ele diz: "*Fatalmente, um dia, a morada burguesa irá superpondo funções, até eliminar a cozinha, trocando o fogão pela mesa-quente aquecedora de comidas congeladas vindas dos supermercados. E na era do plástico e dos papéis e cartões impermeabilizados, talvez a louça nossa diária e os talheres venham a ser lembranças malqueridas de um passado que não prescindia da humildade solícita e resignada da empregada doméstica. Tudo estará facilitado. As próprias roupas não mais serão lavadas, as*

vestes de papel serão jogadas fora. Tudo será fácil nesses trópicos sorridentes em desenvolvimento. E um dia, as edículas dos quintais ficarão sem utilidade e todas as mulatinhas vindas do interior estarão em suas próprias salas de suas casas próprias, enquanto a Princesa Isabel sorrirá em seu túmulo vendo que seu trabalho finalmente chegou ao fim".

O quintal dá continuidade a área de serviços, separando os "empregados da casa" da intimidade da família. São as chamadas "edículas" - pequenos cômodos, separados do restante da casa, onde ficam os quartos dos empregados, onde ficam localizados também os depósitos de coisas velhas e de material de limpeza, lavanderia, animais domésticos etc. Esse tipo de solução é comum também na maioria dos prédios de apartamentos.

Nos quartos do casal e dos filhos - o conforto, a sobriedade e o isolamento são os adjetivos adequados. O quarto do casal é o maior e mais bem equipado. Em geral, tem uma série de equipamentos: ar condicionado, TV, um pergolado e banheiro próprio(suíte) etc.

Os tamanhos diferentes dos quartos e a presença da suíte do casal refletem a posição privilegiada dos pais, que são aqueles que mantêm e têm autoridade sobre os demais membros da família; o quarto de empregados, por outro lado, é a expressão física da inferioridade destes em relação ao status da família.

O número e a distribuição dos banheiros também expressam essa segregação dentro do espaço doméstico: tem, em geral, um lavabo na área social, um banheiro que forma a suíte para uso exclusivo do casal, um outro banheiro para o restante da família e um outro, localizado na zona de serviços para uso dos empregados ou pessoas que, eventualmente, venham prestar serviços na casa.

A separação dos quartos quanto aos sexos é um outro elemento, algo incorporado através de um "habitus", que eles não sabem explicar o porquê mas que vem se repetindo. Há várias gerações em suas famílias sem maiores questionamentos. Para quatro das quatorze famílias pesquisadas, essas separações foram elementos fundamentais nas suas próprias definições de habitação. Mariana (família 04) diz o seguinte: "*Seria o mínimo suficiente que a casa teria para as pessoas viverem, sem se atropelarem dentro, com sua privacidade reservada, marido e mulher num determinado cômodo, o filho homem no outro cômodo, filha noutro cômodo, sem que houvesse necessidade de se fazer um acúmulo dessas pessoas*".

É uma expressão daquilo que Rolnik (1988) chama de "micropolítica familiar", uma fórmula de morar, um modelo burguês que se difundiu em nossas cidades e que traz a marca da privacidade, do esquadrinhamento da família no interior da moradia, longe da promiscuidade que a rua representa, reproduzindo no espaço da casa a segregação social e espacial presente na sociedade em geral. A oposição entre o interior/privado e o exterior/público, apesar de ser marcante, não define a rua como espaço de socialização, de contatos com vizinhos e de relacionamento entre os moradores de uma mesma localidade. É rua atribuí-se a insegurança, o desconhecido; ao espaço interno da casa, a segurança e a privacidade tão almejada. A casa é, sobretudo, esse espaço de socialização da família, onde são transmitidas as primeiras noções de convivência e onde a divisão sexual do trabalho, a estrutura de poder no grupo familiar e os papéis sociais começam a ser inculcados desde a infância, seja através da separação dos quartos por sexo, seja através da localização dos cômodos de empregados domésticos fora do âmbito familiar ou ainda

através das rígidas separações entre as zonas sociais e íntimas dos domicílios. O significado que a casa tem para os entrevistados está associado, sobretudo, às noções de propriedade, de privacidade, de moralidade, ao papel atribuído à família como unidade de reprodução social do grupo e a um estreitamento dos laços afetivos entre os membros da família. A casa é esse "cantinho", como muitos se referem, onde não precisam "representar" o tempo todo, mas através do qual se representam e se distinguem com relação aos demais. A casa aparece para essas famílias como algo relacionado também aos privilégios de que dispõem, principalmente em períodos de crise e recessão econômicas. Reconhecem sua distinção com relação à população pobre por poderem usufruir de bens, de objetos de um certo valor simbólico, e de um padrão de vida que vai além de suprir as necessidades imediatas.

O consumo de certos produtos industrializados, a preocupação constante com a segurança da família e seus bens, com a manutenção da ordem, a regulamentação de horários, são alguns dos traços que exprimem um sistema de valores, um estilo de vida que os membros dessa classe média derivam de sua posição na estrutura social. São princípios que se impõem na busca pela distinção, uma necessidade constante de renovação dos procedimentos expressivos e uma preocupação com as marcas das diferenças, que exprimem-se, por vezes, numa maneira específica de sujeitar-se aos consumos e práticas condizentes com suas posições. É importante frisar que estas são condições de vida muito particulares de cidades como João Pessoa onde, mesmo diante da questão da crise econômica mais geral que o país enfrenta, esses segmentos de classe média ainda encontram meios que lhes permitem um "status" que não conseguiriam manter em outros lugares.

Considerações Finais

Ao longo da minha dissertação de mestrado: *Classe Média, Cotidiano Familiar e Representação do Espaço Habitado*, analiso estas e outras questões associadas ao comportamento e aos valores da classe média local. São temas tratados em articulação com a questão da evolução do espaço urbano e habitacional de João Pessoa. Enfatizo aspectos do cotidiano das famílias, do relacionamento entre os cônjuges e destes com seus filhos, a participação da mulher no mercado de trabalho e nas atividades domésticas etc.

Se observei similitudes das situações em João Pessoa com outros estudos (BOURDIEU, 1979, 1980; BRUSCHINI, 1990; VELHO, 1978, 1983, 1987; SALEM, 1980; entre outros), notei também caracteres particulares, que podem servir para distinguir a classe média de um bairro privilegiado de uma capital nordestina marcada por um certo conflito entre o provincianismo e uma certa "modernidade".

Com efeito, em João Pessoa, o crescimento da classe média deu-se de forma mais intensa nas últimas décadas, como resultado das políticas industrializantes desse período que provocaram mudanças na estrutura produtiva anterior. A expansão do aparelho estatal também representou papel importante nesse crescimento da classe média local. Aumentou, inclusive, o poder político da oligarquia dominante via controle dos empregos públicos a nível estatal, municipal e até federal.

A classe média, em sua maioria funcionária, permaneceu, pela heterogeneidade de sua inserção na estrutura produtiva, "solidária" com os setores dominantes seja por identificação com valores e idéias destes seja por usufruir ou ser

beneficiária dessa "solidariedade". Outro elemento que contribui para essa posição da classe média, é o fato desse segmento possuir o mesmo espaço de sociabilidade das classes dominantes locais, frequentar as mesmas escolas, os mesmos clubes, lojas, onde se estabelecem relações em que interesses se interligam.

A vinculação, de grande parte da classe média local, a interesses rurais e/ou a hábitos e práticas próprias de pequenas cidades do interior do estado, é um outro elemento importante para se entender as ambigüidades presentes nas práticas e representações do grupo estudado, vinculação esta mantida, sobretudo, nos contatos com parentes, amigos de infância, do trabalho ou até mesmo da clientela.

A estrutura produtiva, até pouco tempo, predominantemente agrícola e dominada por grandes propriedades rurais, explica, em certa medida, as oscilações dessa classe média entre o "moderno" e o "tradicional". O primeiro, representado pela atualização desses grupos quanto a comportamentos e atitudes sociais, políticas, culturais e sexuais veiculadas pela indústria cultural; e o segundo, representado por hábitos conservados e transmitidos de família à família, de pais para filhos como, por exemplo, a presença dos criados em casa, responsáveis pelos serviços domésticos; a autoridade paterna e a atribuição ao homem da maior parcela de responsabilidade com o orçamento doméstico.

Como conseqüência surgem, a prepotência e o preconceito, frente aos subordinados, desde os criados aos pobres, aos negros, aos favelados. E estende-se, por vezes, às mulheres.

A "modernidade" evidencia-se, portanto, muito mais no fato dessa classe média integrar-se à sociedade de consumo, acompanhada de formas de pensar e de atribuir valor aos objetos e às idéias e valores que a ideologia das sociedades industriais instituíram como norma e como estilo de vida. Embora, evidencie-se, a permanência de valores provenientes da herança patriarcal e oligárquica nordestina.

Nesse caminho, a cotidianidade aparece mais como sinônimo da rotina, da conservação da ordem e, nunca, da descoberta do novo. Acrescenta-se a isto, o extremo medo da mudança em relação a todos os valores. é assim que, por exemplo, a maior participação da mulher no mercado de trabalho aparece em muitos depoimentos como associada aos conflitos entre cônjuges, aos desequilíbrios e é perda relativa da autoridade dos pais sobre os filhos, sua educação e socialização sendo perturbadas por uma certa ausência da figura materna no "lar".

A realidade estudada mostrou-se, portanto, bastante significativa do modo como o espaço urbano/habitacional de uma cidade nordestina como João Pessoa enseja a coexistência de estilos de vida e representações diferenciadas, muitas vezes ambíguas, e de como os segmentos de classe média exprimem tal tendência.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Sérgio Miceli (org. e trad.). S. Paulo, Perspectiva, 1987.

— *Pierre Bourdieu-Sociologia*. Org. Renato Ortiz. São Paulo, Ática, 1983.

— *La maison ou le monde renversé*. In: *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980. pp. 441-467.

BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia S. Raposo. Petrópolis, Vozes, 1989.

HIRSCHON, Renee e GOLD, John R. *Territoriality and home environment in Greek urban community*. In: ANP Quartely (55)2, 1982.

LEMOS, Carlos. *Cozinhas, etc.* São Paulo, Perspectiva, 1978.

— *História da Casa Brasileira*. São Paulo, Contexto, 1989.

LIMA, Jacob e MEDEIROS, P. de Tarso. *A classe média na Paraíba: perfil e representações*. João Pessoa, Cadernos de Textos nº 5. MCS/UFPb, 1990.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura; notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

— *A utopia urbana; um estudo de antropologia social*. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VELHO, Otávio G. (org). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973

Resgatando Utopias

Loreley Garcia*

Apesar da imensidão teórica que os separa, Hannah Arendt e Habermas apontam para um mesmo caminho, que levaria à real emancipação do Ser: a recriação do espaço público, a educação e a ampliação da cidadania. Ambos estão à busca das condições ideais para a realização do consenso.

Hannah Arendt coloca a questão: se todas as revoluções começam em nome da liberdade, como e por que terminam na opressão?

Partindo do extraordinário conceito de poder da autoria, percebe-se que poder não coincide com dominação, que em realidade é sua própria negação. Poder é imediatamente a sua geração. é dinâmico, produz o novo no momento em que os indivíduos se unem para realizar o ato da comunicação.

Poder é poder realizando-se, ato instituinte, processo incessante que requer, para existir, ampla participação dos indivíduos na esfera pública. O abandono desta esfera pode significar a degeneração de ambos: da esfera pública em espaço de dominação e do indivíduo enquanto elemento das massas.

A trajetória das revoluções tem sido, é fato, da liberdade à opressão. A revolução degenera em opressão quando há o abandono da esfera pública, quando o ator da revolução se retira para a esfera privada (idiom). Na institucionalização da revolução ocorre a sedimentação. O poder inicialmente gerado, não se armazena, petrifica. Ausente de poder, a esfera pública torna-se expressão de dominação e, fatalmente utiliza de violência para garantir mandos e desmandos. Mas por que os indivíduos recolhem-se à esfera privada deixando a condução de seus destinos nas mãos de Partido, Estado, Líder ou Grande Irmão?

Para Castoriades a resposta estaria no nefasto vício da obediência e na força que a hierarquia tem de mostrar-se qual uma ordem "natural". No limite as revoluções têm alterado a ordem hierárquica sem, contudo, questionar a validade da hierarquia em si.

Em Hannah Arendt o caminho pra resgatar o espaço público, gerando poder e estabelecendo consenso está na criação de um Estado-Conselho, em moldes dos Soviets ou Ratsiste.

Sua proposta sugere a formação de uma comunidade política. A união entre os homens no espaço público nada tem a ver com o exemplo cotidiano onde "aglomerar-se com todos os outros, cada um se isola completamente dos demais" (HABERMAS, 1980:106).

Os autores partilham entre si a visão da hecatombe, o dilema de como reconstruir um espaço público a partir dos escombros da 2ª Guerra. Partilham uma imperiosa necessidade de compreender como a barbárie tinha sido possível.

* Profª Assistente do Departamento de Ciências Sociais da UFPb.

O Totalitarismo teria encontrado condições ideais de geração e expansão a partir do declínio do homem público. Tal constatação dá aos pensadores a dimensão da tragédia do presente na visão apocalíptica do passado. As mesmas condições persistem na atualidade.

Hoje, entretanto, as relações de dominação adquiriram um grau de sofisticação que lhes permite operar no silêncio. A civilização subvive em meio à mesma reificação, alienação e desencantamento com o mundo.

Nas fronteiras da política, tida como atividade de excelência, está o reino da banalidade. A imersão do ser no *idion* teria alterado a própria natureza do Ser. Natureza essa que o dota de uma face privada, espaço da intimidade e outra pública, onde Ser e Polis se reconhecem.

O ser, historicamente constituído tem parte de si mesmo extirpados, padece de atrofia na essência e vaga entre estilhaços de um real que parece inatingível. Mantém relação de estranheza com os fragmentos do mundo a seu alcance e, nunca alcança o *Verstehen*.

Tentando juntar os casos do mundo, na ânsia pela totalidade, constrói uma razão hegemônica que lhe determina uma relação consigo mesmo, com a natureza e com o outro. Vaga anônimo pela multidão solitária rumo à Pós Modernidade fazendo um quadro desolador.

O desencantamento do mundo foi alcançado. Sem chances de colocar as mãos na roda da História resta o mundo do pequeno Ser, onde a mediocridade é o padrão de normalidade. As esperanças das grandes transformações foram trocadas por apólices de seguro, equipamentos mecânicos e eletrônicos que convidam ao século XXI, enfim uma série de brinquedinhos eletrônicos que satisfazem(?) uma passagem pela Terra. A vida é dedicada a repor este equipamento que define uma felicidade pós moderna.

Mas onde fica o apelo da História? O sentido da existência? A aventura que educou gerações no passado?

Com o desaparecimento do espaço público, *koinon* que aconteceu com as virtudes da excelência? Estariam em extinção? O *idion* não é habitat favorável ao amor à verdade, à glória e ao grandioso que envolvem a excelência.

Para Habermas os caminhos da emancipação passam pela racionalização de todas as relações. Todavia, há que se ampliar o conceito de razão superando o espaço da razão hegemônica: a razão instrumental *Lebenswelt* (mundo vivo), ação comunicativa, discurso intersubjetivo, conceitos usados por Habermas; aproximam-no de Hannah Arendt. Porém, nele é a comunicação irrestrita que leva ao espaço público. A comunicação estaria bloqueada pela sociedade repressora.

A retomada do espaço público surge como alternativa à tecnocracia, espaço privilegiado da razão instrumental que define os critérios do falso/verdadeiro, científico/ sendo comum pondo em xeque a credibilidade do que não está de acordo com seus padrões. O poder da tecnocracia é revestido de uma nova aura. Ele tem validade a partir de sua eficácia. As máximas liberais de justiça, promoção da igualdade e liberdade, ainda que civis, são substituídas pela competência e a eficácia. É o raciocínio tecnocrático. E está em todo o lugar, da política à produção do conhecimento; da arte ao sentimento.

Esses novos critérios contribuem para a desvalorização da ética do trabalho, que fundamentou as sociedades capitalista e socialista. A política passa a ser atividade

técnica, informatizada, manipulada por experts. O discurso tecnocrático elimina a vida da política sem usar de Gulags, celas de tortura ou fornos crematórios, instrumentos ultrapassados onde a civilização vingou. O argumento, base do político, perde toda sua força ante o aparato tecnológico. Não se discute com o computador, ou com fotos de satélite. O sentido não é confiável, há que medir com decibelímetros e congêneres o fato. A verdade tecnocrática é altamente despótica, quase inquisitorial. A inacessibilidade da linguagem da política coloca o Ser baixo a julgamento e decisão dos experts. A sujeição à competência aparece como normal.

Habermas pensa os tempos modernos a partir de um deslocamento das contradições, do âmbito das forças produtivas para a crise da racionalidade, da legitimidade, da motivação e do Estado, que gerencia as questões técnico-políticas.

A reforma radical do sistema viabilizaria o acesso ao espaço público e a retomada do consenso.

Observa-se um descompasso temporal entre Hannah Arendt e Habermas. Nela o consenso ocorreu no momento da fundação das instituições, para ele é uma meta a ser atingida através da ação comunicativa. Três são as críticas de Habermas a Hannah Arendt (HARBERMAS, 1980: 25). A primeira delas sugere a existência de um elitismo na sua proposta de reviver a Polis. Esta seria inviável numa sociedade de massas gerida pelo Estado Moderno. Hannah Arendt estaria lidando com um conceito de política aristotélico.

Hannah Arendt toma a existência do Estado a partir do pressuposto da soberania. A soberania entrou na política para ocupar o lugar anteriormente designado à liberdade. O que preocupa Hannah Arendt é o resgate da liberdade e, não a manutenção do Estado Moderno como forma de organizar a vida política.

A questão nuclear, a possibilidade da destruição total retira a razoabilidade da discussão sobre a soberania. A questão ecológica, também de cunho planetário, traz radicalmente a discussão da validade do conceito de soberania. Em caso de uma explosão nuclear, como se comportariam os elementos radioativos ao alcançar as fronteiras de um país politicamente neutro? As nuvens que percorrem milhares de quilômetros desconhecem fronteiras, não têm qualquer respeito por este tipo de convenção. Assim também não faz o menor sentido permitir que uma floresta tropical, patrimônio do gênero humano, seja estupidamente destruída pois soberanamente o governo dos territórios onde se localiza assentem com a depredação de um capitalismo atrasado.

Se a soberania carece de sustentabilidade nos fins do século XX, o Estado permanece um problema. E isto não diz respeito à alternância das classes na condução do Estado. Na História os Estados operários têm se revelado incompetentes na realização da emancipação humana.

A segunda crítica diz respeito a ausência da ação estratégica, vital na competição pelo poder, na análise arendetiana. Essa ausência deve-se a uma concepção grega da política, na qual a guerra era uma atividade que se dava além dos muros da Polis. Não exprimia o ato de fazer política.

Com os olhos voltados para a Polis, Hannah Arendt vê na guerra a mudez da violência, antípoda do poder gerado na palavra. Quando impera a violência todos se calam, fecha-se o espaço público, não há política.

O imenso aparato tecnológico que envolve a guerra contemporânea, transforma-a num sinistro vídeo game ao vivo e a cores; que quanto mais próxima se apresenta,

mais ausentes nos sentimentos; é a proximidade que afasta típica da *lonely crowd*. No limite, a guerra nuclear não envolve, em nenhuma hipótese, ação estratégica, mas o fim de toda e qualquer ação.

A terceira crítica afirma que a ausência da categoria ideologia levaria a um viés por deixar indeterminado o consenso, qual seria o falso e o verdadeiro consenso?

Como se faria reconhecível o consenso e não a mera opinião?

Para Hannah Arendt a criação do espaço público, criaria o cidadão pleno, impedindo a instalação do *doxa*. Habermas não aceita tal argumento, pois só com o rompimento da ideologia seria possível obter a comunicação verdadeira. Os bloqueios comunicativos deformam a imagem que a sociedade tem de si mesma.

Para desvendar a trajetória da reflexão teórica, Habermas usa de uma hermenêutica qual *Ideologiekritik*, opera no campo do não dito e do não pensado para desvelar os pensamentos.

Essa meta-hermenêutica teria a função de separar o *Verstehen* aprisionado à cultura do *Verstehen* crítico. Habermas usa modelos psicanalíticos na tentativa de explicar o social.

Também para Hannah Arendt é a linguagem, como um repositário das percepções passadas, que revela a identidade e a tradição de um modelo cultural. A linguagem desvenda o fenômeno político na essência, aqui pela via fenomenológica. Trata-se da dissecação de cada fenômeno sem reduzi-lo numa *epoché*. Palavra encarna pensamento; viabiliza ação e a política. Daí quando não há ruptura entre palavra e ação, a primeira prenhe de sentido e a última desprovida de violência, aparece o poder.

A palavra que insere o indivíduo no *koinon* pode excluí-lo. Aos *outsiders* não é dado o roteiro dominante. Palavra e poder encontram-se indissociavelmente atados.

Se a língua organiza o mundo, significa que ela se renova permanentemente. Língua e mundo devem se dizer e se rearticular de forma incessante dentro de possibilidades quase infinitas. A língua exprime o mundo historicamente conformado e a percepção que se tem desse mundo. Percepção criada por um tipo de sensibilidade histórica. A língua permite a cultura existir, ele é o novo, o emergente de forma a fazer do desconhecido o habitual. Atribui e remonta sentido e valor às palavras, deixando a marca dos tempos.

O novo é acolhido pela comunidade dos falantes, num ato de criação anônima e cotidiana, língua é o eterno ato de instituir. Portanto, ambos os autores destacam sobremaneira a função da linguagem na emancipação humana.

Em Habermas é a ação comunicativa o espelho da individualidade única do ser. A razão emancipatória se realiza com e pela língua. A razão ocidental, desde o Iluminismo, teve como princípio a dominação da natureza externa e interna ao Ser. Aquele que porta lembranças da natureza em si, deve ser objeto de discriminação. Desta maneira fundem-se numa mesma caldeira do diabo todos os preconceitos contra mulheres, crianças, velhos, índios, deficientes, homossexuais, etc... O que não se adapta à razão instrumental, diz respeito ao animismo, à magia ou superstição. O total desencantamento do mundo é uma exigência que a ciência se encarrega de patrocinar. O resto é inimigo da razão, assim como tal razão é inimiga da Natureza. Em Adorno, essa inimizade provoca a reificação, deforma a natureza no Ser. O preço das infundáveis conquistas teria sido a perda do próprio Eu.

Para Habermas, a razão emancipatória, a ação comunicativa é a meta. Verdade, saber, consenso são provisórios, logo, definir uma meta maior para a História é desconsiderar a capacidade do inédito embutida em cada ação. Mas a reconciliação entre Ser e Natureza, romperia a atitude dominante, minando a razão instrumental. A ação comunicativa não tem modelo, nem teleologia, tem a finalidade de preservar o espaço plural com vistas ao consenso. A utopia de Habermas está no telos da comunicação perfeita. É como um momento raro de transparência na História quando as contradições vicejam.

A utopia de Hannah Arendt está no poder puro, sem dominação. Só a sociedade anárquica estaria habilitada a produzi-lo. Sua análise é pouco palatável na medida em que exclui a questão social da política.

O espaço público existe em suas virtudes, será autêntico de acordo com a educação política de seus participantes, que aceitam tomar as rédeas do próprio destino, o risco da democracia e a noção do limite. A educação para a vida pública faz o Ser erudire, desembrutecer e lutar pelo justo, o bom e o belo. O desejo de Hannah Arendt é a estetização do mundo/vida com a ampliação do espaço público. Tornar o mundo um lugar mais belo de se viver.

Entre o *idion* e *koimon*, há o espaço da psique, do mito, do imaginário, do estilo e as utopias envolvem a todos, mexem com desejos, com projeções. Para se dar conta da riqueza deste universo, há que se produzir as novas categorias que o novo tempo exige. Há que se criar um novo universo conceitual que extrapole a razão instrumental para dar conta das novas contradições, ou resta ficar parado enquanto a Terra gira.

BIBLIOGRAFIA

- HABERMAS, J. Habermas: *Sociologia*. Org. Freitag, B. e Rouanet, S. P. São Paulo: Ática, 1980. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 15.
- GARCIA, Loreley G. *Hannah Arendt: ruptura, uma questão de tradição*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1987. mimeo.

Castoriadis: Ser, Imaginário e Política

*Jaldes Reis de Meneses**

Há uma viragem no pensamento de Castoriadis, situada em 1964/65. Antes disso, Castoriadis participou da criação em março de 1949 da revista *Socialismo ou Barbarie*, que aglutinou nos primeiros momentos intelectuais rompidos com a IV Internacional. O programa desse grupo pode ser resumido como a luta pela conquista do poder direto pelos trabalhadores, sem intermediários, através da gestão da produção pelos próprios trabalhadores, assim como a economia e a vida social em geral.

Era uma proposta de autonomia operária com inconfundível viés classista, numa época em que o movimento operário e socialista (sem especificar seus diversos matizes ideológicos) parecia próximo à conquista do poder. Neste período, a marca principal de *Socialismo ou Barbarie* era uma crítica ácida e pioneira acerca dos rumos que tomou a construção do socialismo na então União Soviética. Essa crítica remava contra a corrente dominante, o que dava ao grupo a sina de se constituir numa pequena organização de propagandistas.

A partir da crise do movimento comunista internacional, detonada pelo famoso XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e o relatório secreto de Kruchov sobre os crimes de Stalin, o grupo *Socialismo ou Barbarie* passou a se constituir pólo de referência, embora modesto, de intelectuais dissidentes do PCF (Partido Comunista Francês). É fácil inferir os motivos desse aumento de influência: ao longo dos anos, *Socialismo ou Barbarie* se apresentou como a crítica mais radical de esquerda ao movimento comunista e à tradição teórica, política e organizativa do leninismo. Sobre sua adesão a *Socialismo ou Barbarie* neste período, depõe Genette, intelectual que em 1956 recém abandonara o PCF: "Submeti-me a uma cura de desintoxicação durante três anos em *Socialismo ou Barbarie*, onde convivi com Claude Lefort, Cornelius Castoriadis, Jean-François Lyotard. Para tornar-me não-marxista, após ter sido stalinista durante oito anos, era imprescindível uma boa e forte centrifugadora, e *Socialismo ou Barbarie*, era uma que raspava fundo." (DOSSE, 1993:189)

A rigor, há um pequeno erro no depoimento de Genette: o que na realidade empreendeu *Socialismo ou Barbarie* na época, à semelhança de outros grupos europeus¹, não foi precisamente um rompimento com o marxismo em geral, mas um tipo de marxismo, o objetivado pela tradição leninista. A problemática posta na ribalta pelos grupos que reivindicavam a autonomia operária invadia os porões do movimento operário em busca das heresias e das soluções heterodoxas. Vinham a lume os derrotados do movimento operário: a oposição operária de 1920/21 na União Soviética, Rosa Luxemburgo, Herman Gorter, Pannekoek, entre outros.² Em resumo: quase todos a que Lênin dirigiu a autoridade de sua crítica, interna ou ex-

* Professor do Departamento de História da UFPb. Aluno do Mestrado em Ciências Sociais da UFPb.

ternamente à União Soviética, nas polémicas sobre qual deveria ser o conteúdo do poder socialista e qual a tática e a estratégia que deveria seguir o movimento comunista.

Porém, imprescindível lembrar que não estava em litígio, ainda, o aspecto central da filosofia marxista: a questão do ser, isto é, o primado da concepção materialista de mundo e a dialética. Desse modo, podemos afirmar que essa produção intelectual e política - embora heterodoxa - situava-se no campo do marxismo.

O eixo teórico da proposta de autonomia operária baseava-se numa releitura de *O Capital*, fundido com estudos de sociologia do trabalho sobre o processo de trabalho nas fábricas capitalistas. Essa releitura rejeitava o que denominava de marxismo das forças produtivas, ou seja, a visão teórica dominante que essas fundam o capitalismo; fruto desse nascimento eminentemente tecnológico derivariam as relações sociais, restritas à posição de epifenômeno do desenvolvimento das forças produtivas. Corolário dessa visão, é a crença que o desenvolvimento das forças produtivas constitui-se, em si, fenômeno neutro e positivo. Para o marxismo das forças produtivas, portanto, a tecnologia, a gestão e a organização do trabalho podem se tornar independentes das determinações do capitalismo, de maneira a sustentar um modo de produção oposto a esse, o socialismo. Tal foi o procedimento escolhido pela liderança soviética na construção do socialismo: organizar, com uma super-estrutura ainda mais burocratizada que a do capitalismo ocidental, uma economia cujo controle do processo de trabalho não pertencia aos operários, mas a uma vasta camada de burocratas.

O denominado marxismo das relações sociais oferecia uma versão alternativa. Para ele, é na esfera das relações sociais que a organização capitalista apresenta, desde o seu primórdio histórico, o locus de seu conflito central. Esse conflito pode ser definido como decorrente da divisão do processo de trabalho nas fábricas em dois momentos: um momento de execução e outro de direção, planejamento e controle, sendo execução a cargo dos operários e as atividades de direção, planejamento e controle a cargo dos burocratas.

Há duas aberturas importantes, aqui, em relação a abordagem clássica da economia política marxista: a) o desmonte da noção de que a mercadoria só adquire visibilidade social quando se encontra no mercado capitalista (no entender dessa versão, à fábrica capitalista estava reservada um obscuro lugar onde a alienação é quimicamente pura e não sujeita a curtos circuitos pela ação direta dos operários); b) passa-se a questionar profundamente o sentido da técnica no capitalismo, com a conclusão que esta não é neutra, e a aparência de neutralidade desta é exatamente a significação imaginária básica do capitalismo.³

Esse deslocamento de enfoque leva à conclusão de que "não existe e nem pode existir teoria sistemática e completa da economia capitalista. A tentativa de estabelecer tal teoria choca-se com a influência determinante que exerce sobre a economia um fator não redutível ao econômico: a luta de classes." (CASTORIADIS, 1991:69)

Assim sendo, Castoriadis questiona o postulado que vê na força de trabalho apenas uma mercadoria. Exemplifica ele: "ao comprar x toneladas de carvão, o capitalista sabe quantas toneladas extrairá dela; ao comprar uma jornada de trabalho, o problema apenas começa." (CASTORIADIS, 1985:60) Ou seja: o que ele vai extrair como rendimento efetivo será resultante de uma luta permanente durante a

jornada de trabalho. Portanto, segundo esse modelo, a atividade cotidiana de resistência dos operários contrariamente às diretivas dos gestores do processo de trabalho capitalista, assume papel de centralidade estratégica, em detrimento das lutas institucionais e eleitorais da classe operária, conduzidas pelos sindicatos e partidos políticos.

Cumpre observar que a elaboração dessa nova estratégia para o movimento operário - principalmente europeu - coincide com os primeiros sinais de exaurimento da estratégia operária tradicional, aplicada pelos partidos de esquerda, e que tem por base o chamado marxismo das forças produtivas. Conforme Gorz, nos anos 50/60, o sucesso da reconstrução econômica européia pós-guerra fez o movimento operário perder sua base natural para a consecução de um projeto revolucionário, ou seja, a crença de que a pauperização "era a condição da maioria" (...) e assim "proletários e camponeses miseráveis não tinham necessidade, para se erguerem contra a ordem existente, de saber que outra sociedade pretendiam construir: o pior era o presente; não tinham nada a perder." (GORZ, 1968:09) Desse modo, a prática política baseada no projeto insurrecional foi trasmutando-se em adaptação ao capitalismo vigente; os sindicatos passaram a especializar-se no papel de regulador do valor da força de trabalho no mercado, perdendo impulso revolucionário; os partidos operários foram se integrando à ordem institucional, cuidando de exercer o papel de representante dos interesses dos operários na montagem geral do sistema.

Estavam lançadas as bases do chamado *wafere state*, em resumo: um sistema de regulação integrado entre estado-capital-trabalho, fundado num compromisso de classe (PRZEWORSKI, 1989). Ao âmbito da gestão do processo de trabalho, o *wafere state* procurou integrar o operário na regulação da produção, aproveitando-se inclusive das experiências conselhistas do pré-guerra. Emblemático desse caso é o exemplo da social democracia alemã, com a chamada *cogestão*.⁴

A proposta de autonomia operária buscava, situada na mesma problemática de gestão do processo de trabalho, contrapor-se às experiências conselhistas de harmonia capital-trabalho, apelando para o controle operário da produção. Nesse sentido, espelhava mais cristalinamente as experiências revolucionárias do pré-guerra. Consoante com essa proposta, acompanhava uma vigorosa crítica dos rumos tomados pelo movimento operário e pela tradição marxista, de integração passiva à ordem.

O deslocamento do foco de análise do mercado para a fábrica efetua, concomitantemente, uma abordagem que vai se afastando dos pressupostos cognitivos do marxismo: as relações sociais, que na versão canônica do marxismo tinha visibilidade essencialmente econômica, metamorfoseia-se em relações de poder e dominação. Adentra-se, assim, a uma esfera do saber social no qual a contribuição de Weber é incontornável. Desse modo, as análises de Castoriadis sobre o sistema social soviético e sobre a burocracia estão repletos - embora apenas episodicamente ele esclareça a questão - pelo pensamento weberiano.⁵

Com efeito, Weber introduziu uma versão alternativa a de Marx sobre a gênese e as tendências de desenvolvimento do capitalismo. Segundo Marx (1985:261-294), a instauração das relações capitalistas no âmago da sociedade feudal expropriou o servo da gleba, que passou da condição de servo da terra e do senhor feudal, preso por uma miríade de relações ancoradas na tradição para a nova condição de homem "livre como os pássaros", isto é, trabalhador assalariado. Weber reconhecia validade

nessa interpretação e nesse fato histórico-econômico; contudo, para ele, a expropriação do produtor direto de seus meios de produção dava conta apenas de uma parte da questão.⁶ Na realidade, esse processo no capitalismo não é típico apenas de fenômenos pertinentes à esfera da produção, mas da vida social em geral. Escreve Weber: "(...) um funcionário da época feudal encontrava-se nas mesmas condições de um cavaleiro, como um vassalo, portanto, que era investido da autoridade administrativa e judicial usando meios próprios e recebia por isso o correspondente produto ou renda. Em toda parte, tinha que possuir os meios próprios para o exercício da administração. O estado moderno surge no momento que um príncipe concentra tudo isso em suas próprias mãos, assumido o controle dos empregados remunerados e completando, desse modo, a separação entre o funcionário e os meios de gestão. Em seguida ocorre nos demais lugares a mesma coisa: os meios de gestão no interior da fábrica, na administração estatal, no exército e nas instituições universitárias, mediante uma organização pessoal burocraticamente articulada, concentram-se em mãos daqueles que dirigem essas organizações humanas." (WEBER & DURKHEIM, 1993:98-99)

Em relação ao socialismo, pelo menos na forma como esse projeto estava formulado nos escritos de Marx e Engels, Weber advertia que esse sistema social alternativo era no essencial uma continuidade da racionalidade introduzida historicamente pelo capitalismo. No entender de Weber, "nada muda em absoluto ao modificarmos o modelo de aparato se este for presidido pelo Chefe de Estado ou Ministro em lugar de um industrial. A separação do meio de produção continuará subsistindo em todos os casos." (WEBER & DURKHEIM, 1993:99)

Tomando por base a abordagem weberiana, Castoriadis define os regimes sociais do oriente e do ocidente como *capitalismos*, o primeiro um *capitalismo burocrático total* e o segundo um *capitalismo burocrático fragmentário*. (CASTORIADIS, 1987:191)

Na realidade, a diferença entre essas duas formas de objetivação do capitalismo é de *graduação*; em ambas está presente o espírito do capitalismo, manifesto na diferença entre dirigentes e executantes e na ética ascética. Porém, o sistema social soviético foi mais longe na objetivação do *ethos* capitalista: nele se realizou plenamente tanto a simbiose entre o aparelho de estado e a gestão da economia, mediado pela burocracia do partido único, como também a exaltação do ascetismo e da sociedade baseada no trabalho.

Cabe ressaltar que se pode obstar a essa caracterização do regime social soviético, a crítica de que permanece obscura - nessa definição - a verdadeira particularidade histórico-econômica do socialismo real. É interessante notar que os trabalhos que esboçam uma crítica aos autores fundamentados em Weber (entre os quais pode-se incluir Castoriadis), transitam do campo analítico das relações de poder e dominação para o campo da causalidade econômica. Mészáros, por exemplo, é emblemático dessa atitude. Segundo Mészáros, as abordagens inspiradas em Weber padecem do defeito de unificar sistemas sociais estruturalmente diferentes no abrangente termo *mágico* burocratismo. Desse modo, deixa-se de lado os elementos causais de cada sistema em troca de algumas "aparências óbvias" (expressão de Mészáros) que passam a ocupar a centralidade analítica. O elemento causal do sistema soviético, para Mészáros, pode ser descoberto no conceito de *capital* e não no de *capitalismo*: "o conceito de capital é muito mais fundamental que o de capitalismo. O último está

limitado a um período histórico relativamente curto, enquanto o primeiro aborda bastante mais que isso; ocupa-se, além do modo de funcionamento da sociedade capitalista, das condições de origem e desenvolvimento da produção de capital, incluindo-se as fases em que a produção de mercadorias não é abrangente como o é no capitalismo." (MÉSZAROS, 1985) O que se quer enunciar é que há um sistema global de acumulação de capital, sendo um, contudo, de acumulação primitiva (as sociedades do socialismo real) e outro de capitalismo plenamente constituído (as sociedades da Europa ocidental); na propositura de Mézaros é grave erro teórico chamar os dois sistemas de capitalismo. Para ele, finalmente, o que os regimes baseados no modelo soviético realizaram, nos moldes das práticas do antigo mercantilismo, foi um enorme esforço de industrialização extensiva e tardia, com a cobertura de uma ideologia que se auto-representava como socialista.

A alusão que se fez, aqui, da versão de Mézaros objetiva menos saber se com ele ou Castoriadis se encontra a verdade (sem dúvida, os dois lançam argumentos importantes sobre o tema do socialismo real), mas enfatizar que os dois caminhos implicam opções teórico-metodológicas distintas. Com efeito, a caracterização feita por Castoriadis das duas sociedades (do ocidente e do oriente) como burocráticas, embora com gradações, visa mais estabelecer uma conexão de sentido do que propriamente umnexo causal a partir do qual se erguem dois edifícios sociais.

Longe de se constituir em debate recente nas ciências humanas, as opções teórico-metodológicas da conexão de sentido ou do nexocausal podem ser encontradas em diversos momentos. O primeiro deles deita raízes no antagonismo que envolveu, no final do século XIX, a sociologia positivista francesa (com destaque para Durkheim) e a sociologia compreensiva alemã (com destaque para Weber), acerca da relação entre as ciências naturais e as ciências humanas. Os positivistas preconizavam o princípio da identidade entre ciências naturais/ciências humanas, estabelecendo uma mono-causalidade explicativa entre ambas; por outro, Weber defendia a tese de que a mono-causalidade seria imanente das ciências naturais (que buscam o relacionamento causal entre os fenômenos naturais) enquanto que a conexão de sentido seria o modo específico de procedimento das ciências humanas, visto que essas não estudam fatos que possam propriamente serem explicados, mas visam os processos permanentemente vivos e infinitos da experiência humana e procuram extrair deles o seu sentido.

Nesse debate, é trivial dizer que não se pode atribuir ao edifício teórico marxiano uma posição de alinhamento ao positivismo. Marx, nesse sentido caudatário de Hegel, inscreve a contradição causal (e não a monocausalidade positivista) como a unidade teórico-metodológica de estudo dos fenômenos humanos. Porém, o mesmo não se pode afirmar da tradição marxista que se tornou hegemônica no século XX, principalmente a que foi amplamente difundida no movimento operário e no terceiro mundo, conhecida como marxismo-leninismo. Essa vertente da tradição marxista trabalha com o princípio da monocausalidade e, por isso, pode ser chamado de marxismo positivista. Vale ressaltar que tal apropriação da obra marxiana não se resume apenas a uma operação de mistificação; em passagens de Marx e principalmente no Engels maduro há momentos em que ambos subsumem ao marco teórico dominante no século XIX, de feição positivista.⁷

Visto no delineamento geral da evolução da obra de Castoriadis, pode-se afirmar que a partir do objeto de estudo privilegiado de *Socialismo ou Barbarie* (a análise

da burocracia soviética), engendrou-se uma inquirição mais global sobre a sociedade humana, que finda com o abandono do marxismo como aporte teórico-metodológico e referencial político. Tal viragem pode ser situada temporalmente nos anos 1964/65, com os escritos de Castoriadis sobre Marx e o marxismo. (CASTORIADIS, 1991)

Não é o caso de comentar o conjunto das críticas que Castoriadis dirige ao pensamento de Marx e ao marxismo (ademais essas são as passagens mais conhecidas da obra de Castoriadis no Brasil).⁸ Porém, vale realçar a principal delas porque - embora tenha como endereço o marxismo - vai atingir a tradição filosófica ocidental como um todo: a crítica de que o marxismo é um sistema filosófico fechado.

Na realidade, segundo Castoriadis, o marxismo é um sistema filosófico fechado porque na base de sua teoria da história há uma filosofia racionalista que lhe é fundamento: "o essencial é que ele é uma filosofia racionalista e, como todas as filosofias racionalistas, se oferecem antecipadamente todos os problemas que coloca." (CASTORIADIS, 1991:37) Assim sendo, nesse tipo de sistema filosófico, há uma astúcia da razão - uma razão trabalhando na história - garantindo que a história passada é compreensível e que a história futura é desejável e que a necessidade aparentemente cega dos fatos é secretamente arranjada para produzir o bem. Afirma Castoriadis: "dizer que a história passada é compreensível, no sentido da concepção marxista da história, significa que existe um determinismo causal sem interrupção importante e que esse determinismo é, em segundo grau, (...) portador de significações que se encadeiam em totalidades em si mesmas significantes." (CASTORIADIS, 1991:37)

Desse modo, o marxismo padece do mesmo defeito de todas as demais filosofias racionalistas: o não-causal é expurgado do corpus da teoria, figurando na condição de acaso, que no essencial não prejudica a funcionalidade da filosofia da história. Aqui, emerge um problema: a vida social (ou o plano social-histórico, como designa Castoriadis) contém o não-causal como elemento constitutivo. Esse não-causal aparece em dois níveis: o primeiro diz respeito aos desvios comportamentais dos indivíduos em relação a seus comportamentos habituais. Tal fato introduz um elemento imprevisível, mas que como tal não poderia impedir um tratamento determinista; o segundo - que interessa mais a Castoriadis - diz respeito ao um tipo de comportamento não apenas imprevisível, mas criador; não simples desvio relativo a um tipo existente, mas como posição de um novo tipo de comportamento, como instituição de uma nova regra social, como invenção de um novo objeto ou de uma forma nova; em suma: como aparecimento ou produção que não se deixa deduzir da premissa, conclusão que ultrapassa as premissas ou posição de novas premissas e determinações.

Com efeito, para Castoriadis a história é criação. A afirmação, aparentemente banal, no entanto é a premissa da qual ele partirá para por em xeque a tradição filosófica, da Grécia clássica à tradição marxista: a crítica à hipercategoria da determinidade, que permitiu ao pensamento filosófico montar ontologias fechadas, que expurgam a alteridade, a criação.

Para Castoriadis, a história é criação de sentido que os homens atribuem as suas ações, e este não pode ser anterior à criação, mas posterior. Assim sendo, urge partir para a superação do tipo de pensamento que, desde Platão e Aristóteles, lamenta o acaso histórico ou contenta-se na afirmação de uma "lei" determinante do processo histórico. Deus, logos, eros, trabalho, mercado, etc: a partir dos vários

princípios constitutivos foi pensado a questão do ser, todos situados na posição de um *apriori*. Escreve Castoriadis: "o mal começou quando Heráclito ousou dizer: escutando não à mim, mas aos logos, acreditem que... Sem dúvida era preciso lutar tanto contra a autoridade pessoal, como contra a simples opinião, o arbitrário incoerente, a recusa de dar aos outros justificações e razões para aquilo que diz - *logon ditonai*. Mas não dão ouvidos a Heráclito. Esta humildade não é senão o cúmulo da arrogância. Não é nunca o logos que escutam; é sempre alguém, tal como é, de lá onde está, que fala com seus riscos e perigos, mas também com os de vocês. E aquilo que no teórico puro pode ser colocado como postulado necessário de responsabilidade e de controle de seu dizer, tornou-se, necessariamente, nos pensadores políticos, um encobrimento filosófico por detrás do qual eles falam - eles falam." (CASTORIADIS, 1991:14)

Esse aprisionamento do ser começou, na história do pensamento, segundo Castoriadis, quando Platão afirmou que o homem era um ser essencialmente bom. Desse modo, a questão do ser foi fechada, rompendo-se a concepção vigente no período grego anterior, essencialmente aberta. Conforme os gregos que antecederam Platão, o homem tanto poderia ser bom como mal, visto que cada um de nós é um poço sem fundo, psiquê profunda, abissal.⁹

Nesse entrocamento das encruzilhadas do labirinto do ser, situa-se a complexa e instigante reflexão de Castoriadis sobre o homem e a sociedade. Com efeito, não são mais a racionalidade e a lógica, tomados funcionalmente, que vão redundar na singularidade do homem (ou *antropos*: homem e mulher - como deseja Castoriadis) em relação aos demais seres vivos; o que singulariza o homem é a imaginação criadora: o homem cria formas - *eidos* - providas de sentido. O que na realidade aconteceu é que houve uma separação histórica da razão face ao imaginário; a coruja de minerva ganhou autonomia e ao imaginário coube um recanto subalterno, oculto, sempre adstrito ao infrapensável.

Nesse momento da reflexão de Castoriadis sobre o ser, a inspiração não é, obviamente, apenas weberiana; tomando por base a atitude teórico-metodológica cara a Weber (a conexão de sentido), o autor em questão lança-se ao estudo da teoria psicanalítica (principalmente Lacan, entre 1965/68), da linguagem (inspirado no contributo do estruturalismo; entre 1965/68) e retoma, nos anos 70, o estudo da filosofia grega. O estudo dessas fontes objetiva iluminar a questão da sociedade, turvada pela herança determinista do pensamento herdado.¹⁰

Vale ressaltar que Castoriadis entende o imaginário como produtor/criador e gerador último da própria realidade social. Desse modo, o imaginário não supõe, necessariamente, uma hierarquia das imagens produzidas; a conexão de sentido entre as imagens é que dá integridade ao discurso humano. Essa teorização difere substancialmente tanto da tradição psicanalítica (que concebe o imaginário como imagem de (CASTORIADIS, 1991:13), estabelecendo uma separação entre realidade e imaginação) quanto de conhecidos autores como Durand e Mafessoli (que buscam no imaginário um paradigma de interpretação das culturas, eximindo-se de examinar a questão se este cria ou não a sociedade). Acerca das diferenças entre sua concepção e as demais, esclarece Castoriadis: "Tudo que circula hoje com o título de imaginário ou mesmo de imaginário social refere-se, na melhor das hipóteses, àquilo que após 1964 chamei o imaginário segundo, um produto qualquer do imaginário instituinte. Além disso, pretende-se fazer do imaginário social um

conjunto de representações sociais; um novo nome para a ideologia e mais ao gosto da moda; no melhor dos casos (que lástima), aquilo que dissimula para os atores sociais o que eles são ou fazem. Mas que são, afinal, esses atores sociais, que é que eles fazem e quem lhes deu para ser o que são e fazer o que fazem? Que é preciso, por exemplo, para que alguém possa crer em Deus e adorá-lo, ou partir em guerra santa contra os infiéis? Que é preciso para que alguém faça matemática ou mesmo filosofia?" (CASTORIADIS, 1987:16-17)

Essa produção/criação de imagens/formas bifurca-se em dois níveis: o individual e o social, ou seja, o homem cria formas providas de sentido, no plano individual, mas também cria coletivamente essas constelações de sentido que são as instituições sociais. A primeira instituição que o homem cria socialmente é o próprio indivíduo. No entanto, a instituição-indivíduo tem uma particularidade: embora o que chamamos de indivíduo seja uma criação social-histórica, abaixo dele há outra coisa - a psiquê -, a qual, enquanto tal, não é social. Desse modo, há sempre um conflito entre o processo de sociabilização do indivíduo e aquilo que irrompe, que há abaixo, a psiquê.

Nas sociedades humanas em geral esse conflito tem sido resolvido na forma de interdição da psiquê, acarretando soluções heteronômicas, que não permitem uma instituição social autônoma dos indivíduos. Com efeito, Castoriadis opõe autonomia a heteronômia, buscando apoio na psicanálise freudiana. Utilizando a expressão "onde era o Id, será Ego" concebe a superação do inconsciente pelo consciente, esse último representando a instância de decisão do sujeito. Baseado em Lacan, Castoriadis defende a opinião de que "o inconsciente é o discurso do outro", e a partir desse suposto formula a tese da autonomia como "processo pelo qual meu discurso toma lugar desse discurso estranho que está em mim e me domina: fala por mim." (CASTORIADIS, 1991:124) Aqui, esse outro não significa apenas o estreito parental, mas as outras significações a que o par parental remete, isto é, à sociedade e à sua história. Vale lembrar que a ação do consciente sobre o inconsciente não significa a aniquilação do último, mas subetende uma nova postura do sujeito em relação a si mesmo, numa modificação radical da mistura atividade-passividade. A partir dessa visão, autonomia só pode ser pensada plenamente como empreitada coletiva, como um problema e uma relação social.

O fulcro do pensamento de Castoriadis aparece aqui: empreender um projeto de autonomia social, de instituição de uma sociedade onde o princípio da culpa seja substituído pelo princípio da responsabilidade; onde a instituição da sociedade seja permanentemente posta em questão pelos pares que a compõem. Assim, no lugar da anarquia - como projeto da autonomia de Castoriadis (1987:101-02) às vezes é maliciosamente entendido - o que se quer é exatamente o inverso, ou seja, o homem dar-se as leis, no lugar de abolí-las.

O exame da história humana mostra que tais sociedades que põem em xeque dialogicamente seus princípios instituintes são lapsos no tempo, brechas rapidamente vedadas. Na realidade, segundo Castoriadis, tal tipo de sociedade está ligada ao ocidente e seus momentos instituintes como a democracia grega, o renascimento, o iluminismo e a revolução francesa, a revolução russa e os soviets. Nesses momentos, a sociedade pôs em questão o problema da instituição de si mesma, tomou nas próprias mãos o seu problema, sem recorrer a dogmas sacralizados.

No caso grego - que Castoriadis (1987:289) examina bem - o espaço instituinte é o espaço público, o espaço da ágora. Nele "o homem só pode existir definindo-se de cada vez como um conjunto de necessidades e objetos correspondentes, mal ultrapassa sempre essas definições - e, se as ultrapassa (não somente em um virtual permanente, mas na efetividade do movimento histórico), é porque saem dele próprio, porque ele as inventa (não arbitrariamente por certo, existe sempre a natureza, o mínimo de coerência que a racionalidade exige e a história precedente), portanto que ele as faz fazendo e se fazendo, e nenhuma definição racional, natural ou histórica permite fixá-las em definitivo."

Por isso, foram criados na Grécia antiga - não de modo especializado ou profissional - a filosofia e a política. Com efeito, para Castoriadis, "a filosofia e a política são questionamentos radicais de significações imaginárias instituídas e das instituições que as encarnam." (CASTORIADIS, 1992:110)

A criação da filosofia e da política estão intimamente ligados à questão da responsabilidade das decisões tomadas pelos cidadãos no âmbito do espaço público; sendo os gregos o primeiro exemplo histórico de uma sociedade que avalia permanentemente sua própria instituição, é previsível que esta sociedade crie uma dimensão para abordar o problema dos valores que ela institui: esta dimensão é a filosofia (o lugar-espaço onde é pensado o passado o presente e o futuro da sociedade). A dimensão de pensar os valores - ou as significações imaginárias centrais - é decisivo para os destinos da sociedade, visto que a ameaça regressiva em uma sociedade cujo destino é aberto é um elemento constitutivo da própria instituição social. Segundo Castoriadis, "a Grécia é a primeira sociedade a ter-se questionado explicitamente sobre a representação coletiva instituída do mundo, isto é, a entrega-se à filosofia." (CASTORIADIS, 1987:290)

Conforme Castoriadis, "é na Grécia que encontramos o primeiro exemplo de uma sociedade deliberando explicitamente acerca de suas leis, e modificando-as" (CASTORIADIS, 1987:290), sendo assim a primeira sociedade política da história humana. Na pólis grega - ao contrário das sociedades teocráticas antigas - o exercício da atividade pública era encarado como a tarefa principal do cidadão e as tentativas de privatização do espaço público ou o recolhimento aos interesses privados eram faltas passivas de duras penas. Como é notório, os gregos criaram um sistema de democracia direta, onde o poder era exercido sem intermediários ou representantes, de forma isonômica.¹¹

A partir do estudo do caso grego, Castoriadis deseja valorizar as formas da democracia direta - formulando um projeto de intervenção na sociedade contemporânea onde a idéia de autonomia se confunde com a de autogoverno - em detrimento das formas da democracia representativa, típicas da modernidade. Esse retorno à Grécia antiga é medular em Castoriadis (ele chama o exemplo grego de *germéem*)¹², e nesse sentido há uma ênfase do modelo grego de instituição social, a tal ponto de obscurecer a novidade na experiência moderna de democracia. O resgate da Grécia no autor em questão não vem acompanhado de uma apreciação mais detalhada e problematizada da montagem da esfera pública-estatal moderna, quando ele se refere ao exercício da atividade política na modernidade é quase sempre de maneira negativa, apontando defeitos ou lamentando-se.

Na realidade, são duas experiências: a Grécia antiga e a modernidade, embora haja pontos de contatos entre elas.

Do ponto de vista político, o que vai caracterizar a modernidade é a posituação da representação política, é o seu deslocamento de simples delegação imperativa das bases (como era na Grécia antiga) para a encenação de um espaço em que a diversidade se encontra como tal. Na sociedade moderna, não há mais predominantemente a expressão de um comum: a assembléia parlamentar na república democrática difere da ágora no sentido de não poder excluir o outro fora do corpo social. A modernidade, cujo momento instituinte, do ponto de vista político, é dado pelo processo histórico em que rola a cabeça do rei - antigo símbolo da unificação da sociedade - e faz surgir novas demandas, interesses, classes, partidos, ideologias. Esse conjunto de questões trás um problema impensável pelos antigos: como produzir o consenso. Não é mais possível o sonho entre os modernos do unificante presente entre os antigos. Todos, na modernidade, em tese, devem estar presentes no espaço público; não há como haver o ostracismo, a não ser nos sistemas totalitários, eles mesmos negadores da república parlamentar, o que demonstra que os problemas políticos de hoje estão para além da experiência grega.

Com isso, o projeto político de autonomia, no sentido que lhe empresta Castoriadis é profundamente antinômico, tende a não vicejar no mundo contemporâneo. As formas autogestionárias ou mesmos conselhistas quimicamente puras são de temporalidade fulgaz na experiência moderna; definitivamente, elas não logram uma organização permanente de gestão do poder e, passado o momento da euforia instituinte, tendem a acomodar-se - embora revolucionando ou reformando - nas estruturas de poder vigentes ou nas construídas pelo momento instituinte. O que parece perdurar na contemporaneidade ocidental são as formas políticas mescladas, que articulam num continuum tanto a representação como a participação direta, nas quais, segundo Bobbio, "é difícil dizer onde termina a primeira e onde começa a segunda." (BOBBIO, 1982:52)

NOTAS

- 1 Esboçando problemática semelhante ao grupo francês, pode-se citar o caso italiano. Nos anos 50, na Itália, desenvolveu-se um núcleo a partir da Ranieiro Panzieri que elaborou um conceito de retorno à fábrica, baseado na centralidade dessa em relação a todos os demais locus de relações sociais na sociedade capitalista e na possibilidade de autonomia operária face ao ciclo capitalista. Esse grupo abrigava pessoas de distintas origens, desde ex-militantes do PCI (Partido Comunista Italiano) até intelectuais de origem acadêmica. Posteriormente, desdobrou-se daí o núcleo da revista *Quaderni Rossi*, muito influente nos destinos da chamada nova esquerda italiana nos anos 60. Ver CANEVACCI (1985:124-133); PANZIERI (1987:225-231).
- 2 Sobre o debate em que surgiu a oposição operária na União Soviética, escreve Deustscher: entre 1920/21, "(...) o bolchevismo sofreu uma agonia moral como dificilmente se encontrará na história de movimentos menos intensos e apaixonados. Mais tarde, Lênin lembrou a "febre" e a "enfermidade mortal" que consumiu o partido no inverno de 1920/21. Era uma questão importante, mas secundária. Não poderia ser solucionada antes que se tivesse respondido a uma outra questão mais fundamental relacionada com a natureza mesma do Estado. O partido absorveu-se totalmente na controvérsia sobre o problema secundário, porque não tinha perfeita consciência da questão primordial e temia formulá-la francamente para si mesma. Mas os protagonistas continuaram discutindo e acabaram chegando à grande questão subjacente e foram repetidamente forçados a definir suas atitudes.

(...) Basta dizer, em termos gerais, que três atitudes se cristalizaram. A facção liderada por Trotski (e, mais tarde, por ele e Bukárin) queria privar os sindicatos de sua autonomia e absorvê-los pelos mecanismos do governo. (...) Dentro desse plano os líderes sindicais, como servidores do Estado, fariam pelo Estado aos trabalhadores, e não pelos trabalhadores ao Estado. Aumentariam a produtividade e manteriam a disciplina do trabalho; treinariam os trabalhadores para a administração industrial e participariam na direção da economia do país.

No outro extremo, a Oposição dos Trabalhadores, liderada por Shliapnikov e Kollontai, protestou contra a tutela do partido e do governo em relação aos sindicatos. Denunciaram Trotski e Lênin como militarizadores do trabalho e promotores da desigualdade. De um modo quase sindicalista, exigiram que sindicatos, comitês de fábricas e um congresso dos produtores nacionais assumissem o controle de toda a economia. Enquanto Trotski argumentava que os sindicatos não poderiam, logicamente, defender os trabalhadores contra o Estado deles, Shliapnikov e Kollontai já acusaram o Estado soviético de ser um baluarte de uma nova burocracia privilegiada.

Entre esses dois extremos, Lênin, Zinoviev e Kamenev falaram pela maioria da opinião bolchevique e tentaram chegar a um acordo. Também insistiam que era dever dos sindicatos conter os trabalhadores e cultivar neles um senso de responsabilidade pelo Estado e a economia nacionalizada: Ressaltavam o direito que tinha o partido de controlar os sindicatos. Mas também desejavam preservá-los como organizações de massas autônomas, capazes de exercer pressão sobre o governo e a administração industrial". Ver DEUTSCHER (1984:540-41).

Esse tipo de debate, naturalmente, teve rebatimento internacional, onde geralmente é destacado as opiniões de Rosa Luxemburgo sobre a autonomia e a greve geral, entre outros. Rosa já havia morrido em 1920/21 e não sabe-se que rumo sua intervenção política tomaria. Nos primeiros anos da III Internacional houve forte polêmica entre Lênin e os chamados comunistas de esquerda. Entre outros que Lênin polemiza, pode-se citar o matemático holandês Pannekoek - que rompeu com a III Internacional em 1920 e organizou um movimento de conselhos operários - e o poeta alemão Herman Gorter - que polemizou diretamente com Lênin, lançando um livro crítico ao famoso texto do dirigente soviético O Esquerdismo, Doença Infantil no Comunismo.

Embora as formulações desses desafetos de Lênin em muitos momentos fosse excessivamente romântica, é de se ressaltar que esses autores acertaram em vários prognósticos sobre os destinos da revolução russa, principalmente quanto à burocratização do poder soviético. Por isso foram silenciados e suas obras dormitaram por longos anos no porão do movimento operário. Como observa Tragtenberg, o livro de Lênin foi amplamente divulgado no movimento operário, mas foi um debate de mão única, porque houve um estranho silêncio do outro lado... ninguém conhecia os autores a quem Lênin dirigiu a crítica. Ver TRAGTENBERG (1986).

3 Há muita confusão acerca da questão da técnica e do trabalho em Castoriadis; alguns críticos apressados insistem no esteriótipo de que Castoriadis relega a importância do trabalho nas sociedades humanas. Assim exposta, a questão, está desfocada; sobre ela, escreve Castoriadis: "uma coisa é reconhecer a importância fundamental do ensino de Marx, no que concerne à relação profunda que une a produção e o resto da vida em sociedade. Ninguém, depois de Marx, pode pensar a história esquecendo que toda sociedade deve assegurar a produção material de sua vida, e que todos os aspectos da vida social estão profundamente ligados ao trabalho, ao modo de organização dessa produção e à divisão social que lhe corresponde.

Outra coisa é reduzir a produção, a atividade humana mediatizada por instrumentos e objetos, o trabalho, às forças produtivas, ou seja, finalmente, à técnica, atribuir-lhe um desenvolvimento em última instância autônomo e constituir uma mecânica dos sistemas sociais, baseada numa oposição eterna entre forças produtivas e relações de produção. (...)

Somente a partir do pleno desabrochar da burguesia é que se pode, aparentemente, observar uma espécie de dinâmica autônoma da evolução tecnológica. Mas somente em aparência. Porque não somente é esta evolução função do desenvolvimento filosófico e científico provocado (ou acelerada) pela renascença, cujos vínculos profundos com toda a cultura e a sociedade burguesa são incontestáveis; mas ela é cada vez mais influenciada pela constituição do proletariado e a luta de classe no seio do capitalismo, que conduz a uma seleção das técnicas aplicadas na produção entre todas as técnicas possíveis" Ver CASTORIADIS (1991:30-32).

4 A co-gestão alemã foi aprovada no parlamento em 1951, estabelecendo a chamada Constituição das Empresas, ou seja, a participação paritária de operários e patrões em um conselho consultivo de fiscalização do processo de trabalho. Assim sendo, no âmbito da produção, passou a haver uma certa liberdade para os operários estabelecerem metas de produtividade. Como se costuma dizer, tal sistema substituiu a ditadura absoluta dos patrões pelo parlamentarismo restrito da social-democracia, também na esfera da produção. Ver BUONICORE (1993).

5 Escreve Castoriadis (1987:193): "A burocracia moderna pode, até certo ponto, ser pensada no interior do referencial marxiano; entretanto, além desse ponto, ela o faz explodir. Ela constitui, num certo nível de abstração (como percebeu Max Weber, mas não Marx) a culminação imaneente da evolução ideal do capitalismo". Recentemente, Castoriadis escreveu um texto mais demorado sobre Weber, intitulado *Indivíduo, Sociedade, Racionalidade, História*. Ver CASTORIADIS (1992:43-75).

6 Ver a conhecida passagem de Weber sobre a validade do materialismo histórico: "(...) Todas as "leis" e construções do desenvolvimento histórico especificamente marxista possuem um caráter de ideal-tipo, na medida que teoricamente corretos. Quem quer que tenha trabalhado com os conceitos marxistas conhece a

- eminente inigualável importância heurística desses ideais-tipos, quando utilizados para os comparar com a realidade, mas conhece igualmente o seu perigo, logo que são apresentados como construções com validade empírica ou como tendências ou forças ativas (o que, na verdade, significa metafísicas)." (WEBER, 1974: 96).
- 7 Há uma vasta bibliografia glosando sobre a relação Marx-Hegel, de resto uma questão tabu da vulgata stalinista que hoje não desperta a mesma paixão dos anos 50/60, com a redescoberta dos escritos juvenis de Marx e do livro de Lukács *História e Consciência de Classe*. Ressalte-se, contudo, que se Lukács oferece uma versão da obra de Marx que navega nas águas da escatologia da história hegeliana, esta dista do positivismo, posto que o autor húngaro vê a dialética o método pertinente de análise dos fenômenos sociais - nunca como uma imanência tanto social quanto natural, nos moldes da versão do marxismo-leninismo. Nesse sentido, ele absorve - e herda - o lado hegeliano de Marx, deixando de lado um outro Marx, mais aberto ao empírico. Ver THOMPSON (1981:66-82).
 - 8 Emblemático da influência dessas análises de Castoriadis sobre Marx no pensamento sociológico brasileiro, ver SADER (1986).
 - 9 "Será que o homem é simplesmente humano? Se o fosse, ele não seria homem, não seria nada. Cada um de nós é um poço sem fundo, e esse sem-fundo está, tudo leva a crer, aberto sobre o sem-fundo do mundo." Ver CASTORIADIS (1987: 258).
 - 10 Há muita confusão na relação entre Castoriadis e o estruturalismo. A rigor, o autor nunca foi estruturalista ou pós-estruturalista - como erroneamente afirma Evangelista - , embora tenha aproveitado do estruturalismo toda uma elaboração teórica sobre o registro simbólico. As estruturas simbólicas em Castoriadis não são vistas como estruturas rígidas, como no caso do estruturalismo, mas sujeitas a criação. Escreve Castoriadis: "Não é inevitável cair nas armadilhas do simbolismo por ter reconhecido sua importância. O discurso não é independente do simbolismo, e isso significa algo bem diferente de uma condição externa: o discurso é tomado pelo simbolismo. Mas isso não quer dizer que lhe seja fatalmente submetido. E, sobretudo o que o discurso visa é outra coisa que o simbolismo: é um sentido que pode ser percebido, pensado ou imaginado". Ver CASTORIADIS (1991:169). Como exemplos de classificação errônea e superficial de Castoriadis, ver os livros EVANGELISTA (1992) e GORENDER (1991).
 - 11 Preferimos utilizar o termo de Arendt - isonômico - ao genérico igualitário para caracterizar a democracia direta grega: "Essa igualdade perante a lei, que a palavra isonomia sugeria, não era igualdade de condição - embora essa igualdade fosse, até certo ponto, a condição de toda a atividade política no mundo antigo, onde o campo político estava aberto apenas aos que possuíam propriedades e escravos - mas a igualdade dos que fazem parte do corpo de pares." Ver ARENDT (1988:24).
 - 12 "A Grécia é o locus social-histórico onde foram criadas a democracia e a filosofia e onde se encontram, por conseguinte, nossas próprias origens. Na medida em que o sentido e as potencialidades dessa criação não estejam esgotados - e estou profundamente convencido de que não o estão - a Grécia é para nós um gérmen: nem um modelo, nem um espécime entre outros, mas um gérmen. Ver CASTORIADIS (1987:271).

BIBLIOGRAFIA

- ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo, ática, 1988
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1922
- BUONICORE, Augusto Cesar. *Passado e Presente da Social-Democracia no Sindicalismo Alemão*. *Debate Sindical*, 14:45-53, São Paulo, CES, 1993.
- CANEVACCI, Massimo. *A Experiência da Autonomia Operária na Itália*. *Desvios* 4:124-133, Rio de Janeiro, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto/3*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto/2*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

- DEUTSCHER, Isaac. *Trotski - O Profeta Armado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. São Paulo, Ensaio/Unicamp, 1993.
- EVANGELISTA, João. *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. São Paulo, Cortez, 1992
- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo, Ática, 1991
- GORZ, André. *Estratégia Operária e Neocapitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- MÉSZAROS, István. Poder Político e Dissidência nas Sociedades Pós-Revolucionárias. *Ensaio*, 14:29-47, São Paulo, 1985.
- PANZIERI, Raniero. A Concepção Socialista da Enquete Operária. (In) THOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo, Pólis, 1987, pp-225/231
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- SADER, Eder. *Marxismo e teoria da revolução proletária*. São Paulo, Ática, 1986.
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*. RJ, Zahar, 1981.
- TRAGTENBERG, Maurício (Org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- WEBER, Max. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa, Presença, 1974.
- WEBER, Max & DURKHEIM, Émile. *Socialismo*. São Paulo, Relume-Dumará, 1993.

“Totem e Tabu”¹: notas de leitura dos primórdios da antropologia psicanalítica*

Theophilos Rifiotis²

O presente texto é o resultado de um percurso que faz pensar num comentário de Gustave Flaubert, citado por R. Mezan (1986), acerca do seu método de trabalho: primeiro, colocar no papel tudo o que vem a mente, para a seguir cortar, reorganizar, suprimir e eliminar trechos ou páginas inteiras, de tal modo que, se seus editores lhe dessem tempo suficiente, acabaria por não escrever nada.

Ele foi escrito a partir de notas organizadas em torno de uma primeira reflexão sobre uma obra de Sigmund Freud, datada da primeira década deste século, intitulada *Totem e tabu* (TT). Consideramos o nosso texto como uma iniciação ao complexo campo da psicanálise, particularmente no domínio da antropologia psicanalítica. Assim, ele nos serviu de marco de uma estratégia discursiva ainda em construção: o olhar antropológico sobre a dimensão do inconsciente.

Questões preliminares

“No começo era o ato”: esta é a derradeira afirmação de S. Freud em TT. Com esta citação do *Fausto* de Goethe, conclui-se a obra que inaugura um dos mais importantes movimentos teóricos da história das ciências sociais: a antropologia psicanalítica. A partir desta citação, somos remetidos à uma miríade de questões relativas ao conhecimento psicanalítico e antropológico, conforme procuraremos mostrar ao longo dessa exposição.

Em primeiro lugar, o fato de que TT pode ser considerado como o *ato originário*, fundador de um novo campo do conhecimento. Neste mesmo ato a “ligação” e a “colaboração” propostas no prefácio de TT, entre a etnologia, a linguística, o folclore e a psicanálise encontram sua própria e primeira realização - um momento de síntese. Em outros termos, trata-se de uma obra cujo grau de complexidade é maior do que aquele de cada um dos campos do conhecimento que convergem para a delimitação deste espaço amplo, atualmente conhecido como antropologia psicanalítica.

A nossa leitura de TT tem a preocupação de se aproximar dos problemas de sua produção: as diferentes tendências culturais e científicas, em particular, que contribuem na formação de um conjunto social do qual o autor selecionará certos aspectos. No entanto, ao nos propormos a revisitar este ato originário, não pretendemos analisar em conjunto todos os seus aspectos e implicações para a construção de um campo do saber. O nosso interesse está dirigido particularmente para a análise de rituais e textos mitológicos relacionados com o “parricídio”¹.

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPB e pesquisador do Centro de Estudos Africanos da USP.

Assim, trabalhamos mais detalhadamente o quarto ensaio de TT, "O retorno infantil do totemismo", onde essas questões são abordadas. Aliás, é sobre este ensaio que se concentra a maioria dos comentadores e estudiosos de TT.

A organização que demos ao nosso texto parece mostrar a situação fragmentária em que nos encontrávamos, face aos problemas que a antropologia psicanalítica coloca nas suas várias vertentes. De fato, ao optarmos por iniciar a nossa digressão pela passagem final de TT, estamos privilegiando uma leitura particular em detrimento da exposição da sua linha de desenvolvimento. Se assim procedemos não é por considerarmos este caminho o melhor em si mesmo, mas antes, por pensarmos que, nas condições em que se deu a nossa leitura, ele era preferível, por três razões:

a) como estamos nos introduzindo num campo de conhecimento, tenderíamos a analisar a obra a partir somente da nossa formação em Antropologia. No entanto, ao aceitarmos o desafio de estudar TT, nos propusemos a integrar a perspectiva psicanalítica, o que se reflete nos limites deste trabalho, o grau de conhecimento e capacidade atuais de manejo com o conceitual de psicanálise.

b) o nosso interesse específico, conforme nos referimos anteriormente, pela construção freudiana de uma origem para o social, a religião e a moral, tomando como base um "ato originário" desenvolvido no último ensaio da série que compõe TT.

Cabe ainda destacar que trabalhamos com uma tradução de TT, e que, seguindo alguns comentadores, pudemos observar diferenças com relação a outras traduções: de "interpretação da vida psíquica dos povos primitivos", subtítulo das edições francesas, para "semelhanças entre as vidas psíquicas dos selvagem e dos neuróticos" na edição inglesa de 1913; ou ainda de "medo" na edição francesa revisada para "pavor" na primeira edição, e "proibição do incesto" na referida edição inglesa. Terão sido apenas os títulos que sofreram mudanças, ou há mudanças que implicam em interpretações diferentes? Não podemos responder a esta questão por não termos acesso ao original, mas sabemos que as edições francesas apresentam este problema, ainda que a casa da edição procure minimizá-lo falando em "revisão", pois tivemos ocasião de ler as duas traduções. A análise detalhada do texto de S. Freud, seguindo todos os seus passos, pareceu portanto necessitar da leitura do original.

Finalmente, caberia ainda uma nota sobre as diversas posições adotadas pelos vários comentadores frente a este marco da antropologia psicanalítica. Qualquer levantamento bibliográfico sobre a produção relativa a TT, mostra claramente a sua posição central. De fato, criou-se em torno dele um campo no qual se configuram objetos de disputa e interesses específicos: ora negam-se as teses centrais de TT, ora nega-se mesmo a sua validade científica e guardam-se as "preocupações gerais"; ou ainda, ora ele é produto do processo terapêutico do seu próprio autor, ora trata-se de "desedipizar" a própria psicanálise (tomando o chamado Complexo Édipo como um código injetado pela psicanálise no inconsciente), etc. E sem considerar as contribuições de outros campos do saber que se encontram relacionados com as preocupações desta obra de Freud.

De um modo geral, à guisa de construção de um esboço dos problemas a serem tratados a seguir, propomos alguns elementos para justificar a escolha da citação "no começo era o ato" como fio condutor da nossa reflexão. É preciso ressaltar que a importância da obra de Goethe para a compreensão do pensamento freudiano nos foi sugerida pela leitura de *Freud: um pensador da cultura*, tese de doutoramento em

Filosofia defendida por R. Mezan (1986), que recorre a citações de Goethe, presentes na obra de Freud, para desenvolver as suas próprias interpretações. Assim, mesmo não existindo, a nosso conhecimento, nenhum estudo sistemático sobre a influência da obra de Goethe na obra de S. Freud, nos parece possível e útil destacar alguns elementos que permitem introduzir a nossa própria reflexão. Em primeiro lugar, o que se convencionou chamar de "romantismo". *Le mal du siècle*, a onda de suicídios que conheceu a Europa em acelerado processo de urbanização no século XVIII, a reação ao racionalismo, a colocação do indivíduo no centro do universo; a reação às normas sociais, a concepção da sociedade como restrição ao acesso à "felicidade". Em uma palavra: a negação da "realidade", ou melhor, apenas a aceitação das próprias "fantasias". Não são estes os elementos sobre os quais se desenvolveu a obra de Goethe intitulada *Os sofrimentos do jovem Werther*? Não é esta uma narrativa sobre um jovem apaixonado por uma mulher comprometida com o seu melhor amigo, e que, impedido de realizar seu desejo, resolve suicidar-se? Freud, com a descoberta do inconsciente, não nos coloca frente ao que se chama nosso "lado oculto", dando um sentido à recusa do "real"; explicitando o caráter repressivo da sociedade, e situando o indivíduo no centro, pelo menos inicialmente? Nesté nível genérico e sob os aspectos levantados não se trata de num momento em que a produção científica de Freud poderia ser pensada como "adequada" à situação social: ao invés do suicídio, o divã psicanalítico...

Quanto às lendas sobre o mago e astrólogo chamado Dr. Fausto, que teriam inspirado Goethe, lembremos apenas que elas são, provavelmente, do século XVI, e que, segundo estas lendas, o mago teria negociado a sua alma com o demônio em troca dos prazeres e poderes terrenos. No *Fausto* de Goethe há uma aposta entre Mefistófeles e Deus, o qual afirma que Fausto, por suas próprias forças será capaz de triunfar sobre a "tentação". É a ação que salva, livrando Fausto, ao final, do inferno. Os prazeres e poderes que Fausto conhece através de Mefistófeles não o satisfazem plenamente. Somente a sua ação em benefício de outrem é capaz de tanto. No momento final, Mefistófeles ("aquele que não gosta da luz?") não consegue arrebatá-lo a alma de Fausto, que é conduzida por uma legião de anjos aos céus. É a inspiração do infinito e a ação que colocam o homem frente a uma contradição, que estaria na base da sociedade: a negação a si mesmo dos prazeres e poderes para voltar-se ao outro? Não estamos frente a uma crítica radical da "sociedade ocidental"? Não é a vitória da repressão sobre o desejo que fundamenta esta sociedade? A oposição entre o domínio dos prazeres e da realidade seria paralela a oposição entre princípio do prazer e da realidade, esta última responsável pela construção do social, altruísta, enquanto a outra seria egoísta. Freud é o maior crítico desta sociedade, ao denunciar o seu fundamento repressivo, e, ao mesmo tempo, o seu maior defensor, ao afirmar que sem a repressão ela não seria possível, e, conseqüentemente, nem nós mesmos e tudo do que nos beneficiamos, conforme escreve H. Marcuse (1963)?

Seguindo a linha de *Fausto*, a ação em relação ao outro é necessária para que o homem construa a sua existência; para que haja "salvação", o homem deve voltar-se para o outro, e não fechar-se sobre si mesmo, ou seja, sobre seus desejos. A relação com o mundo é sempre de ação criadora, pois ela coloca em confronto o mundo dos sonhos e desejos com a realidade externa. Aliás, a idéia de que no começo há um ato, lembremos de passagem, encontra-se também no texto do *Gênesis*: "No princípio criou Deus". Assim, Deus existe antes de tudo mais, e o princípio está marcado pela

ação criadora. Da mesma maneira, em São João encontramos “No princípio era o Verbo”, como afirmação de que havia antes de Deus, o qual pela sua ação criadora instaura o mundo. Este paralelo é interessante na nossa leitura, tanto porque se trata da criação da sociedade, como por estar em causa a primordialidade da ação sobre o mundo, sobre os outros homens.

Para concluir estas questões preliminares, gostaríamos de retomar a influência de Goethe sobre o pensamento freudiano. Poderíamos citar inúmeras passagens relatadas por especialistas na área da psicanálise onde esta influência pode ser evidenciada, e para cada uma delas poderíamos arriscar um comentário. Porém, para os nossos objetivos, parece suficiente citar apenas mais duas passagens particularmente interessantes a este respeito, as quais foram tiradas de *L'Autoanalyse de Freud* (ANZIEU:1985). A primeira citação de Freud refere-se à dedicatória de Goethe, em Fausto: “E as sombras queridas surgem, e com elas, como uma velha lenda esquecida, o primeiro amor, a primeira amizade”. Freud acrescenta-lhe o seguinte comentário: “O mesmo se pode dizer do primeiro pavor, do primeiro diferente”. Em outra ocasião, numa homenagem a Goethe, Freud retomará esta dedicatória, afirmando que ela “(...) poderia ser repetida com cada uma das nossas análises”. Temos aqui mais uma vez, a idéia de que, para Freud, o processo psicanalítico revela uma parte do inconsciente de onde emerge uma realidade “sublimada”, a qual o grande poeta teria expressado com especial clareza. Voltando-nos para a psicanálise, lembramos que neste campo do saber a noção de *regressão* ocupa uma posição fundamental, e que ela pressupõe uma ação, um *ato originário*, uma “realidade” anterior a sua manifestação na forma de linguagem, a qual seria uma “expressão”, ou seja segunda, em relação ao “real”. Ou ainda, trabalhando com dados de linguagem, palavra, sonho, a psicanálise pressuporia algo que lhes antecederesse. De onde poderíamos concluir que o agir precederia toda forma de linguagem, e assim, toda formação social e simbólica. Estas inferências sobre a primazia da ação sobre a linguagem, confirmam-se pela homologia, pressuposta em TT, entre as atitudes e sentimentos estudados por Freud nas crianças e aqueles estudados pelos etnólogos dos primórdios da antropologia². C.G.Jung (1987:35), referindo-se a sua experiência pessoal, coloca o problema nos seguintes termos: “*Na minha infância as coisas ocorreram tal como pude observar mais tarde entre os indígenas da Africa: eles agem primeiro e não sabem absolutamente o que fazem. Somente muito mais tarde refletem sobre o assunto*”.

A aproximação “infância-primitivo” é uma das bases sobre as quais se desenvolve a argumentação de Freud em TT. Por mais discutível que ela se apresente para a antropologia, é a partir dela que a psicanálise se volta para os dados da cultura. Este é o eixo que liga dois campos do conhecimento e permite o desenvolvimento da antropologia psicanalítica.

“No começo era ...” a origem

Iniciamos aqui uma etapa mais sistemática da nossa reflexão, discutindo a idéia de que a referida citação de Goethe (“No começo era o ato”) pode ser entendida como uma “expressão”, entre outras, da perspectiva histórico-genética que guia o desenvolvimento de TT. De fato, a tese central de Freud nesta obra encontra-se no quarto e último ensaio, intitulado “O retorno infantil do totemismo”, cujo núcleo é a reconstrução de uma experiência do homem arcaico e de um “ato originário” sob a

forma da seguinte narrativa: (No estado primitivo da sociedade humana havia um pai violento, ciumento, que guardava para si todas as mulheres e que expulsava seus filhos à medida em que cresciam) "(...) um dia, os irmãos expulsos se reuniram e devoraram o pai, o que colocou fim a existência da horda paterna. Uma vez reunidos, eles tornaram-se empreendedores e puderam realizar o que cada um deles individualmente, seria incapaz de fazer." (TT: 162 e 163)

Freud nos dá uma outra versão deste ato originário na forma de uma narrativa bem mais detalhada em *Ma vie et la psychanalyse* (BACKES-CLEMENT, 1977: 355-56), claramente colocada nos termos que muitos chamariam de "romance familiar da humanidade". Vejamos a seguir esta versão do "parricídio originário": "*O pai da 'horda primitiva' tinha açambarcado como déspota absoluto de todas as mulheres, matando ou expulsando filhos, seus perigosos rivais. Um dia, no entanto, esses filhos associaram-se, venceram o pai mataram-no e devoraram-no em comum, a ele que havia sido o seu inimigo e simultaneamente seu ideal. Depois do acto, ficaram impossibilitados de tomar a sucessão, dado que cada um barrava o caminho ao outro. Sob influência do insucesso e do remorso, aprenderam a suportar-se mutuamente, uniram-se num clã de irmãos sob prescrições do totemismo destinadas a impedir a repetição de um acto semelhante, e renunciaram em bloco à posse das mulheres por causa das quais haviam morto o pai. Estavam agora reduzidos às mulheres estrangeiras. Daí a origem da exogamia, tão estreitamente ligada ao totemismo. A refeição totêmica era a festa comemorativa do acto monstruoso donde emanava o sentimento de culpabilidade da humanidade (pecado original) e com o qual haviam começado ao mesmo tempo a organização social, a religião e as restrições da moral.*"

Ao longo do nosso trabalho, voltaremos a nos referir a estas duas versões da proto-história da humanidade. O nosso interesse nesta parte do trabalho é o de refletir sobre esta reconstrução de um momento *originário*, procurando situar a importância que lhe atribui Freud.

Em primeiro lugar, é interessante para a antropologia destacar o fato de Freud ter recorrido ao estudo dos "povos primitivos", e não dos indo-europeus com os quais, supõe-se, estaria mais familiarizado. O próprio objeto de reflexão de Freud em TT é a questão das origens da sociedade, da religião e da moral, uma preocupação histórico-genética que o teria levado à referida reconstrução. Compreende-se; então, a busca de dados sobre as culturas que estariam mais próximas ao suposto *grau-zero do processo de hominização*, e assim percebe-se a presença teórica do evolucionismo.

Com relação às fontes de informação que servirão de base para a construção da narrativa do "ato originário", deve-se destacar que elas produzidas pelos etnólogos do final do século XIX e do início deste século. As principais fontes de Freud serão, sobretudo, os trabalhos de Frazer e Tylor, conforme evidenciam as constantes referências em TT. Trata-se de um período que, na história da antropologia, representa a conquista de um espaço científico, talvez pudéssemos até pensar, alegoricamente, numa Idade de Ouro da Etnologia, na qual os conceitos fundamentais estavam sendo formulados, e cuja marca era o trabalho especulativo baseado na utilização direta de fontes secundárias. De um modo geral, pode-se afirmar que Freud adotou sem reticências os postulados de base dos clássicos do

evolucionismo que formavam o referencial essencial da Antropologia nesta fase heróica (POIRIER, 1981:74).

Antes de discutirmos alguns aspectos da noção de grau-zero e principalmente de totemismo²²³, subjacente à reconstrução freudiana de “horda primitiva”, é interessante destacar que Freud toma uma precaução, em longa nota de rodapé (TT:11-2): avisar ao seus leitores que os dados sobre os quais ele se baseou foram obtidos do estudo de populações que têm uma história, não podendo ser confundidas com a “horda primitiva”, muito embora entenda que elas estejam bastante próximas.

Quanto ao grau-zero, devemos lembrar que na época em que TT foi redigido considerava-se que os povos chamados “primitivos” eram uma espécie de “antepassados contemporâneos”, e que, através do seu estudo, poderia-se compreender a própria origem da civilização. Esta, aliás, nos parece ser a motivação de Freud ao se voltar para a etnologia. Por outro lado, em termos da história da criação de TT, o recurso a etnologia serviu para abrir para Freud um novo campo para a sua discussão com C.G.Jung, o qual, ao contrário de Freud, buscava explicar a psicologia individual pela psicologia coletiva. Para Freud, era a psicanálise que poderia contribuir para a explicação dos fenômenos coletivos. É o que ele procura demonstrar em TT, mostrando que a própria origem do social torna-se inteligível com aquele procedimento. Porém, para levar a termo esta demonstração, Freud necessitava de dados etnológicos que, além de lhe fornecerem uma base empírica, fossem tratados a partir da perspectiva evolucionista. Isto se adequava a sua preocupação de reconstruir a origem da sociedade, e explicar, pelos resultados da psicanálise, alguns destes mesmos dados, como é o caso do totemismo.

Freud toma como ponto de partida que o totemismo seria um fenômeno característico das religiões e sociedades “primitivas”, e, portanto, mais próximo do grau-zero que ele procura explicar. Para construir a sua explicação do momento originário, ele recorre ainda a duas outras idéias: a) a “refeição totêmica”, elaborada por W.R.Smith na sua obra *Religion of the semites* (segunda edição 1907); b) as conseqüências que J.J. Atkinson (*Primal Law*, 1903) tira das hipóteses de C. Darwin sobre o estado originário do homem, a “horda primitiva”. Deteremo-nos agora na questão do totemismo; as idéias de Atkinson serão discutidas na seção seguinte.

Conforme nos referimos anteriormente, as fontes antropológicas as quais Freud teve acesso, estão marcadas pela visão evolucionista, cujas principais teses foram negadas por trabalhos mais específicos, construídos a partir de informações obtidas diretamente, pelos próprios etnólogos. Em particular, a noção de totemismo como uma etapa necessária e universal, num suposto movimento linear de desenvolvimento das sociedades e das religiões (noção subjacente a argumentação de Freud em TT) foi completamente abandonada. Além disso, os trabalhos mais específicos sobre as religiões “primitivas” mostraram que o totemismo não poderia ser considerado comum a todas as formações sociais “primitivas”.

Pode afirmar-se que o problema fundamental que o totemismo colocou para os antropólogos foi o da continuidade entre um elemento natureza (animal, vegetal) e um grupo social. Na época em que Freud escreveu TT, a noção de totemismo tinha um valor distintivo entre as sociedades ditas civilizadas e primitivas: o totemismo era considerado como a marca dessas últimas. É com os trabalhos de C. Lévi-Strauss (*O Totemismo hoje e O pensamento selvagem*, ambos de 1962) que o totemismo deixa definitivamente de ser um índice de “primitividade” e mesmo de “irracionalidade”, e

passa a ser entendido como uma lógica particular, diferente: uma lógica da finitude e da circularidade, nos termos de Lévi-Strauss. A grande inovação daquele autor foi a inversão dos termos em que o totemismo era colocado: não se trata de um animal, ou vegetal, *bom* para ser comido e por isso *bom* para ser pensado, mas, ao contrário, trata-se de um animal, ou vegetal, *bom* para ser pensado (Cf. *O Totemismo hoje* cap. 3). Esta mudança de perspectiva equivale a considerar o totemismo como uma ciência "primitiva", um sistema de classificação que faz corresponder diversos elementos da cultura a elementos da natureza.

As teorias do final do século XIX, ainda segundo Lévi-Strauss, seriam fruto dos preconceitos hegemônicos nas sociedades onde o "pensamento cristão" seria dominante, podendo-se considerar que estas teorias seriam como "projeções" de atitudes mentais que exigem a descontinuidade entre o homem e a natureza. A análise feita por Lévi-Strauss do totemismo representa o ponto de vista aceito pelos antropólogos. Entretanto, alguns estudiosos, como Jacqueline Roumeguère-Erberhardt, têm se dedicado ao estudo do totemismo com interesses históricos, visando a estabelecer uma "geografia totêmica" no continente africano, ou seja, a reconstrução da história das migrações a partir de pertença a grupos totêmicos⁴.

Sabemos que a etnologia traz a Freud os casos de "refeição totêmica" citados por W.R. Smith e por Frazer. Aceitando a hipótese de Smith, Freud toma como dado que a chamada "refeição totêmica" é uma característica "muito significativa" do sistema totêmico (TT:161). Sabemos atualmente que os casos citados por Freud são praticamente *todos* os casos existentes, e que a maioria dos sistemas totêmicos não comporta este ato sacramental ("refeição totêmica"). Portanto, tomar estes casos como suficientes para a demonstração da tese de Smith demonstra, no estado atual dos nossos conhecimentos sobre a matéria, a fragilidade da argumentação de Freud.

Devemos considerar ainda que é justamente sobre este ponto da análise do totemismo que se colocaria, em TT, a contribuição da psicanálise. O elemento aduzido pela psicanálise na discussão do totemismo em TT é a significação da zoofobia, que também tinha sido observada em situações clínicas em certas crianças. Freud cita três casos de crianças em que a fobia por um animal representaria um deslocamento da parte agressiva da ambivalência em relação ao pai para um animal (TT:146-153). A discussão destes três casos levariam a demonstração, à "luz" projetada pela psicanálise sobre o problema do totemismo (TT:146), de que o sistema totêmico seria regido pelo princípio do *deslocamento*: o animal totêmico sendo designado como ancestral do clã poderia ser, como no caso do animal fóbico, um substituto do pai. Para isto convergem o fato de nos dois casos haver uma ancestralidade e uma relação ambivalente: a ambivalência, no caso do clã em relação ao pai, seria deslocada para um animal.

Assim, muito embora tenha partido de uma premissa que não possa ser aceita atualmente, a conclusão de Freud poderia ser guardada como uma possibilidade de explicação, não do sistema totêmico em geral, mas no modo pelo qual esta experiência seria vivida pelos membros do grupo totêmico. Por outro lado, esta tentativa de explicação do totemismo nos revela uma face da argumentação de Freud: estabelecer que a zoofobia infantil e o totemismo seriam experiências construídas a partir do complexo de Édipo, ou seja, que uma primeira fase do desenvolvimento de um indivíduo pode ser comparada a uma suposta fase inicial da humanidade. O que nos coloca então frente a uma hipótese filogenética.

Seguindo a argumentação de Freud, teríamos que considerar os meios pelos quais certos estados psíquicos, como o sentimento de culpabilidade, oriundo do assassinato do pai da horda primitiva, ou o significado do animal fóbico e totêmico, seriam transmitidos de uma geração à outra. Em TT, esta questão é resolvida pela compreensão dos caracteres inconscientes da cultura (costumes, cerimônias preceitos, etc.) que teriam sobrevivido à atitude primitiva frente ao pai, e teriam sido transmitidos de geração em geração como um legado afetivo. O que equivale dizer que é o aparelho psíquico que constrói significados, e que a “repressão” não consegue aniquilar, ao nível do inconsciente, os traços deixados pela geração anterior. Além do mais, diz Freud, não há como pensar que cada geração teria que aprender tudo novamente sobre a vida, sem ter em conta o que lhe legaram seus ancestrais.

Atualmente, quando se fala em “herança” distingue-se de imediato a herança biológica e a cultural, embora a precisão terminológica nos obrigue a abandonar o próprio termo de herança, posto que não haveria uma analogia direta entre os processos biológicos e sociais. Além do mais, no início do século XX não havia uma teoria genética estabelecida. Deve-se ter em conta que, apesar das descobertas de Mendel datarem de 1886, somente nos anos trinta deste século a teoria dos cromossomos adquiriu uma comprovação científica. Temos hoje uma ciência genética bastante desenvolvida e que não fornece nenhuma base à idéia de herança de disposições psíquicas como caracteres adquiridos. Assim, a herança de um sentimento de culpabilidade que teria se originado após o assassinato do “pai tirânico” pelos filhos, carece de qualquer fundamento científico.

Voltando ao que Freud chamou “retorno infantil do totemismo” ou seja, a explicação do Complexo de Édipo a partir de uma herança do parricídio originário, lembremos que são as hipóteses de Lamarck (1809) que servem de fundamento a tese de “herança do sentimento de culpabilidade”. Estas hipóteses eram amplamente aceitas no meio científico do início do séc. XX, quando as bases da genética de Mendel (1886) ainda não tinham nenhuma comprovação científica. Freud tem ainda em apoio a sua tese a “lei da biogenética fundamental” de Haeckel (1828), que se superpõe de modo adequado a hipótese da herança de caracteres adquiridos: a ontogênese recapitula a filogênese, o que pode ser entendido do seguinte modo: cada indivíduo, na sua inserção na cultura, repetiria as etapas do desenvolvimento da espécie. Assim, o evento inaugural da humanidade, descrito por Freud nos termos de um parricídio, seria revivido por cada indivíduo no âmbito de sua experiência particular, reproduzindo-se deste modo as características e os momentos da reconstrução freudiana da “horda primitiva”. A teoria filogenética explicaria, portanto, a perpetuação do quadro edipiano observada nos casos analisados por Freud.

Para se avaliar a importância destas questões para a linha de argumentação de Freud, lembremos que D. Freeman (1976) considera que toda a posição defendida em TT repousa sobre este “postulado fundamental”: a herança de um sentimento de culpabilidade originado do assassinato do pai da “horda primitiva”. Ocupando uma posição tão importante na argumentação de Freud, poderíamos nos perguntar qual repercussão teria sobre TT o desenvolvimento da genética. Sabemos que Freud, ao tomar conhecimento de que a ciência genética não verificava as hipóteses de Lamarck, não abandonou a idéia da hereditariedade, postulando uma explicação

filogenética “por razões psicológicas”. Assim, a questão da herança do sentimento de culpabilidade não seria mais ligada as hipóteses de Lamarck, mas a uma explicação de ordem psicanalítica.

Tentaremos resumir este problema da seguinte maneira: a herança do sentimento de culpabilidade ocupa uma posição central em TT, e, ao negar-se a validade das hipóteses (lamarckianas) que a sustentavam, Freud cria um substituto para elas, sem, no entanto, desenvolver as razões (“psicológicas”) que o teriam levado às explicações filogenéticas. O que é mantido por esta substituição é o que se chama em matemática de *solução de continuidade*, ou seja Freud procura garantir, através da teoria filogenética, uma ligação entre as situações edípicas observadas pela experiência psicanalítica e a situação originária do homem que ele estabeleceu com a sua narrativa da “horda primitiva”.

Além do mais, as hipóteses lamarckianas forneciam um fundamento para a ampliação do espaço heurístico da psicanálise, posto que as descobertas deste campo do saber seriam válidas para além dos eventos patológicos que estão na sua origem, e também ultrapassariam os limites de validade de um período de uma cultura particular, onde a psicanálise teria sido criada, dando-lhe um caráter mais universal, e, portanto, científico.

Há outros problemas que devem ser levantados na busca de reconstrução das origens desenvolvidas em TT. Deixando então de lado a questão da hereditariedade, poderíamos nos voltar agora para os outros elementos a que Freud recorre para a elaboração da sua narrativa da “horda originária”. Em primeiro lugar, lembremos as bases desta narrativa: a etologia (C. Darwin e a sua hipótese sobre o “estado primitivo” do homem), e uma extensão para o caso humano proposta por J.J. Atkinson. Freud cita em nota de rodapé (TT:163) a versão de Atkinson da “horda primitiva”, que reproduzimos a seguir: *“Um bando de jovens irmãos, vivendo juntos sob um regime de celibato forçado, ou no mínimo num regime de relações poliândricas com uma única mulher cativa. Uma horda ainda fraca, por causa da imaturidade de seus membros, mas que adquirirá com o tempo uma força suficiente, e isso é inevitável, e terminará graças aos ataques combinados e sem cessar renovados, por arrancar do tirano paterno ao mesmo tempo a mulher e a vida”* (Primal law, p. 220-21)

Este quadro da situação primitiva da humanidade foi composto por Atkinson tomando como referência a descrição do comportamento de certo tipo de gorilas, formulada como uma hipótese por C. Darwin. A extensão desta descrição para a forma primordial dos hominídeos fornece a Freud um ponto de apoio para a sua própria elaboração do momento originário da sociedade. Deve-se lembrar também que as informações disponíveis atualmente, a partir da observação direta de primatas negam as possibilidades do quadro de Atkinson, e daquele elaborado por Freud, serem verdadeiros. No estágio atual da etologia, podemos resumir do seguinte modo os problemas desta argumentação, conforme o levantamento feito por D. Freeman (1976:59):

- a) um bando de gorilas não tem apenas um único macho adulto;
- b) as hierarquias existem nos bandos de gorilas, mas sem que seja observada uma luta que produza ferimentos graves ou fatais;
- c) não se observa o ciúme sexual, e parece que a rivalidade sexual é mais comum entre os humanos do que entre os outros primatas;

d) não se confirmou o postulado de C. Darwin (e de Atkinson) da origem dos grupos sociais estar nas famílias ciclopeanas; as pesquisas atuais parecem negar este postulado.

Confrontando os pontos levantados acima com a narrativa da "horda primitiva" freudiana, citada no início desta seção, vemos que, um a um seus pressupostos são negados. Podemos dizer que atualmente ela é insustentável, devendo ser colocada entre as "projeções fantasmáticas" (1976:59s) e não entre as descobertas científicas.

Retomando a linha de argumentação desenvolvida no último ensaio de TT, teríamos uma conjunção de duas hipóteses: a substituição do pai pelo animal totêmico, e a linhagem comum para o clã, Deus e o animal totêmico. Falamos em conjunção, pois é através da teoria da "horda primitiva" que Freud unifica estas duas hipóteses.

No início do século XX, quando Freud redigiu TT, havia uma diferença entre os dados da biologia e os da Psicanálise, que mostrou-se oportuna para a demonstração de Freud (HARTMANN, KRIS & LOEWENSTEIN, 1976:188-89). É importante ter em conta que as modificações ou revisões das hipóteses biológicas ou antropológicas não levaram Freud a questionar a validade das suas afirmações, ele apenas reforçou o caráter psicanalítico do seu trabalho, negando em parte o seu objetivo de "cooperação", em particular com a antropologia. Isto parece válido tanto para a questão da hereditariedade, que passa a ser postulada em termos psíquicos, por "razões psicológicas" - ao que parece não explicitadas -, quanto para os problemas levantados em relação a "refeição totêmica", conforme mostra a colocação de Freud frente às críticas dos etnólogos em relação a TT: *"Muitas vezes fui veementemente criticado por não ter, nas edições mais recentes do livro, modificado as minhas opiniões, pois os etnógrafos modernos rejeitaram unanimemente as teorias de Robertson Smith, substituindo-as por outras, completamente diferentes(...). Não estou convencido nem da justeza destes pretensos progressos, nem dos erros de Robertson Smith(...). E sobretudo, não me considero etnógrafo, mas psicanalista, e tinha todo direito de extrair dos dados etnográficos aquilo de que tinha necessidade para meu trabalho psicanalítico."*

É esta a resposta que Freud dá às críticas que recebeu, em seu livro *O homem Moisés e a religião monoteísta*, vinte cinco anos após a publicação de TT. Ao que parece, Freud não teria desenvolvido argumentos que justificassem a manutenção de suas hipóteses; tudo leva a ver em Freud, o contrário da cooperação interdisciplinar colocada no prefácio de TT, uma reafirmação do lugar de onde ele fala: a psicanálise.

Estaríamos, então, frente a uma obra que parece não querer ocupar outro lugar a não ser aquele que é do seu produtor? Naturalmente, TT não poderia ser modificado onde seu autor não o fez ele mesmo, nem sentiu necessidade de fazê-lo. Porém, mesmo considerando que esta obra pertença ao campo da psicanálise, não se lhe pode negar um caráter antropológico, pois o seu objetivo é a explicação da origem do social e do cultural. Por essa razão, e por tratar-se de uma temática que nos interessa enquanto antropólogo, nos parece fundamental discutir esta questão mais detalhadamente.

Freud coloca TT numa situação de *imobilidade* ao não considerar a possibilidade de uma relativização, e muito menos de uma revisão. Há razões de diversas ordens concorrendo para que esta recusa não seja considerada apenas como um "dogmatismo". Na próxima seção examinaremos, rapidamente, as razões que se

referem ao campo psicanalítico da auto-análise de Freud e a construção da teoria psicanalítica. Na última parte deste trabalho procuramos discutir outra perspectiva, segundo a qual a narrativa das origens formulada por Freud tem um valor heurístico e que não deveria ser abandonada, apesar das críticas que levantamos anteriormente; podemos adiantar aqui apenas que trata-se de uma maneira própria de pensar as origens.

“No começo era ...” a auto-análise e a psicanálise

A construção da teoria psicanalítica passa obrigatoriamente pelo Complexo de Édipo, ou melhor pela sua descoberta; costuma-se situar esta descoberta em torno de 1897, a partir das experiências de Freud com seus pacientes e de sua própria auto-análise. Neste sentido, a carta de Freud, citada por D. Anzieu (1985:30), a Wilhem Fliess (15/10/1897) é bastante esclarecedora: *“Somente uma idéia veio-me ao espírito de valor geral. Eu encontrei em mim, como em toda a parte, sentimentos de amor em relação a mãe e de ciúme em relação ao pai, sentimentos que são, eu penso, comuns a todas as crianças, mesmo quando sua aparição não é tão precoce como entre as crianças que se tornaram histéricas- de um modo análogo ao da “romantização” da origem entre os paranóicos, heróis, fundadores de religiões. Se assim for, compreende-se, a despeito de todas as objeções formais que se opõe a hipótese de uma inexorável fatalidade, o forte efeito de Édipo Rei. Compreende-se também porque todos os dramas mais recentes do destino deveriam fracassar miseravelmente. Mas a lenda grega captou uma compulsão que todos reconhecem porque todos o ressentiram. Cada espectador foi um dia, em germe, em imaginação, um Édipo e se apavora frente a realização de seu sonho transposto na realidade, ele treme na medida do recalque que separa o seu estado infantil do seu atual.”*

Nesse momento do desenvolvimento do pensamento de Freud, o que está em questão é, ao mesmo tempo a “compulsão” e o “pavor” pela realização, teatralizada, do parricídio e do incesto, que ele considera como sendo os principais temas da peça *Édipo Rei* de Sófocles (VERNANT & VIDAL-NAQUET, 1988). Para o espectador da peça trata-se de um fantasma, e não a realização própria de um ato, como é o caso na tese de “parricídio originário” de TT. De fato, o “parricídio originário”, para Freud, teria sido realizado uma única vez, e é sob a forma de fantasma que ele será abordado pela psicanálise. Assim, a “realidade psíquica” desse parricídio adquire uma posição teórica fundamental, implicando numa mudança significativa no pensamento de Freud: a passagem da concepção realista de J.-M. Charcot, segundo a qual haveria uma realidade para cada traumatismo sexual, para a constituição do “fantasma”, como novo campo específico psicanalítico. Trata-se de uma transformação decisiva na instituição da antropologia psicanalítica (DADOUN, 1972). A partir do nosso interesse de pesquisa, este momento equivale a colocar em segundo plano as práticas de assassinato do pai, com experiência real, e considerá-lo equivalente a uma morte simbólica, representada, o que pressupõe uma equivalência entre o vivido e o pensado que não deixa de ser problemática.

Para a argumentação de Freud em TT, é suficiente que o ato tenha sido realizado uma única vez caracterizando pela hereditariedade de disposições psíquicas. O afastamento em relação aos dados vivenciais implica aqui num afastamento do sentido cultural que estas experiências possam ter, o que afasta Freud da perspectiva

antropológica. Assim, pelo menos na sua origem, o Complexo de Édipo aparece como uma construção teórica elaborada fora do espaço etnológico. O seu lugar próprio estaria ligado a auto-análise de S.Freud.

No desenvolvimento de TT, Freud é colocado frente a realização do ato. Aliás, ele mesmo levanta entre as possíveis objeções à sua hipótese da horda primitiva, o fato de que, quando se procura os atos que levaram os seus pacientes a certas reações de culpabilidade, não se encontra outra coisa senão pulsões, tendências afetivamente orientadas. O que o leva a seguinte conclusão: "*Le sentiment de responsabilité du névrosé repose sur des réalités psychiques, et non pas sur des réalités matérielles.*" (TT: 182)

Sempre tendo presente que o desenvolvimento de TT está baseado na possibilidade de estabelecer um paralelo entre "neuróticos" e "primitivos", ou, como afirma o próprio S.Freud no seu prefácio: "(...)aplicar a certos fenômenos ainda obscuros da psicologia coletiva os pontos de vista e os dados da psicanálise", como poderíamos entender que S.Freud estabelece para a horda primitiva uma realidade da ordem do *fazer*, e, ao mesmo tempo, ressalta que, para os neuróticos haveria uma realidade apenas psíquica, simbólica, vale dizer, da ordem da linguagem?

Para responder a esta questão é preciso considerar, antes de mais nada, que, se o assassinato do Pai da horda primitiva nunca tivesse sido realizado, não se teria ultrapassado o momento solipsista (nível do sonho). Supondo-se então que S.Freud tomou como modelo (implícito) os resultados que obteve nas análises de seus pacientes, e para que sua explicação fosse coerente seria necessário que o solipsismo fosse quebrado, como no caso do desenvolvimento pessoal. Porém, uma vez realizado este ato, superado o desejo pela sua realização, como explicar que ele tenha chegado até nós?

S. Freud tem então que postular uma hereditariedade de disposições psíquicas adquiridas, as quais se realizam de modo específico para cada indivíduo, dependendo da história pessoal. O que nos recoloca no domínio da psicanálise, acrescido de mais um elemento não verificado pela ciência biológica.

Os argumentos contra a reconstrução da horda primitiva e às teses associadas são, sem dúvida alguma, a parte da teoria freudiana mais veementemente negada. A reconstrução do assassinato do pai, ato primordial da proto-história da humanidade, e a idéia da transmissão hereditária do sentimento de culpa, não encontraram nenhuma verificação científica aceitável. Ela encerra, por outro lado, um valor simbólico muito importante. De fato, há na narrativa de S.Freud uma inversão, ou melhor uma valorização inversa do momento originário, pelo menos em relação à versão judeo-cristã expressa na Bíblia: o homem não perdeu o paraíso por ter "pecado" contra Deus; ele teria se rebelado contra o "déspota" (mortal e culpável) e o teria assassinado. S.Freud teria então revivido o sentido mais antigo e profundo da morte de Deus, e da origem dos fenômenos religiosos, dando-lhe uma expressão científica. Talvez por esta razão, ou seja, pelo valor simbólico (para ele no seu processo de auto-análise, e para a sociedade judeo-cristã em geral) associado ao assassinato do Pai primordial, ele tenha negado toda modificação a TT.

O valor simbólico contido na imagem do pai morto é que explicaria a insistência de S.Freud em manter suas idéias, apesar de todas as suas fragilidades, segundo J.Lacan (1971:21): "*Si l'on considère (...) la préférence que Freud a gardée por son Totem et Tabou, et le refus obstiné qu'il a opposé à toute relativisation du meurtre du*

père considérée comme drame inaugurale de l'humanité, on conçoit que ce qu'il maintien par là, c'est la primordialité de ce signifiant que représente la paternité au-delà des attributs qu'elle agglutine et dont le lien de la génération n'est qu'une part. Cette portée de signifiant apparaît sans équivoque dans l'affirmation ainsi produite que le vrai père, le père symbolique, est le père mort."

A "primordialidade da paternidade" de que nos fala J.Lacan, seria então dedutível da *imobilidade* de TT. Enquanto significante, a paternidade teria uma existência para além dos seus atributos, o que equivale a ser *exterior*. Esta exterioridade do simbólico em relação ao homem seria, para J.Lacan a própria definição de inconsciente (DADOUN, 1972:20).

Para compreender-se melhor a "recusa obstinada" de S.Freud, deve-se lembrar da explicação dada por Gérard Mendel. Para G.Mendel, em *La Révolte contre le père* (1968), na época em que TT foi escrito, a principal preocupação de S.Freud era ainda a de assegurar a posição central do "complexo de Édipo" na sua teoria, e o último ensaio de TT teria como objetivo a demonstração de que este complexo seria a raiz de toda realidade social. Isso equivaleria a dizer que a negação do valor científico da narrativa da "horda primitiva" implicaria na desestruturação da emergente teoria psicanalítica. Aliás, o próprio texto da narrativa da "horda primitiva" começa pelo *tempo narrativo por excelência que é o mais-que-perfeito*, como nota C.Backès-Clément (1977:358): *a origem aparece recuada para além de si mesma, indefinidamente*.

Cabe ainda lembrar aqui que E.Jones, respondendo a S.Freud, sobre TT afirma a origem subjetiva desta obra, talvez uma experiência imaginativa vivida por seu autor (DADOUN, 1972:18-19). O assassinato do pai seria então uma expressão de um processo inconsciente do próprio S.Freud, entendendo-se assim a "imobilidade" a que foi condenada TT.

Assim, os primórdios da antropologia psicanalítica representam, para a antropologia, um discurso fixo, que não se relativiza nem incorpora as precisões dos dados de campo. C.Lévi-Strauss, na sua clássica *Anthropologie Structurale*, considerou a psicanálise e, em particular, o Complexo de Édipo como uma entre outras "variantes" do mito de Édipo, ou seja, uma criação cultural sobre um fenômeno a ser explicado. Aliás, mais recentemente, ele apresentou uma visão ainda mais radical, em *La Potière jalouse*: a psicanálise seria uma espécie de *redescoberta* de categorias e processos explicitamente descritos e caracterizados na própria mitologia.

Finalmente, sem discutir aqui a importância das descobertas e modelos da psicanálise, diremos que, para o antropólogo, a generalização do Complexo de Édipo, ou a "edipização", a que se referem G.Deleuze e F.Guattari (1972), aparece como uma redução dos sentidos veiculados pela cultura. O problema enunciado deste modo refere-se as críticas dirigidas a aplicação inicial da psicanálise, porém, a situação atual é um pouco diferente. De fato, o conceito de inconsciente e de Complexo de Édipo receberam formulações mais amplas dentro do campo psicanalítico e absorveram as contribuições de dados etnográficos, como nos trabalhos de G.Róheim (1967) e de G.Devereux (1977), ampliando o seu potencial explicativo e tornando-se um referencial teórico para os estudos antropológicos.

NOTAS

1. Estas reflexões sobre TT foram utilizadas posteriormente na nossa tese de doutoramento intitulada *Aldeias de Jovens: do mundo do parentesco ao universo da política. Uma abordagem sócio-antropológica dos conflitos entre grupos etários em sociedades banto-salantes*, defendida na USP em 1994.
2. Referimo-nos fundamentalmente a aproximação ente a atitude ambivalente face ao pai e ao animal totêmico que discutimos no desenvolvimento do nosso texto.
3. A expressão *ototeman*, oriunda da família linguística *algonkian* (Canadá e E.U.A.), tornou-se um conceito teórico na antropologia no último quartel do século XIX, embora seu uso corrente possa ser datado de aproximadamente cem anos antes. O sentido da expressão parece ser "ele é da minha parentela", o que em se referindo a um animal postularia, por assim dizer, a continuidade entre o grupo social humano e o animal, ou nos termos de Lévi-Strauss: natureza e cultura, conforme discutimos *infra*.
4. Trata-se de um amplo trabalho, ainda em desenvolvimento, coordenado pela pela Sra. Roumequère-Eberhardt (CNRS - França), do qual tivemos ocasião de participar entre 1983 e 1985.

BIBLIOGRAFIA

- ANZIEU, D. Extrait de L'Autanalyse de Freud. *L'Œdipe: Un Complexe Universel*. Paris, Éditions Sand, 1985, pp.30-40
- BACKES-CLEMENT, C. "Antropologia e psicanálise". IN: COPANS, J. et alii *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?*. Lisboa, Edições 70, 1977.
- DADOUN, R. *Géza Róheim et l'essor de l'anthropologie psychanalytique*. Paris, Payot, 1972.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Capitalisme et schizophrénie. L'Anti Œdipe*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1972.
- DEVEREUX, G. *Essais d'ethnopsychiatrie générale*. Paris, Gallimard, 1977.
- FREEMAN, D. "Totem et tabou: une nouvelle évaluation". IN: MUSNTERBERGER, W. (ed.) *L'Anthropologie psychanalytique depuis Totem et tabou*. Paris, Payot, 1976.
- FREUD, S. *Totem et Tabou. Interprétation par la psychanalyse de la vie sociale des peuples primitifs*. Paris, Payot, 1975, 186p (Petite Bibliothèque Payot, 77).
- HARTMANN, H., KRIS, E. & LOEWENSTEIN, R.M. IN: MUSNTERBERGER, W. (ed.) *L'Anthropologie psychanalytique depuis Totem et tabou*. Paris, Payot, 1976.
- JUNG, C.G. *Memórias, sonhos e reflexões*. Rio de Janeiro, 1987.
- L'ŒDIPÉ: UN COMPLEXE UNIVERSEL*. Paris, Éditions Sand, 1985.
- LACAN, Jacques. *Écrits II*. Paris, Éditions du Seuil, 1971.
- MARCUSE, H. *La Tendance cachée de la psychanalyse. Eros et civilisation*. Paris, Les éditions de Minuit, 1963.
- MENDEL, G. *La Révolte contre le père. Une introduction à la sociopsychanalyse*. Paris, Payot, 1968.
- MEZAN, R. *Freud: um pensador da cultura*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- POIRIER, Jean. *História da Etnologia*. São Paulo, Editora Cultrix, Edusp, 1981.
- RÓHEIM, G. *Psychanalyse et anthropologie. Culture-Personalité-Inconscient*. Paris, Gallimard, 1967.

VERNANT, Jean-Pierre & VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*.
São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

Acerca do Trabalho de uma Agente Pastoral entre e sobre os Índios na Paraíba.

Luciano Mariz Maia*
Frans Moonen**

"Resistência Indígena Potiguara: o caso de Jacaré de São Domingos" é o título da dissertação apresentada, em abril de 1994, no Curso de Mestrado em Serviço Social da UFPB/ Campus I de João Pessoa, pela agente pastoral Maria da Salette Horácio da Silva. A dissertação foi aprovada com distinção pela banca examinadora, composta sem nenhum especialista em assuntos indígenas de outra universidade ou da UFPB.

A dissertação não é - e está longe de ser - uma monografia *antropológica*, pois pouco revela sobre os Potiguara, fazendo-o mais sobre a autora, que se apresenta como agente pastoral que iniciou seu trabalho de "assessoria" entre estes índios no final de década de 70.

Em primeiro lugar, fica evidente a ausência de qualquer análise ou abordagem *antropológica*. Da bibliografia consultada, percebe-se omissão de todos os estudos antropológicos sobre os Potiguara, como a dissertação de Paulo Marcos Amorim (1970/71), uma dezena de ensaios de Frans Moonen (1973-1992), todos tratando dos Potiguara de São Miguel de Baía da Traição, e os pareceres técnicos sobre os Potiguara de Jacaré de São Domingos, elaborados pelas antropólogas Vânia Rocha Souza (1988) e Patrícia de Mendonça Rodrigues (1992), da Funai.

A autora retira dos leitores o conhecimento da existência do livro *Etnohistória dos índios Potiguara*, organizado pelos autores desta resenha e publicado em 1992 pela Procuradoria da República na Paraíba e pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba. Este livro, de 410 páginas, publica, além de dois ensaios de F. Moonen, 114 documentos sobre a história potiguara no Século XX, que foram selecionados entre os vários milhares de documentos, existentes na Procuradoria, sobre estes índios. O livro informa, ainda, que todos os documentos originais - ou reproduções fiéis - se encontram à disposição dos interessados, naquele órgão. Não há como a autora negar ter tido conhecimento deste livro, que foi publicado especialmente *para* os índios, "para assegurar aos Potiguara o direito à informação e para instrumentalizá-los na defesa dos seus direitos" (1992:9), e do qual 250 exemplares foram distribuídos nas aldeias potiguara, inclusive em Jacaré de São Domingos. Os documentos 110 a 114 (páginas 373-402), por sinal, tratam especificamente desta aldeia, e há referência aos índios de Monte-mór/Jacaré de São Domingos em muitos outros. Este livro, que torna os Potiguara o povo indígena melhor documentado no Brasil, e os outros milhares de documentos à disposição de qual-

* Professor da UFPB; Procurador da República na Paraíba.

** Professor da UFPB; Doutor em Antropologia pela Universidade de Nijmegen/Holanda.

quer estudioso, na Procuradoria da República na Paraíba, não parecem ter sido consultados pela autora.

O resultado desta atitude algo a-científica é uma dissertação com omissões e equívocos, que resultam por alterar a verdadeira história potiguara. Não cabe aqui e agora citar e corrigir as incompletudes da dissertação, mas alguns aspectos exemplares serão referidos.

Logo na primeira página, a autora afirma que: "Pela última demarcação do espaço-solo (Terra) dos Potiguara, incluiu uma área de 5.032 ha, perímetro específico dos índios de Jacaré de São Domingos, com uma área total de 21.230 ha". A autora provavelmente pretendeu informar que a Terra Indígena Potiguara, demarcada em 1983/84 (o Decreto é de 1983; a demarcação foi realizada em 1984), tem atualmente uma área de 21.230 hectares, sendo que, em 1992, foi demarcada uma outra área, de 5.032 hectares, da recém-identificada Terra Indígena Jacaré de São Domingos, vizinha da primeira.

Na página seguinte, a autora mostra-se pouco familiarizada com a terminologia científica básica ao citar o número de famílias (e não de pessoas!) existentes nas aldeias da T.I. Potiguara e da T.I. Jacaré de São Domingos, sem explicar como obteve estas informações. Em Jacaré existiriam 60 famílias, residindo em 60 casas, revelando confusão entre os conceitos de casa e família. Bastaria uma consulta à relação nominal dos habitantes destas casas, elaborada pela Funai em 1988, para que se soubesse que a quase totalidade dos habitantes pertence a apenas quatro famílias (Barbosa, Santos, Silva e Cruz), e que pelo menos 9 destas casas eram ocupadas não por famílias, mas por solteiros e viúvos, sendo que em 3 casas residiam dois casais, ou seja, duas famílias nucleares.

O título da dissertação afirma tratar-se de um trabalho sobre os índios da T.I. Jacaré de São Domingos. Ainda assim, a autora mistura indiscriminadamente dados e fatos sobre ambas as áreas indígenas (T.I. Potiguara e T.I. Jacaré), pelo que fica quase impossível ao leitor não familiarizado com a problemática potiguara saber sobre qual área se está falando. Na página 3, por exemplo, a autora se refere à existência de dois caciques "eleitos por aclamação". Qualquer morador indígena ou não-indígena da área poderia informar que existem (1) o cacique H.S.S., inicialmente apontado pela Funai, (2) e o cacique J.B.F., da T.I. Potiguara, embora atualmente com menor atuação, e (3) o cacique D.B.S., da T.I. Jacaré de São Domingos. A autora não informa como e quando os dois últimos foram *aclamados* entre os índios do convívio dos agentes pastorais. Além destes três, existe ainda um outro auto-proclamado "cacique", mas sem idênticas funções de liderança. Como a própria autora informa: "... a cooptação é uma forma de invasão no grupo". Se esta invasão é territorial, por grupos econômicos, ou uma invasão na vida social e cultural dos índios, como costuma, em todo o Brasil, ser feita pela Funai e pelos grupos religiosos - comprovadamente foi feito no passado, e recentemente em menor escala, pelos agentes pastorais na Paraíba - , tudo podendo conduzir ao que os antropólogos costumam classificar como etnocídio.

O relato da autora sobre a história da Sesmaria de Monte-mór no Século XIX, à qual dedica apenas umas poucas linhas, e em parte com informações erradas, merece abordagem específica. Pela leitura da dissertação, não há como se chegar ao conhecimento do que realmente ocorreu. Os documentos em poder da PRPB, e em parte citados por Baumann e Moonen, atestam que os limites da sesmaria de Monte-

mór foram realmente delimitados pelo engenheiro Justa Araújo em 1866. Logo em seguida ele demarcou, dentro destes limites, mais de duas centenas de lotes, que em 1867 foram parcialmente distribuídos entre 165 índios (todos citados nominalmente). 75 lotes (ou "posses") deixaram de ser distribuídos porque os índios a serem contemplados tiveram medo de comparecer. Depois disto, a sesmária foi oficialmente dada como extinta, mas, como já em 1989 informou F. Moonen: "embora oficialmente extinto em 1868, pelo menos uma parte dos habitantes de Monte-mór conservou a sua identidade indígena e talvez até a propriedade coletiva de parte das terras", o que comprovou com documentos do início do Século XX, omitidos na dissertação. É provável que justamente tenham sido estes os índios que em 1992 tiveram reconhecido o direito à posse de parte das antigas terras da sesmária de Monte-mór. Há registro histórico de que a resistência dos índios de Monte-mór contra o loteamento de sua sesmária se deu *pela desconsideração de sua importância*, e quando pressionados individualmente a vender seus títulos de posse e propriedade, pela concentração comunitária, em novas aglomerações distantes e distintas da Vila de Monte-mór. As terras da antiga sesmária de São Miguel - hoje T.I. Potiguara - tiveram apenas seu perímetro delimitado em 1867 e não chegaram a ser loteadas. A demarcação só ocorreu em 1983/84, com redução da área original.

Para Moonen, conforme denúncias publicadas em 1989, a área potiguara seria uma espécie de "paróquia", uma espécie de propriedade particular, na qual os agentes pastorais não toleravam a presença de outros aliados dos índios. Quer parecer que a autora confirma tal tipo de denúncia, quando, na página 53 de sua dissertação, informa que a partir de 1991/92, quando órgãos federais e estaduais, como a UFPB e a FAC (há total omissão de referência à PR/PB) também passaram a agir em defesa dos índios, "duas pessoas ligadas à Comissão Pastoral da Terra" (entre as quais ela própria) "afastaram-se alegando que era nova a situação e não podiam aceitar se juntar com os órgãos governamentais". Ou seja, quando os órgãos públicos mais precisavam dos conhecimentos e da colaboração dos agentes pastorais, estes se abstiveram de dar a sua contribuição.

Quanto à questão territorial da T.I. Jacaré de São Domingos, a autora dá a entender que, após 1992, a luta tinha sido vitoriosa, ficando os índios definitivamente com a posse da área, pois na pág. 8 se refere à "luta pela demarcação encerrada em 1992". A realidade é bem diferente. Após 1992, a luta continuou, e com intensidade muito maior do que antes. Em 1993, a Agropastoril Rio Vermelho impetrou Mandado de Segurança contra a demarcação, cabendo ao Ministério Público Federal, em Brasília, a defesa dos índios, perante o Superior Tribunal de Justiça. Ainda no mesmo ano a Rio Vermelho ingressou com Ação de Declaração de Nulidade da Demarcação, cumulada com reivindicação de Domínio contra a União Federal e a Funai, processo este que está em tramitação perante a 2a. Vara Federal, na Paraíba, já tendo sido oferecida contestação pelo Procurador da República Luciano Mariz Maia, em defesa dos Potiguara de Jacaré de São Domingos, e Grupiuna. O processo deve entrar em fase de instrução e produção de provas. É possível que seja solicitada uma perícia antropológica, que exigirá novas pesquisas de campo, a serem realizadas por antropólogo a ser nomeado pela Justiça, acompanhada de assistentes técnicos apresentados pelos autores e pela Funai e Ministério Público. É provável que o antropólogo F. Moonen, em razão dos seus estudos e conhecimentos, seja o nome-

ado. Mas, se não o for, sua experiência deverá ser utilizada pelo Ministério Público, que o apontará como Assistente Técnico.

As observações acima formuladas explicam porque os autores desta resenha, embora docentes da UFPB, autores de publicações sobre assuntos indígenas - especialmente o grupo investigado -, e empenhados na defesa dos seus direitos, lamentam sequer terem sido avisados do local e data da apresentação e defesa da dissertação. E confiam que, tanto pelos métodos quanto pelos procedimentos, tais vícios não se renovem, no seio da UFPB.

Resposta à Luciano Mariz Maia e Frans Josef Maria Moonen

*Maria Otília Telles Storni**

Ainda perplexa com o conteúdo do documento "Resistência Indígena Potiguará: Acerca do Trabalho de Uma Agente Pastoral Entre e Sobre Índios na Paraíba", venho por meio deste, apresentar algumas respostas e levantar questionamentos; antes, porém, quero louvar o espaço que se tem nesta Revista para tão ricos debates pois, os esclarecimentos de dúvidas e polêmicas científicas são a alma do mundo acadêmico, que honramos pertencer.

Primeiramente quero informar aos leitores que o documento acima referido foi entregue aos antropólogos do Departamento de Ciências Sociais, bem como ao professor responsável por esta Revista, num envelope onde constava como remetente: Procuradoria da Justiça (!) Tal documento encontrava-se com os nomes dos autores principais logo abaixo do título, porém, sem assinaturas no final. A falta das mesmas no final do texto deixa aos destinatários uma lacuna estranha, podendo dar a impressão de ser apócrifo, o que à luz de uma análise jurídica poderia invalidar ou resguardar a(s) autoria(s) do mesmo. Mas, esse é um pequeno detalhe para o contexto acadêmico deste debate.

Com relação à divulgação da data e local da defesa da dissertação de Maria da Salete Horácio da Silva, concordo plenamente com os autores do documento, pois, a mesma foi de caráter público e, outros cientistas ligados ao tema tornariam o evento mais abrilhantado com suas ilustres presenças. Ocorreu porém, que a mesma se deu naquela semana em que a UFPB suspendeu o movimento paredista dos docentes embora os funcionários ainda estivessem em greve. Ora, os cartazes da divulgação deveriam ser confeccionados por funcionários; mas, mal conseguimos contactar com a coordenadora do Mestrado em Serviço Social (19/04/94) para que providenciasse as chaves para abrir as salas e comparecer como elaboradora da ata da defesa.

Não havia possibilidade de adiar pois um dos membros da banca examinadora havia entrado de licença especial e deveria viajar sem data prevista para volta, o que poderia causar riscos de prazo de defesa que estava se esgotando. Lamentavelmente não foram colocados avisos no mural do MSS, porém mesmo que tivessem sido afixados, ninguém os teria lido porque a ala dos mestrados do CCHLA encontrava-se trancada durante todo o tempo da greve, com exceção das horas em que a defesa transcorreu. Lá estiveram presentes inúmeros convidados de "boca-à-boca" tais como os professores do M.S.S., alunos de pós-graduação, professores de outros Centros da UFPB e colegas da autora da dissertação. Foi, enfim, uma limitação circunstancial externa.

É muito louvável que os autores busquem análises antropológicas nos trabalhos acadêmicos da UFPB. A Antropologia é uma ciência nobre e precisa de mais divulgação. No entanto, na dissertação de Maria da Salete H. da Silva, não se encontra nenhuma menção ou pretensão de fazer uma monografia antropológica.

* Professora Orientadora da Dissertação de Maria da Salete H. da Silva.

Antes, trata-se de uma dissertação do Mestrado de Serviço Social na área de Política Social que, no caso, refere-se aos índios como minoria e suas relações com um segmento do Estado-FUNAI, para ser mais precisa. Tal cobrança só faria sentido se a autora em questão tivesse tido a pretensão de se auto-nomear como Mestre em Antropologia, o que concretamente não ocorreu. Para maiores comprovações sugere-se verificar a página de rosto da referida dissertação.

Eu, abaixo assinada, professora Maria Otília Telles Storni, sou sim, antropóloga formada (Mestre) pela Universidade de Brasília, no Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social. De fato, ainda não tenho trabalhos publicados sobre índios, porém, tive uma rica experiência com esta minoria em minha vida acadêmica: em 1974, por indicação do meu então professor, o ilustre Dr. Roberto Cardoso de Oliveira, fiz um levantamento sócio-econômico no Posto Indígena de Dourados (atual Mato Grosso do Sul) com os grupos Kaiwá, Guaraní e Terêna.

Hoje, tenho uma pesquisa em andamento, com os índios Fulni-ô (PE), a qual pretendo, na semana vindoura, apresentar os primeiros resultados da mesma, intitulada "Esta Terra é Minha: FULNI-ÔS e POTIGUARAS", na 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - S.B.P.C. Neste mesmo evento, o meu orientador, Romerio H. Z. Nascimento teve o seu trabalho de Iniciação Científica aceito sob o título: "Orgulho Fulni-ô: Civilizar para continuar Índio". Também fui indicada para presidir a Sessão de Antropologia e Arqueologia desta mesma Reunião e, talvez não seja demais informar ainda, que tenho outra orientanda formal, Leontina Ferreira, a qual teve seu projeto de dissertação aprovado (Menção A) no Mestrado de Ciências Sociais/UFPB. Neste momento encontra-se desenvolvendo sua pesquisa de campo com os Xerente no estado de Tocantins. É uma experiência direta com quatro grupos indígenas, mais a vivência indireta (por orientação) com mais dois grupos, espalhados em diversos pontos do território nacional.

A minha especialização temática tem sido a questão da Identidade Étnica e Terra, com negros (objeto da minha dissertação de mestrado), experiência esta que me habilitou teoricamente para a orientação de Maria da Salete H. da Silva. Mas acima das minhas vivências e currículo (além de trabalhos publicados, inclusive no exterior), vale ressaltar que, no mundo acadêmico há inúmeros trabalhos com e sobre índios que não são necessariamente antropológicos e, parece-me que tal não acarreta nenhum prejuízo técnico-científico à ninguém, antes pelo contrário. Seus autores, se devidamente titulados, podem perfeitamente redigir pareceres, dar assessorias, fazer perícia, prestar assistências técnicas, etc.

Na segunda página do documento em questão, os autores mencionam um trecho da dissertação, na página 1 da mesma que, deslocado do seu contexto de redação, pode dar uma idéia diferente daquela que a autora quis transmitir.

Os autores do documento afirmam: O resultado desta atitude algo a-científica é uma dissertação com omissões e equívocos, que resultam por alterar a verdadeira história potiguara. Não cabe aqui e agora citar e corrigir as incompletudes da dissertação, mas alguns aspectos exemplares serão referidos.

Logo na primeira página, a autora afirma que: "*Pela última demarcação do espaço-solo (Terra) dos Potiguara, incluiu uma área de 5.032 ha, perímetro específico dos índios de Jacaré de São Domingos, com uma área total de 21.230 ha'. A autora provavelmente pretendeu informar que a Terra Indígena Potiguara,*

demarcada em 1983/84 (o Decreto é de 1983; a demarcação foi realizada em 1984), tem atualmente uma área de 21.230 hectares, sendo que, em 1992, foi demarcada uma outra área, de 5.032 hectares, da recém-identificada Terra Indígena Jacaré de São Domingos, vizinhas da primeira."

No trecho abaixo, que contém o parágrafo inteiro da p. 1 onde se localiza a frase acima mencionada pelo documento, percebe-se que a autora tem por objetivo analisar a demarcação do território de Jacaré de São Domingos (que tem 5.032,2341 ha), o qual foi incluído na terra dos Potiguara, cujo total é de 21.230 ha.

"A ampla e profunda discussão sobre as questões das minorias étnicas no Brasil vem ganhando espaço a partir de suas organizações e reivindicações. Os sujeitos em estudo - a Aldeia de Jacaré de São Domingos, vem passando por um processo de usurpação de seu espaço-solo a partir do século XVI, agravando-se nos anos 80, do século XX. Pela última demarcação do espaço-solo (Terra) nos Potiguaras, inclui uma área de 5.032,2431 ha (cinco mil e trinta e dois hectares, vinte e quatro ares e trinta e um centiares) (FUNAI, 1993), perímetro específico dos índios de Jacaré de São Domingos, com uma área total de 21.230 ha. A luta por essa demarcação é também parte do objeto deste trabalho."

Teria sido bem vinda a sugestão de uma redação mais clara, porém tal não se configura como "algo a-científica" pois, vê-se que no geral, é a aldeia de Jacaré e sua demarcação que são os alvos da dissertação.

Quanto à questão de número de famílias e não de pessoas, primeiramente não há confusão de terminologia pois a autora afirma na p. 2: "As famílias de Jacaré distribuem-se às margens do referido rio num aldeamento com 60 moradias de taipa, sem saneamento básico, com dois ou três cômodos (sala, quarto, cozinha), com rede elétrica, um Posto de Saúde, uma Capela e uma Escola de 1º Grau". Ou seja, não foi afirmado que as 60 famílias residem cada uma, nas 60 casas. Há aqui uma coincidência de números mas não uma afirmação tipo uma-família-por-casa. Ver p. 2 da dissertação.

No transcórper da dissertação, a autora afirma repetidamente que está tratando do caso específico de Jacaré de São Domingos. Por esta razão, tornaria-se até tedioso para o leitor, se, no parágrafo da organização social desses índios, ela se referir novamente aos caciques de Jacaré. Ela afirma que há dois caciques, eleitos por aclamação, e considerou essas informações como suficientes. Quando se tratou dos Potiguaras como um todo (incluindo os da Baía da Traição), a autora fez os destaques necessários. A idéia de colocar nomes, quem é quem, de que aldeia, etc., seria necessária se o trabalho abrangesse os Potiguara indiscriminadamente, o que não foi o caso. Mas, o fato de não atender a forma de elaboração de outros cientistas, não depõe contra a qualidade da dissertação. Só não se entende porque a questão da aclamação dos caciques, citada na p. 2 foi colocada junto de uma frase da autora da p. 61: "... a cooptação é uma forma de invasão no grupo". Alerta-se aqui para o risco de se tomar trechos distantes e distintos, colocando-os juntos "dando a entender" idéias e afirmações outras, que a autora não cogitou. Isto pode resultar em manipulação do texto. O que ou onde se quis chegar?

Quanto à bibliografia citada, qualquer leitor que se disponha a examinar o item Fontes e Bibliografia, poderá verificar que não houve omissão de todos os estudos antropológicos sobre os Potiguara. Aliás, aqui vai mais um alerta sobre a referência de alguma "lacuna" de trabalho acadêmico sem sua devida comprovação do tipo: quantos livros, periódicos, historiadores, etc. Mas, voltando à questão das Fontes, num rápido exame, há pelo menos dezoito títulos de Antropologia entre livros,

documentos, sem falar dos jornais, revistas e periódicos da época, que trataram do tema da dissertação, além dos compêndios de História local, de onde foram tirados os dados essenciais deste trabalho. É, enfim, difícil fazer referências só aos livros e textos que não foram citados sem enumerar os que constam.

Curiosamente, a maior parte das obras que "faltaram" nas Fontes da dissertação são de um dos autores do documento em questão. Seria essa a causa da crítica? Mas, vale ressaltar que só foram incluídos nas Fontes..., os artigos e obras que foram efetivamente citados no decorrer do texto. Tratou-se portanto de uma bibliografia citada e não de pesquisa. Esta é uma questão de opção de um autor, de vez que a inclusão de todo o levantamento bibliográfico nunca foi obrigatória em nenhuma instituição de Pós-Graduação. A não ser, é claro, que falte algum dado ou informação essencial para as conclusões do trabalho, que, eventualmente estivesse contido em obra não consultada.

E, em termos de dados históricos, a delimitação das terras Potiguaras, do Engenheiro Justa Araújo de 1966, referida na segunda página do documento questionador, é a mesma da dissertação de Maria da Salete H. da Silva (páginas 19, 20, 21 e outras). Até porque a fonte histórica desta autora é a mesma daquela consultada pelo autor de *Etnohistória dos Índios Potiguaras*. Se as informações são as mesmas e os dados coincidem, qual é o problema? A autora da dissertação fez referência a Baumann (1981), Serafim (1957), Albuquerque (1984) e outros que evidenciaram limites e invasores os quais interessaram à autora da dissertação. Tais dados não foram questionados e nem poderiam, por sua precisão. O autor acima (*Etnohistória.....*) não foi citado porque seu recorte não era do interesse da autora; isto não desmerece nem um nem outro autor, se os dados forem coincidentes e precisos. Mas as referidas "lacunas" "dão a entender" que houve prejuízo nos resultados do trabalho.

Em nenhum momento a autora afirma que a luta dos Potiguaras de Jacaré de São Domingos havia sido vitoriosa. O "dar a entender" colocado no documento dos autores (expressão, no mínimo imprecisa), realmente dá a entender uma interpretação do texto de Maria da Salete a qual não pretendeu em momento nenhum, antes pelo contrário. O que ocorreu é que a autora precisava dar um "recorte" no objeto da pesquisa e, o fez, inclusive sob minha orientação. Para tanto, considerou-se que a demarcação concretizada e homologada seria o limite acadêmico de seu trabalho. Os autores do documento tomaram as afirmações da página 8 da dissertação, que se referiam à síntese da mesma.

No entanto, na página 48 da dissertação (cap. III) Maria da Salete afirma: "O decreto de 1/10/93 homologou a demarcação administrativa da área indígena de Jacaré de São Domingos. No mesmo mês o Grupo Empresarial Agro Pastoril Rio Vermelho entrou com uma ação judicial de manutenção de posse" (grifos meus).

Como se vê, a autora não coloca em nenhum momento, que a luta dos Potiguaras de Jacaré de São Domingos por seu território, havia se encerrado em 92. Mas a demarcação sim, pois foi homologada neste ano. O problema de se tomar trechos do texto fora de seu conteúdo global, é que dá margens a interpretações-manipulações errôneas. Neste caso em questão, foi fácil comprovar os questionamentos levantados. Porém a manipulação das palavras "equívocos", "a-científico" e "incompletudes", através de trechos de uma dissertação, tomados de forma esparsa e sem os

respectivos contextos de redação, pode ser nefasta. Não se sabe quais seriam as intenções deste tipo de "metodologia" de análise de texto.

É consenso no mundo acadêmico que, nenhum trabalho seja perfeito ou possa esgotar um universo de pesquisa. Por isto, sugere-se que em caso de questionamentos, se faça resenhas falando dos trabalhos como um todo, em suas seqüências construídas, no mínimo, e não através de apenas alguns trechos considerados discutíveis ou falhos. Por estas e outras razões, agradecemos aos autores, a honra do destaque feito ao trabalho de Maria da Salette, e as críticas elaboradas sobre filigranas desta pesquisa, ao mesmo tempo em que se nota a ausência de qualquer questionamento à globalidade do trabalho. Isto denota uma leitura primorosa e acurada e, espero, ter respondido às mesmas a contento. São instrumentos desta natureza que acabam por suscitar maiores curiosidades e interesses de quem quer que seja, para ler e consultar a referida dissertação, para o que, está à disposição no Mestrado de Serviço Social.

BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder: Conflitos Sociais no Sertão*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

Este livro busca entender o processo de mudança nas relações políticas no Sertão, privilegiando a análise do cotidiano das relações sociais entre proprietários e camponeses. Estuda o espaço de contestação ou resistência camponesa, à luz das transformações gestadas pela penetração do capitalismo no campo brasileiro, a partir dos anos setenta.

Essas transformações vizibilizam-se no processo de expulsão dos camponeses das fazendas, aliado ao processo de pecuarização. Para Barreira, este processo representa a adequação das relações sociais entre proprietários e camponeses, baseados no trato e caráter pessoal desta relação.

O fim do caráter pessoal em que tradicionalmente se revestia o modo de dominação e a estrutura de poder, pelo caráter impessoal das relações capitalistas, quebram o código cultural, desorganizando valores, até então considerados "naturais", e essa adequação, que se apresenta em quebra dos "códigos" do sertão desajusta as relações sociais de dominação e atingem proprietários e camponeses. A formalização de novos códigos culturais de dominação, mais adequados à lógica capitalista dá visibilidade, então, aos conflitos inerentes os ajustes do modo de dominação vigente.

A resistência camponesa a tal processo não é nova, não é produto dessas novas relações de dominação. O livro discute, assim, a política de ação cotidiana dos trabalhadores, afastando-se de dicotomias que ajudam a naturalização dos códigos de sujeição da dominação tradicional, e que classificavam como pré-políticas as resistências cotidianas e as utopias camponesas. Afirma, nesse sentido, que o campesinato sempre resistiu à sujeição imposta pelos proprietários.

Mostra, porém, que essa resistência por estar submersa no pessoal da relação que envolvia esses proprietários e camponeses, na maior parte das vezes se perdia no interior de um espaço privado, mediatizada pela estrutura de favor e lealdade, invisibilizando, assim, a luta comum conta a sujeição, o que possibilitava torná-la "natural", na medida que se buscava personalizá-la enquanto espaço individual de ação. O que caracterizava as lutas e resistências cotidianas como atos de insubordinação pessoal, e nesse sentido,

transfigurá-las enquanto (des)lealdade, de quebra de honra ou de compromisso, desloçando o seu lado político de ação e naturalizando-as enquanto banditismo ou ações messiânicas.

Ao afirmar a política na ação dos camponeses no cotidiano das relações de dominação tradicional, Barreira amplia o significado de sujeito da história, imputando às ações humanas o construir societário. Afirma, por outro lado, que a adequação às práticas exigidas pela expansão e redefinições do capitalismo no campo, ampliou o espaço público de resistência camponesa e, nesse sentido, proporcionou a quebra do naturalismo com que se revestia o espaço e os modos de dominação no sertão, subvertendo a própria lógica dessa dominação pela emergência dos atores (camponeses e proprietários) ao cotidiano da esfera pública.

O que trás, como consequência dessa desnaturalização, o questionamento do espaço privado onde se erigia a dominação tradicional, e a presença de mediadores sociais a cada momento da relação de dominação gestada pelas novas regras em processo de adequação.

A ampliação do espaço público onde se gesta e se vive as novas práticas de dominação desestabiliza a estrutura clientelista tradicional, ao impessoalizar as ações dos atores em relação, impondo novos códigos e práticas de conduta. A resistência cotidiana dos camponeses (des)com-prometida com a lógica de favor e da lealdade tradicional, se apresenta, a partir de então, ao público, como luta por direitos, não pessoais, mas sociais, isto é, regida por códigos que ultrapassam a propriedade e o mando do proprietário.

Nesse sentido, para os próprios camponeses, o público da sua resistência, mesmo que individualmente realizada, transfigura sua ação e sua própria compreensão dessa ação, modifica o caráter de sua inserção no social pautada agora pela construção de uma identidade frente a diversidade de atores e ações políticas que pautam este social. O retiram do isolamento que possibilitava a construção "natural" de sua resistência, no interior de uma lógica de favor, e o fazem impor-se socialmente como força política visibilizando-se como atores, e tornando sua resistência em luta pela cidadania, pelo seu reconhecimento no espaço público como cidadãos, possuidores de direitos, como indivíduos que possuem uma identidade

camponesa, que os especifica enquanto atores, mas que também os igualizam com a diversidade dos atores que compõem o social, ou uma formação social específica, enquanto sujeitos políticos: portadores de projetos, de aspirações, de um *ethos* próprio, mas, e principalmente, de um espaço público de reconhecimento onde possam exercitar-se como cidadãos. Construir-se cotidianamente como cidadãos que lutam por direitos: regras de conduta que garantam sua reprodução social como indivíduos políticos plenos.

A visibilidade da resistência camponesa como luta por direitos, como luta pela cidadania, por outro lado, ao quebrar o espaço de sujeição tradicional, mesmo que motivado pelas redefinições das práticas capitalistas no campo, - e definido, inicialmente, pelos próprios códigos tradicionais que pautavam a existência da dominação vigente como o rompimento do favor e da lealdade ao proprietário pela ameaça ou efetivação de expulsão da propriedade, por exemplo -, modifica, também, o próprio conteúdo da dominação, gerando insegurança aos proprietários que passam a encarar a luta pelos direitos como deslealdade do camponês de favor. Embora busquem executar uma adequação das relações econômicas capitalistas para as suas propriedades os proprietários ainda visualizam os códigos do sertão como tradicionalmente se deram. E assimilam a resistência camponesa, também, a (des)lealdade, a quebra do compromisso tradicional.

Passam a temer o novo homem que emerge naquele que luta por direitos, a não reconhecer nele o camponês "de favor" e sentem "saudades" e idealizam o passado da sujeição que não mais é, ou pelo menos que reconstrói os códigos da conduta camponesa. Ao idealizarem o passado como momento perfeito de dominação, buscam assegurá-lo pelo uso indiscriminado da violência, pelo respeito à força bruta.

O que não deixa de ser, também, comum, ou natural ao sistema de dominação tradicional rompido e em adequação às novas práticas capitalistas, porém, diferente do modo de dominação tradicional, onde a violência aparecia mesclada ao favor, à uma política de compadrio que gestava e dava segurança a ambas as partes (proprietários e camponeses), agora, ela, a violência, aparece em sua forma mais pura, onde o uso da força passa a ser o controle possível, indiscriminado e ameaçador.

No quadro atual da violência permanente e contínua como forma de sujeição camponesa na idealização do passado do coronel, em bases econômicas redefinidas pela expansão capitalista no campo, se modifica, também, o próprio caráter e personalidade do executor direto da ação violenta: deixa de ser o jagunço e passa a ser o pistoleiro profissional. O que também personifica a mudança na estrutura de poder no sertão: o jagunço estava vinculado ao proprietário pela mediação da estrutura de favor, de proteção, e, nesse sentido era homem do coronel. O pistoleiro profissional, se ainda depende em alguma instância da proteção do proprietário, cada vez mais sua ação vem motivada, principalmente por uma boa recompensa.

O pistoleiro profissional mescla bem essa passagem das relações pessoais do sertão para relações impessoais, mais individualizadas. Clarifica os pressupostos de continuidade do sistema de dominação, baseados numa sujeição pela força bruta, mas ao mesmo tempo qualifica as rupturas nesse mesmo sistema, onde os mecanismos de controle baseados na dependência pessoal deixam de existir, ou se enfraquecem a tal ponto que a própria violência e seus executores também se individualizam, e como atores específicos se relacionam com os proprietários e se institucionalizam enquanto sindicato da morte, ganhando dimensão interestadual e às vezes nacional. Deixam de ser controlados pelo proprietário ou coronel específico e fazem parte de relações mais amplas e de redes de informações e controle de fora da estrutura de favor e de poder local.

O jogo político proporcionado pelas adequações da estrutura de poder no sertão à expansão do capitalismo no campo, modifica, assim, proprietários e camponeses como atores e identidades políticas. Modificam, inclusive, o conteúdo das lutas e estratégias camponesas, bem como do mando ou da estrutura de dominação em mãos dos proprietários.

O reconhecimento do movimento camponês da resistências camponesa pelo espaço público possibilita a ação de mediadores que ampliam o significado político das lutas e a inserem no social, - enquanto conjunto de leis que tornam possíveis a convivência de uma diversidade de *ethos* político, econômico e social, - a nível local e nacional. A onipotência dos proprietários do sertão é confrontada, assim, pela resistência do camponês e pela ação camponesa, mediatizada pela existência de um sindicato, de um arsenal jurídico e por atores

que se qualificam como próximos do camponês, como a igreja e partidos políticos.

Nessas novas configurações, a intimidade do mundo rural vem a público. E ao vir transforma a resistência privada em luta por direitos. Uma luta pela legitimidade de suas ações, pelo cumprimento da legislação agrária e pela modificação ou ampliação dos pontos obscuros ou comprometedores à sobrevivência do camponês como cidadão.

O poder então complexifica-se, não se restringe mais à figura do grande proprietário que passa, também, a movimentar-se em associações patronais contra a emergência do movimento camponês. A eleger novas formas de pressão, além da violência pura para poder expressar-se publicamente.

Os proprietários assim, também, se modernizam, e pelo menos em seus discursos públicos, já incorporam a inclusão dos direitos dos camponeses, de um espaço de contestação possível, no interior da legislação em vigor. Mesmo, quando lêem o caráter legal da ação camponesa com os olhos voltados para a manutenção dos velhos interesses.

O livro pergunta se é possível falar da construção de uma nova ordem política no sertão. Responde que sim, restringindo o alcance de sua resposta à modificação da imagem pública do camponês acomodado, submisso e passivo, pelo processo de constituição de uma identidade política na luta pela cidadania.

Ressalta enfim a percepção que o camponês tem dos limites de suas ações, ainda calcadas numa prática de dependência, de exclusão e arbítrio. O que leva a entender as modificações em curso, nas imagens e ações do campesinato, como um comportamento político possível que funciona como experiência acumulada no seu fazer-se político como cidadãos plenos.

Ao contrapor as mudanças introduzidas no sertão pelas expansões capitalista no campo aos códigos de dominação vigentes, o livro faz uma análise original da questão do poder a nível local. Embora tenha o sertão carceroso como objeto de análise torna-se um importante documento para a análise do processo de formação e consolidação da estrutura autoritária brasileira, e da confecção de um ser cidadão no Brasil. Cidadania invertida baseada no arbítrio e na exclusão sistemática das populações pobres urbanas e rurais do país.

- Mauro Guilherme Pinheiro Koury -
Coordenador e Professor do Mestrado
em

Ciências Sociais da UFPA.

* * *

ARLACCHI, Pino. *La Mafia Imprenditrice, la etica protestante e lo spirito del Capitalismo*. B. Milano, Bologna, 1983.

A 23 de maio de 1992, o juiz Giovanni Falcone, desencadeador da operação "mãos limpas" no eixo Sicília-Itália e "inimigo número um da Cosa Nostra" (Padovani e Falcone, 1993) foi morto pela Máfia num dos vários atentados à sua pessoa. Com a morte, chamou mais a atenção do mundo para a sua causa do que numa vida de atuação pública e em onze anos de trabalho sistemático junto aos "arrendados" (mafiosos confessus).

Este acontecimento, junto com os desdobramentos da vasculha nas ações secretas das esferas políticas daquele país têm relembrado uma forma social que se havia desgastado e caído no âmbito dos estereótipos. Com novo vigor, a sociologia do direito, a política e os meios de comunicação se ocupam da Máfia, inclusive em novos esforços teóricos, classifica-tórios e de compreensão do fenômeno mafioso.

Concomitantemente, em vários países, a formação de quadrilhas no âmbito governamental, os pactos com as empreiteiras, o suborno, a lavagem do dinheiro ilícito, o estelionato, os crimes "de honra" e muitos outros mais são detectados, denunciados e averiguados, dando visibilidade às altas esferas do poder, aos seus segredos e às suas prerrogativas. É essa historicidade dos processos de burocratização de atividades ilícitas, do "segredo de estado" (por sua vez respaldado em imunidades parlamentares e governamentais indevidamente entendidas e utilizadas) que traz à atualidade trabalhos como o livro ora resenhado, "La Mafia Imprenditrice" (A Máfia Empresarial).

No âmbito sociológico já se vinham desenvolvendo importantes estudos sobre o comportamento mafioso (Hobbsbawn, 1966; Hess, 1973; Blok, 1974), sobre um "tipo de sociedade" (Arlacchi, 1980, 1987 e 1990; Mosca, 1980; Muti, 1987; Pallida, 1987), sobre a Máfia como uma "cultura" (Lombardi-Satriani, 1989), ou como "uma sociedade secreta" (Mackenzie, 1973; Amari, 1973; Fava, 1990). A maior parte desses estudos se insere numa tradição weberiana, sobretudo no que diz respeito aos "tipos ideais" às teorias da ação social e às questões do poder, da burocracia e mesmo do direito, indo buscar na sociologia de Georg Simmel os termos com que analisam o

fenômeno do segredo. Tome-se aqui segredo como a tensão entre a ocultação e a revelação que perpassa os processos sociais e que vai se expressar em modos de distribuição da informação historicamente evidentes sobretudo nas sociedades secretas e nas sociedades do segredo (Simmel, 1906).

"La Mafia Imprenditrice: l'etica mafiosa e lo spirito del Capitalismo" (A Máfia Empresarial: a ética mafiosa e o espírito do capitalismo) foi lançado na Itália em 1983 (nove anni fa...) pela Società Editrice Il Mulino de Bolonha, e também recentemente se lhe outorgou nova visibilidade. É plenamente justificado que seja este livro trazido a público no Brasil quase dez anos após a sua publicação, não só pela atualidade e excelência da análise nele contida, como pelo testemunho de que as ciências sociais podem ser tanto ou mais valiosas para as questões em pauta, do que os documentos, denúncias e confissões dos grandes processos judiciais e das Comissões de Inquérito.

O autor do livro, Pino Arlacchi, é professor de Sociologia Aplicada na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Florença e é calabrês de naturalidade. Autor de três outros livros (op. cit.) e de vários artigos sobre a Máfia, a cultura, o subdesenvolvimento da Calábria e da Sicília e sobre a modernização do Sul da Itália, Arlacchi traz um novo e importante contributo para a sistematização da análise desta temática.

A diferença de outros trabalhos publicados recentemente como "A Máfia de Salvatore Giuliano a Dalla Chiesa" de Giuseppe Fava (1990), "Máfia S.A." de Max Gallo (1973) e o próprio "Cosa Nostra: o juiz e os homens de honra" de Marcelle Padovani e Giovanni Falcone (1993), o livro aqui resenhado não vê a organização mafiosa pelo viés das sociedades secretas. Ao referir-se à Máfia tradicional corsa, siciliana e sarda, Arlacchi se apoia mais sobre a omertà em termos de honra, enquanto exercício da violência e manipulação de poder e de recursos. Não há referências, como se poderia esperar, à estrutura de sociedade secreta que é uma das fisionomias mais conhecidas e tradicionais da Máfia.

Não se pode dizer no entanto, que não se tenha falado do segredo, se não como um conteúdo ou um conjunto de fórmulas, certamente como um processo político e como formas específicas e "empresariais" de fazer pactos e obter riqueza. A esse processo Arlacchi chama de "cultura política da máfia das empresas" (p. 206), "uma combinação de

tradicionalismo e espírito empresarial" (p. 112). Esse espírito empresarial mafioso leva ao monopólio dos setores das obras públicas e dos transportes, tornando oportuno o estudo desse "novo" objeto que se veio constituir a partir da junção do comportamento mafioso tradicional, com esse espírito empresarial.

Weberiano desde o título e a epígrafe, o livro se propõe a construir a uma nova luz um esquema interpretativo da máfia contemporânea. A primeira parte (que se intitula "Máfia e Mafiosos na Sociedade Tradicional") está dedicada a um inventário de noções e características significativas do fenômeno mafioso tradicional na Sicília e na Calábria, num arco de tempo que vai da unidade italiana até os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Como diz o próprio autor, "o quadro da situação tradicional foi elaborado segundo uma metodologia típico-ideal dentro dos preceitos weberianos clássicos" (p. 10). Essa exposição da estrutura da Máfia, a "ndrangheta" tradicional se compõe de duas seqüências que correspondem a dois aspectos diferentes de que se constitui a organização mafiosa.

Na primeira seqüência está descrita a dinâmica do fato social mais relevante para a compreensão das relações entre a Máfia e o ambiente socio-econômico envolvente: o comportamento mafioso e o seu estreito liame com o fenômeno da competição pela honra. Como matriz da fenomenologia mafiosa clássica este momento da análise se dá em termos de uma "sociedade de transição permanente" e de uma "assimetria endêmica" entre a estrutura mercantil-capitalista e o tradicionalismo da estrutura sócio-cultural do Mezzogiorno. Na segunda seqüência desta parte do livro, se evidenciam outros componentes do fenômeno quais sejam o poder mafioso, a mediação como atividade específica e ôntica dos "homens de respeito" e o monopólio territorial da violência, da intimidação e do suborno. Nesta parte do livro, Arlacchi apresenta a sua concepção sociológica do tipo mafioso tradicional, um "tipo ideal" (p. 68) e explicita a fundamentalidade da honra para a ação mafiosa, equacionando-a no entanto à aquisição de riqueza, numa "conversão imperfeita (...) que influencia notavelmente a fisionomia e as proporções do poder mafioso".

A segunda parte do livro ("A Crise da Máfia durante a Grande Transformação Pós-Bélica") traz a descrição dos efeitos da guerra sobre a sociedade italiana e sobre o

comportamento mafioso tradicional, impacto este que se traduziria numa redução da autoridade mafiosa. "O papel do homem de honra passa a se aproximar perigosamente ao do delinquente vulgar", diz Arlacchi. A esta altura, a superposição das noções de honra e de riqueza se evidencia como uma das características da passagem de uma forma de organização para outra e dos processos de mudança geral nos ambientes mafiosos da Itália, da Sicília e da Calábria.

Na terceira parte do livro ("A Máfia Empresarial"), Arlacchi expõe a máfia e o mafioso dos dias de hoje, cuja fisionomia parece ser o produto de três processos ocorridos nos últimos vinte anos: a) o surgimento da máfia empresarial; b) a continuidade da preeminência do conceito de família desta vez no sistema de tráfico de drogas, de armas e nos setores ilegais da economia; c) o desenvolvimento de uma ampla autonomia política do poder mafioso.

Além de trazer um importante contributo analítico à História, à Ciência Política e à Sociologia no que tange ao comportamento mafioso, Pino Arlacchi não se furta de explicitar os caminhos metodológicos por ele percorridos em busca da compreensão de "um objeto como a Máfia, que se diferencia de outros, mais pacíficos e melhor observáveis". Essa afirmação se faz acompanhar de comentários sobre a pesquisa, lembrando que "os membros dos grupos mafiosos não têm facilidade em falar das duas atividades e quando o fazem é com o objetivo de justificação ou de defesa que influem pesadamente sobre a quantidade e sobretudo sobre a qualidade das informações".

Relatos assim nos lembram que, a depender da ontologia das formas sociais estudadas pela sociologia e pela antropologia, variam em quantidade e em qualidade os níveis de visibilidade que estas permitirão ao pesquisador. Outra coisa não faz Pino Arlacchi no seu livro senão trazer nova luz tanto a uma sociedade hoje criminal e tão disseminada nos seus comportamentos, quanto às problemáticas teóricas e metodológicas inerentes ao estudo dessas formas sociais.

A relevância acadêmica dos livros de Pino Arlacchi se reconfirma e cresce com este estudo sobre a passagem da Máfia de uma organização pastoral regida pela omertà, a lei do silêncio e da honra para o segredo de uma organização criminal empresarial e capitalista em que esse senso de honra se vê substituído

pelo crisol, princípio que hoje rege a ação mafiosa, implicando na habilidade em movimentar-se e de atuar sigilosamente no mundo da aquisição e da acumulação ilícitas de riqueza.

REFERÊNCIAS

- ARLACCHI, Pino. "Mafia, Contadini e Latifondo nella Calabria Tradizionale", Il Mulino, Bologna, 1980.
- _____. "La Palude e la Città", Montadori, 1987.
- _____. "Imprenditorialità Illicita e Droga", Il Mulino, Bologna, 1990.
- _____. "La Mafia Imprenditrice, la etica protestante e lo spirito del Capitalismo", Il Mulino, Bologna, 1983.
- BLOK, Anton. "The Mafia of a Sicilian Village", Harper and Row, 1974.
- FAVA, Giuseppe. "A Mafia de Salvatore Giuliano a Dalla Chiesa", Coleção Impacto, Edições 70, Lisboa, 1990.
- GALLO, Max. "Mafia, S.A.". Cedibra, Rio de Janeiro, 1973.
- HESS, H. "Mafia", Editorial Laterza, Bari, 1973.
- HOBSBAWN, Eric J. "I Ribelli: forme primitive di Rivolta Sociale, Ed. Einaudi, Torino, 1966.
- LOMBARDI SATRIANI, L. M. "Il Silenzio, la Memoria e lo Sguardo", Sellerio Editore, Palermo, 1989.
- MOSCA, G. "Uomini e Cose di Sicilia", Sellerio, Palermo, 1980.
- MUTTI, Antonio. "La Fiducia", Rassegna Italiana di Sociologia, vol. XXVIII, nº 2, 1987.
- PADOVANI, M. e G. FALCONE. "Cosa Nostra, o juiz e os homens de Honra", Bertrand, Rio de Janeiro, 1993.
- PALLIDA, Salvatore. "Le Phenomène Mafioso", Les Temps Modernes, nº 487, 1987.
- SIMMEL, Georg. "The Sociology of Secret and of Secret Societies", The American Journal of Sociology, vol. IX, nº 4, 1906.
- WOLFF, K. H. "The Sociology of Georg Simmel" (org.), New York Free Press, 1950.

- Simone Carneiro Maldonado -
Professora do Mestrado em Ciências Sociais da UFPb.

* * *

MALDONADO, Simone. *Mestres & Mares. Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*. São Paulo: Annablume, 1993.

Em estudos sobre sociedades, grupos sociais, e outras entidades, freqüentemente, procura-se isolar e contemplar certos aspectos do social. Separam, destacam, dimensionam e ampliam determinados setores que compõem a sociedade, como se eles pudessem existir, sobreviver ou mesmo tivessem sentido, isolados do amplo e complexo contexto que constitui os costumes, as normas, as instituições, os grupos sociais, as nações e a sociedade. Separam alguns fios da trama, da urdidura e os analisam isoladamente, com a pretensão de estudar todo o tecido, esquecendo-se que os fatos sociais se apresentam entretecidos, se interpenetram, se sobrepõem, se mesclam, se entrelaçam, se emendam, se alteram, se misturam e se embaralham para formar o complexo tecido social. Evidentemente, é uma tarefa difícil, difícilíssima, quase impossível esta de estudar a sociedade e os seus grupos, analisando e sintetizando os fenômenos sociais como eles se apresentam na realidade. Lamentavelmente grande número de trabalhos apresentam esta característica - isolam, separam, mutilam aspectos sociais importantes e até imprescindíveis - na tentativa mais fácil, porém incorreta e inconcebível de exibir entidades que nunca existiram, não existem e nem existirão.

As ciências sociais, apesar das limitações que possuem atualmente, devido sobretudo, ao seu objeto de estudo, o homem como ser social - o ente mais complexo e imprevisível de que se tem notícia - é a ciência e não ficção, tem de ser fundamentada em dados objetivos e devidamente comprovados e não no subjetivismo fantasioso ou no simplismo superficial mutilantes da verdade que se procura honestamente buscar.

Dessas falhas, "Mestres & Mares", resultado da tese de doutoramento de Simone Carneiro Maldonado; está isento. Ao contrário é um trabalho que se enquadra perfeitamente, dentro dos parâmetros exigidos pelas ciências sociais. É o produto de uma vocação congênita, de uma capacidade inata, de estudos especializados, constantes e sistemáticos, de uma formação bem dirigida para o objetivo a que se propôs e sobretudo de longos vinte anos de pesquisa, de estudos específicos, de transposição de obstáculos que se antepuseram a sua tarefa, de trabalhos estafantes, de tempo

muitas vezes roubado do conforto e a outras atividades, que tiveram que ser sacrificados em benefício da tese.

"Mestres & Mares" enfoca os seus estudos em três pequenas comunidades de pescadores artesanais da Paraíba - Ponta de Mato, Camalaú e Tambaú. Simone conseguiu analisar estas comunidades em toda a sua estrutura social e até física e biológica, sem necessitar isolar, separar os seus diversos aspectos, o que confere uma peculiaridade "sui generis" ao seu trabalho. A dinamicidade, como que a vida que se desenvolve nessa obra, nos conduz a uma fácil e agradável leitura e certamente acarretou grandes dificuldades à autora, em conseguir tal intento. Os processos sociais se apresentam tal qual existem na sociedade e longe de serem incompatíveis ou de aparecerem cada um por sua vez, vão se interpenetrando, se completando, na intrincada e complexa tecitura da interação social: cooperação e competição, confiança e traição, revelação e segredo, igualitarismo, paternalismo, patriarcalismo, sujeição e outros processos se mesclam, se misturam, se confundem, se dinamizam, às vezes não se sabendo onde começam e quando terminam, tal como se mostram na realidade.

A sociedade dos pescadores, estudada por Simone Maldonado, é cheia de contrastes, à semelhança das freqüentes oposições que existem em todo sistema associativo. O mar é, em princípio, indiviso, mas "para manter-se a indivisão é preciso dividir". Ou na linguagem do pescador, transcrita pela autora: "Isto aí (o mar) não é uma coisa só e nem podia ser. Cada localidade tem o seu mar e cada mar seu lugar". Daí surge a "marcação" e fala-se até em territorialidade do mar, em território marinho. A vida no mar é muito diferente da da terra, mas são altamente dependentes, ambas se completam. É em terra que se minimizam os conflitos acumulados no mar e onde se vinculam "mecanismos sociais fortes", que sustentam os contatos necessários durante as pescarias. O mestre é igual aos demais pescadores e ao mesmo tempo autoridade absoluta no barco. A pesca industrial possui características muito diversas da artesanal, mas ao mesmo tempo não conseguem se libertar das tradições que presidem as atividades da pesca simples. As mulheres não fazem parte das tripulações dos barcos, mas estimulam os pescadores com as suas ausências e o desejo do encontro na hora do desembarque.

Fundamentando o seu trabalho, sobretudo na "Teoria do Conflito", de Simmel e na "Teoria da Ação Social", de Weber, Simone conseguiu demonstrar sobejamente, o aforisma de que, "nada é mais prático do que uma boa teoria". Sem excluir outros processos, o conflito "se apresenta como condição essencial para a sociedade", na concepção de Simmel, conflito que apresenta uma gradação de tipos, a partir do "conflito pacífico". Esta orientação que deu ao seu estudo certamente, veio a permitir um maior aprofundamento na intrincada rede da interação, não permitindo que aflorassem apenas, ou que predominassem os chamados processos associativos como a cooperação, a acomodação e a assimilação, tão a gosto de estudiosos superficiais e apressados, quando analisam sociedades, simples ou dos conflitos permanentes e, intensos quando se trata de sociedades de classe. Esquecem que uma cooperação permanente e a persistência quase absoluta dos processos chamados associativos, são mais próprios das apelidadas "sociedades animais"; de um formigueiro ou de uma colmeia de abelhas. E que, também não se tem notícia, de uma sociedade que viva em permanente conflito, todos contra todos, uma classe em permanente opressão a outra, onde ninguém se defende e a maioria se, submete docilmente à vontade, ao mando absoluto, à prepotência de minorias. Ao contrário, onde houver interação, onde existir dois ou mais homens em contato, tem que existir discussão, imposição e rejeição de pontos de vista, competição e também "a apreensão recíproca, a harmonia e a mutualidade que Simmel chama de forças socializantes".

Escrevendo sobre três pequenas comunidades de pescadores paraibanos, Simone Maldonado faz um estudo comparativo entre a pesca em outras localidades do Brasil e do mundo, em diversas épocas e entre as pescas artesanal e industrial. A rica bibliografia de cento e quatro títulos, escritos em cinco idiomas, atesta a amplitude do seu trabalho. E não se conteve a escrever apenas sobre pescadores. Outras "ocupações extremas", serviços de alto risco, além da pesca, a mineração e as frágeis e incertas agriculturas de regiões desertas, também são contempladas, estudos comparativos que muito enriquecem o trabalho. E, é necessário ressaltar que, escreveu sobre uma atividade da qual a mulher é proibida de participar - nunca pôde tomar lugar em um bote de pescaria do alto. Conseguiu outros meios para suprir a proibição e o fez de forma magistral,

sem diminuir o valor da sua obra. Certamente, devido a este impedimento consuetudinário foi uma das primeiras mulheres a elaborar um trabalho científico, objetivo, a respeito da pescaria no mar alto.

Finalmente, encerrando esta imperfeita apresentação que já se prolonga um pouco e se estenderia muito se fossemos analisar em detalhes o vasto e valioso conteúdo que a obra encerra. Queremos afirmar que Simone Maldonado, em *Mestres & Mares* ao analisar e relatar três pequenas comunidades de pescadores, transpôs, para as ciências sociais, em toda a sua plenitude o conselho que Leon Tolstoi dava aos escritores iniciantes: "Se queres ser universal descreve a tua aldeia".

- *Aécio Villar de Aquino* -
Professor do Departamento
de Ciências Sociais da UFPb.

* * *

SOARES, José Arlindo & SOLER, Salvador. Poder local e participação popular. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992, 112 pags. BARREIRA, Irllys. O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992, 181 págs..

A publicação dos livros *Poder Local e Participação Popular* e *O Reverso das Vitrines*, acontece em um momento importante de redefinições da leitura sobre a temática dos movimentos sociais urbanos (MSU), participação popular e poder local na academia e junto aos militantes e núcleos assessores às organizações populares no Brasil. O primeiro livro trata da experiência de administração da Frente Popular na Prefeitura da Cidade do Recife, capital de Pernambuco, nos anos de 1986 a 1988. O segundo, analisa os MSU na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, como expressão de uma metrópole em expansão, apontando transformações na esfera do político, a partir da visibilidade de moradia e pobreza urbana como questões sociais.

Ambos pensam a questão da institucionalização dos MSU e os impasses para a consolidação democrática advindas desse processo. Nos ensaios de José Arlindo Soares e Salvador Soler, as análises recaem sobre a participação dos MSU na gestão municipal, chamando a atenção para a necessidade de uma diferenciação entre a participação no centro das decisões

das políticas públicas e a participação nas agências secundárias da administração. Interrogam, também, sobre quais os impactos provocados nas políticas públicas, em função da presença dos MSU na definição das prioridades do governo e no controle do cotidiano das administrações municipais. Nesse sentido, refletem o alcance das alianças políticas locais na articulação de novos espaços de hegemonia, e buscam avaliar o nível de organicidade dos movimentos sociais no processo participativo de definição e controle das políticas públicas locais. Além de discutirem os limites e as possibilidades dos governos locais de aspirações "mudancistas" de combinarem as formas de democracia representativa legalmente instituídas, com os novos mecanismos de participação direta em várias instâncias do poder.

O trabalho de Irllys Barreira preocupa-se com a análise interna dos MSU. Busca recompor a característica descontinua dos movimentos, e os processos que transformam seu caráter fragmentário em expressão representativa no conjunto das forças sociais. Demonstra como o reconhecimento social das lutas populares só se tornou possível, na cidade de Fortaleza, através da mediação de outras forças externas ao movimento, tais como os partidos políticos e a Igreja. Discorda, assim, da visão comum a maioria dos trabalhos sobre a temática dos MSU que dão pouca ou nenhuma importância a essa ascendência.

Enfatiza, porém, que embora os movimentos sociais não possam ser analisados como algo destituído da influência de instâncias mediadoras, eles não são simplesmente a "realização de um saber elaborado de fora". Recupera de Poulantzas o conceito de "tensão irreduzível" na relação mediadores e movimentos. Este conceito, para a autora, permite pensar movimentos e mediadores como instâncias separadas e, ao mesmo tempo, articuladas, que fazem das lutas um processo contínuo de trocas de saberes e elaboração de experiências.

Interroga, assim, o problema da diversidade no processo político apontado no cotidiano das lutas urbanas, e discute como distintas forças sociais avaliam as diferentes perspectivas políticas no interior dos movimentos e o processo de luta por hegemonia inerente a essa avaliação, chegando a conclusão de que o reconhecimento da diversidade, enquanto elemento pertinente a uma ordem democrática, está distante da prática política dos mediado-

res. O pensamento de esquerda, presente no discurso e prática dos mediadores, para a autora, assim, reproduz a dimensão do indivisível, supondo a diversidade como entrave à realização da utopia igualitária.

Fica difícil, nesse sentido, afirma Irllys, pensar a idéia de uma organização democrática no âmbito interno dos MSU. A relação entre o espaço político criado pelos movimentos articulados a forças sociais envolve, assim, dimensões de ordem contraditória e ambígua: há o reforço e ampliação de referentes culturais que significam a oposição ao Estado, ao lado de uma tentativa de transformar esse espaço em uma dimensão corporativa, que busca agregar os "verdadeiros" representantes do povo, excluindo outros participantes. Conclui, afirmando que a dimensão simbólica e instintiva dos direitos, ao lado da formulação de critérios de legitimidade e reconhecimentos, implicando uma forma diferente de pensar e fazer política, possui limites na dinâmica complexa das articulações internas e externas aos MSU. O que possibilita um retorno à temática tradicional do poder, que delimita o caráter de novidade dos movimentos sociais, dificultando a sua configuração, - em um espaço alternativo de expressão e organização, e sua constituição em sujeitos políticos plenos.

Os dois trabalhos aqui apresentados, sob ângulos diferentes, trazem a preocupação de analisar os MSU a partir dos seus impasses internos, - no interior das lutas cotidianas e do processo político-organizacional, - e externos, - inerentes a institucionalização da participação popular. Discutem, assim, os avanços e os limites dos MSU na constituição e formalização de novas regras de convívio democrático, quer no interior dos movimentos, - apontando para a necessidade da diversidade política, - quer no processo de gestão da cidade, - através da ampliação do espaço de conquista e expressão dos direitos e interesses dos cidadãos.

Alertam, enfim, que a cidadania, aspecto central da constituição dos MSU e sua principal estruturação política, só pode ser considerada conquista quando se viabilize em espaço de decisão e não só espaço de confronto de idéias. E que corresponda às necessidades do Brasil de hoje, tem a cidade, enquanto espaço territorial, como o "locus" privilegiado. A sua viabilização e expansão só será possível sobre bases locais, isto é, no desenvolvimento de instituições político-participativas desde a esfera municipal. Para os autores aqui anali-

sados, e nesse processo ,que se encontra a novidade política dos movimentos sociais recentes: na instauração conflitiva de uma cultura política que privilegie a cidadania plena, na expansão de conquistas quotidianas que forcem ou levaram à construção de políticas governamentais de caráter participativo, e na ampliação do espaço de decisão popular no processo de gestão política municipal.

Os livros analisados representam, sem sombra de dúvida, importantes contribuições à análise da cultura política emergente no Brasil a partir dos conflitos urbanos, e sua configuração em movimentos sociais. Ao pensarem os MSU no cerne da cidade, e da lógica contraditória da prática democrática, observam o jogo do político como espaço de decisão, e os limites e impasses das suas conquistas, quando se institucionalizam como movimentos, perante si próprios, internamente, e junto ao Estado. Chamam a atenção, assim, para os ardis da representação popular, quando possa vir a consolidar-se como prática corporativa ou a se envolver de tal forma com o Estado que se confunda com o mesmo. Ao mesmo tempo que reconhecem a institucionalização e a participação nos processos decisórios das políticas públicas e gestões administrativas como conquista dos movimentos.

Conquista que deve refletir-se em um processo contínuo de questionamento à própria institucionalização, recriando formas novas de participação e negociação com o poder. Os espaços de consolidação democrática e da cidadania , desse modo , sendo ampliados.

- *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*

-
Coordenador e Professor do Mestrado
em
Ciências Sociais da UFPb.

* * *

